

DIREÇÃO GERAL
Olga de Sá

COMISSÃO EDITORIAL
Olga de Sá, Sônia Siqueira

ORGANIZAÇÃO EDITORIAL
Olga de Sá
Sônia Siqueira

PROJETO GRÁFICO EDITORIAL
Isabelle Seabra Domingos

DIAGRAMAÇÃO
Annie Lopes
annielopes.lopes@gmail.com

CAPA
Annie Lopes

ILUSTRAÇÕES DA CAPA
Tom Maia

EDIÇÃO
nº 146-147, Jul./Dez. 2018

PERIODICIDADE
Trimestral

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
GRAFIST Gráfica&Editora Santa Teresa
Tel.: 12 2124-2891 / grafica@fatea.br

www.fatea.br/publicações

AQUISIÇÃO/ASSINATURA
Av. Dr. Peixoto de Castro, 539 - Vila Celeste
Cep. 12.606-580
Tel.: 12 2124-2825

CONSELHO EDITORIAL

PROFA. DRA. ADÉLIA BEZERRA DE MENESES
Universidade Estadual de Campinas

PROFA. DRA. ANA VICENTINI DE AZEVEDO
Universidade Federal de São Carlos

PROF. DR. ARTURO CASAS VALES
Universidade de Santiago de Compostela (Espanha)

PROFA. DRA. BERTA WALDMAN
Universidade de São Paulo

PROF. DR. CARLOS MENDES SOUSA
Universidade do Minho (Portugal)

PROFA. DRA. CLEUZA RIOS PINHEIRO PASSOS
Universidade de São Paulo

PROF. DR. DIETER MESSNER
Paris-London-Universität (Áustria)

PROFA. DRA. ELIZABETH DE ANDRADE LIMA HAZIN
Universidade de Brasília

PROF. DR. ENRIQUE PATO MALDONADO
Université de Montreal (Canadá)

PROFA. DRA. RAQUEL DE GODOY RETZ
Santuário Nacional de Aparecida - SP

PROFA. DRA. VERA BASTAZIN
Pontifícia Universidade Católica - São Paulo

PROF. DR. GERSON TENÓRIO DOS SANTOS
Unicastelo - São Paulo

PROF. DR. PAULO CÉSAR CARNEIRO LOPES
Unicastelo - São Paulo

PROF. DR. JOSÉ AFONSO MEDEIROS SOUZA
Universidade Federal do Pará

PROF. DR. JOSÉ ISMAEL GUTIERREZ
Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (Espanha)

PROFA. DRA. LORRAINE LEU
University of Bristol (Inglaterra)

PROF. DR. LUIZ MOTT
Universidade Federal da Bahia

PROFA. DRA. MÁRCIA MARQUES MORAIS
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PROFA. DRA. MARIA JOSÉ SOMERLATE BARBOSA
University of Iowa (EUA)

PROFA. DRA. MATINE KUNZ
Universidade Federal do Ceará

PROFA. DRA. NADIÁ PAULO FERREIRA
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

PROF. DR. PEDRO MEIRA MONTEIRO
Princeton University (EUA)

PROF. DR. PHILIPPE MAUDIEU
Universidade de Paris III

PROF. DR. PIETRO TARAVACCI
Università degli Studi di Trento (Itália)

PROFA. DRA. REGINA HELENA MACHADO AQUINO CORREA
Universidade Estadual de Londrina

PROF. DR. RICARDO POSTAL
Universidade Federal de Pernambuco

PROFA. DRA. SUELI SALLES FIDALGO
Universidade Federal de São Paulo

PROF. DR. VICTOR GROVAS HAJJ
Universidad del Claustro de Sor Juana (México)

PROFA. DRA. YUDITH ROSENBAUM
Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Vale Paulista - Memórias

Uma devoção: Bom Jesus de Tremembé <i>Therezinha Libanor de Campos</i>	007
O Coro da Matriz de Santo Antônio <i>Márcio Benedito Cavakca</i>	017
Um Santo do século XXI <i>Thereza e Tom Maia</i>	021
História dos Logradouros de Guaratinguetá <i>Deise Cristina da Silva</i> <i>Ana Maria de Toloso Cipro</i> <i>Helenice Martins Silva</i>	033
Ave amigo, Pasin! <i>Olga de Sá</i>	047
Fazenda Boa vista: Páteo das Artes <i>Cleuza Martins de Carvalho</i>	049
História e cinema: reflexões em torno da recepção artística da trajetória de Amácio Mazzaropi <i>Guilherme Zufelatto</i>	057
Terreiro de Umbanda “Pais Jacinto de Angola e Caboclo Sete Luas”: Festa dos Pretos Velhos e Casamento <i>Régis de Moraes</i>	066
Uma história a ser contada: esboço para uma crítica da produção do historiador José Luiz Pasin <i>Walter Cezar Addeo</i>	078

Vale do Paraíba: Cultura e Arte <i>Olga de Sá</i>	096
Vale Paraibanos no Dicionário de Escritores Paulistas <i>Luís Correa de Melo</i>	103
Um panorama sobre a mídia impressa de Guaratinguetá <i>Lauro Lam</i>	111
Comemoração da Semana do Imigrante - 28/06/1890 <i>Maria Eloisa Ribeiro</i>	117
Participação cidadã e o desenvolvimento regional: os 40 anos do Instituto de Estudos Valeparaibanos <i>Francisco Sodero Toledo</i>	126
Os Santos de Guaratinguetá <i>Olga de Sá</i>	141
Nosso Senhora do Bom Sucesso <i>Yayo Ueda</i>	145
Valeparaibanos na Filatelia <i>José Antonio Bittercourt Ferraz</i>	153
Lorena, 1903 - Euclides da Cunha e a figueira brava <i>José Luiz de Miranda Alves</i>	153

Editorial

Olga de Sá

Doutora em Comunicação e Semiótica, pós-graduação em Psicologia clínica, licenciada em letras Clássicas, bacharel em Biblioteconomia, especialização em Orientação Educacional, escritora, poeta.

Na falta de outro nome, estamos dando a esta publicação sobre o Vale do Paraíba Paulista o título de Memórias. Não faremos resumos nem indicaremos palavras-chaves, não só porque os títulos dos artigos já falam por si, mas, sobretudo, fluem como água, que encontrará em cada leitor sua repercussão, sua acolhida e até, despertará algumas lembranças.

De Tremembé, alguém se reportará ao Bom Jesus. De Guará, quem não se lembrará do Coro da Matriz de Santo Antonio? E não gostará de conhecer melhor Santo Antonio de Sant Ana Galvão, um Santo do século XX, e percorrer os logradouros de Guaratinguetá? De Pinda, de Nossa Senhora do Bom Sucesso como um dos mais antigos do lugar?

De Roseira, a Fazenda Boa Vista, do nosso amigo Pasin, historiador; de Canas, a Semana do Emigrante. Da região toda, o IEV, o Instituto de Estudos Valeparaibanos. De Aparecida, os primeiros milagres, depois do aparecimento da Imagem e da pesca copiosa que se seguiu?

De Mazzaropi, os filmes do Vale? O teatro mais sofisticado da Região, conseguindo ficar lotado mesmo em dias de semana?

Enfim, temos muitos caminhos para percorrer e, sem dúvida, os fluxos de antigamente, também constituem essa história cultural, talvez uma das mais curiosas do País.



Uma devoção: Bom Jesus de Tremembé

Therezinha Libanor de Campos

SENHOR BOM JESUS DE “TREMEMBÉ”

A devoção do Senhor Bom Jesus, no Brasil, parece ter sua origem em Portugal de onde foi trazida pelos primeiros colonizadores. Fixou-se no litoral, nos principais pontos de desembarque de tropas lusitanas e daí se expandiu. em seguida, por vários canais deixados pelos primeiros surtos de civilização,rumo ao interior.

Em São Paulo, presumivelmente, foi legado dos Jesuítas. Dos campos de Piratininga, em direção aos sertões do Estado, é muito provável que a referida crença tenha se introduzido no Vale do rio Paraíba por obra dos bandeirantes, que fizeram centro de suas bandeiras na zona de Taubaté.

Em alguns lugares, aliando-se a uma circunstância fortuita, a crença ganha volume e importância, sobrepuja outras e radicaliza-se. E, a fim de melhor externar o culto e tornar mais vivo o sentimento religioso, os membros do primitivo núcleo vão buscar numa obra de escultura o símbolo do objeto da sua devoção e nele passam a imagem do Filho de Deus flagelado e depois glorificado.

Nas orações, votos, suplicas, ritos; evocam-no pelo nome tradicional de Senhor Bom Jesus, acrescentando-se, no genitivo, a palavra do lugar onde é venerado. Assim sendo, contamos no Brasil com as devoções do Senhor Bom Jesus da Lapa, Senhor Bom Jesus de Pirapora, Senhor Bom Jesus de Tremembé. Em Tremembé, simplificam-no para “Bom Jesus de



Tremembé”, ou simplesmente “Bom Jesus”, ou ainda, para aclamá-lo com grande fervor, dizem “Meu Bom Jesus”.

A origem da palavra “Tremembé”, segundo o etimólogo Theodoro Sampaio, possui duas interpretações:

Pela primeira, a sua formação seguiria a linhagem comum de várias outras denominações encontradas na região, como Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá etc. tendo por ancestral a língua guarani. Por corruptela de Tirimembé e esta, por contração de ty-ririmembé – água que se escoia molemente – designa local embrejado ou encharcado, alagadiço. Realmente, o rio Paraíba, no ciclo da sua evolução histórica, encontra-se na fase de divagação ou de maturidade; corre sobre terreno de pequenas elevações e rebaixamentos suaves, apresentando sensível tendência em desaparecer as corredeiras e progredir vagarosamente em delicados meandros. Muitos anos são passados nos primórdios da civilização brasileira, quando todo o Vale era inteiramente coberto por densas florestas, copiosas chuvas davam origem a frequentes enchentes. Com ressalva dos pequenos períodos de estio, as margens conservavam-se prática e constantemente alagadas. A área coberta era enorme e muito distante do “talweg” ainda se poderia notar, mesmo fora da época chuvosa, grandes zonas pantanosas ou cobertas de água estagnada.

A segunda interpretação foi dada pela hipótese da existência de uma tribo indígena, chamada Tremembé, que habitou as imediações da cidade que hoje recebe o mesmo nome. Tais indígenas teriam emigrado dos sertões que ainda hoje formam a serra do Mar ou da Man-

tiqueira, em virtude de rivalidades com outras tribos mais fortes; próximo às margens do caudaloso rio, fixaram suas moradas e, em suas várzeas se entregaram ao plantio do arroz de cuja cultura muito breve se tornariam senhores.

O acontecimento fortuito ao qual se liga o grande desenvolvimento da fé religiosa em Senhor Bom Jesus, assegurando-lhe uma posição estável e bem definida entre os habitantes do povoado de Tremembé, sem dúvida nenhuma, foi o aparecimento inexplicável da imagem do Senhor Bom Jesus, ocorrido numa época que se supõe muito inferior ao ano de 1672. Em virtude da ausência completa de qualquer documentação histórica, é impossível precisá-la. Neste particular, foi constatada uma deficiência absoluta em nosso trabalho de campo, levado a efeito no próprio local, tendo em vista as incoerências e disparidades das respostas fornecidas por alguns dos mais antigos moradores.

Conta a lenda, que um criminoso, há mais de três séculos, a fim de espiar seus crimes e culpas, retirou-se da civilização e tendo se embrenhado nas matas virgens do Vale do rio Paraíba, passou a esculpir imagens de santos em troncos de árvores. Uma vez concluídas, o escultor fazia encerrá-las no interior das cabanas e, em seguida, as abandonava definitivamente, deixando que a descoberta ocorresse por obra do acaso.

A presente lenda que nos foi contada, tal como contaram os antepassados de Tremembé e que vem servindo de subsidio à verdadeira história, nesses trezentos anos, representa um patrimônio muito pobre das antigas atividades religiosas locais, pois, apenas nos fala

de uma maneira muito vaga de como se deu o primeiro contato com a imagem do Santo e, nos informando dos acontecimentos que se seguiram.

Verdade é, que por tempo indeterminado, o fato ficou envolvido no mais espesso veu de mistério, como se os intérpretes da grande cena se movessem por um intencional e muito forte egoísmo ou, estarecidos de pavor, emudecessem em torno do assunto. Não está fora de conjecturas sugerir a hipótese da



permanência da imagem no próprio lugar onde fora encontrada durante certo tempo que não podemos precisar. O próprio porte da imagem, de proporções naturais, como se poderá considerar pela estampa ao lado, não permitiria que a mesma fosse recolhida de improviso para o interior de qualquer residência, considerando que as moradias daquele tempo, naturalmente, eram muito modestas e acanhadas.

Todas as pessoas a quem nos dirigimos, o próprio Sr. Benedito Guilherme, pessoa idosa, de cor preta, cabelos já grisalhos, acostumado com inquéritos semelhantes, conforme pudemos constatar, sacristão da Igreja há mais de 30 anos e cuja fotografia se poderá apreciar no alto da folha seguinte, não satisfizeram nossa intencional curiosidade quando, por exemplo, lhe perguntamos sobre a identidade do feliz descobridor, sobre detalhes da descoberta da imagem e seus primeiros zeladores até a ereção da primeira capela.

Aliás, o eminentíssimo e boníssimo Monsenhor João José de Azevedo, da paróquia de Pindamonhangaba, foi a primeira pessoa a quem expusemos nossos objetivos de inquirir sobre a devoção do Senhor Bom Jesus de Tremembé. Tendo nos recebido amavelmente, procurou logo se desculpar, lastimando não possuir números e informações para nos fornecer, comprometendo-se, entretanto, a dar-nos todo o apoio que fosse necessário à realização do nosso trabalho.

Começou por nos fornecer uma apresentação ao Padre Ismael Dias Monteiro, vigário da paróquia de Tremembé, concitando-o a nos favorecer tudo que lhe fosse possível para a feliz conclusão



do nosso trabalho científico-religioso. Tanto assim que o estimado Padre Ismael, confiantemente, nos entregou, para aberta consulta, o livro do Tombo, patrimônio da Igreja que lhe fora confiado com certo caráter de sigilo.

O germen da hipótese formulada sobre a origem portuguesa da devoção do Senhor Bom Jesus foi lançado por Monsenhor Azevedo, durante a breve conversa que mantivemos com ele. Foi também nesta ocasião que nos inteiramos da seguinte lenda que muito nos chamou a atenção: - “Tendo as autoridades eclesiásticas de Taubaté deliberado que a imagem do Senhor Bom Jesus de Tremembé fosse venerada em um Santuário mais digno, tão logo se dera a sua transferência para aquela cidade, perceberam o singular desaparecimento da mesma. Mais surpresos ainda ficaram, quando

tiveram conhecimento de que a imagem se encontrava ilesa no modesto altar da capela de Tremembé, parecendo querer indicar que não foi o lugar que escolheu o Santo, mais sim, que foi o Senhor Bom Jesus quem escolheu Tremembé.

Na esperança de recebermos uma confirmação da curiosa lenda acima descrita, durante a segunda visita que fizemos a Tremembé, estivemos com uma Senhora, que, se não nos falha a memória, é irmã ou esposa do Sr. Luiz, ex-seminarista da Ordem da Trapa que, tendo abandonado os rigores daquela vocação, contraiu matrimônio mais tarde. A propósito, com o regresso da Ordem para a França, foram numerosos os brasileiros que abandonaram o hábito religioso.

Pois bem, esta senhora não só reproduziu fielmente a lenda que nos foi narrada por Monsenhor Azevedo, como também, ainda acrescentou: - “Foi mais de uma vez que o Senhor Bom Jesus fugiu de Taubaté e aqui chegando, verificamos que seus pés estavam sujos de barro e o manto sagrado todo molhado de orvalho”.

Folheando o livro do Tombo do Santuário do Senhor Bom Jesus de Tremembé, cujas folhas se acham rubricadas pelo Revmo. Pe. Estevam Nasch, observamos que somente em 1914 se deu início ao registro oficial dos fatos históricos, ano que, por coincidência, marcou época de maiores esperanças e prosperidade para Tremembé, por quanto era inaugurada a linha férrea, Central do Brasil, ligando aquela localidade às cidades de Pinda e Taubaté.

Nosso primeiro encontro com o histórico documentado do atual Santuário do Senhor Bom Jesus de Tremembé, deu-

se em 20/04/1672 com a Provisão lavrada à fl. 25 do livro da Câmara Eclesiástica do Rio de Janeiro pelo escrivão Pe. Francisco Alvez da Fonseca, acedendo a uma petição do Capitão-mor Manoel da Costa Cabral para erigir uma capela destinada ao culto do Senhor Bom Jesus.

Manoel da Costa Cabral era possuidor de uma próspera fazenda, conhecida por “Sítio Tremembé”, situada nos domínios da então Vila de Taubaté. A inexistência de boas vias de acesso até aquela Vila, criava extrema dificuldade em celebrar a Santa Missa. Movido, então, por esta deficiência e desejoso de dar maior assistência religiosa a seus colonos, aquele devoto Senhor emitiu a mencionada petição, imaginando a remota possibilidade de receber periódicas visitas do celebrante.

No mesmo ano de 1672 a capela foi edificada, visitada e inaugurada.

Vinte e quatro (24) de outubro de 1736 marca a segunda data notável, relativa à fundação do Santuário do Senhor Bom Jesus de Tremembé.

Um velho piedoso, sumamente devoto, chamado José Gomes Granito, encorajado por outros, igualmente devotos, dirigiu-se em pessoa ao bispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro e impetrou licença para a aprovação de um compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus. A resposta expedida pelo Bispo foi a seguinte, extraída do livro do Tombo: - “Havemos por bem de aprovar os sete capítulos deste compromisso com declaração porem, que querendo acrescentar para o futuro alguma coisa recorrerão a Nós para confirmarmos. Data nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, aos 24 de outubro de 1736 – x Antonio de

Guadalupe, Bispo do Rio de Janeiro”.

Todavia, informou-nos o Revmo. Pe. Ismael que, nesta mesma época, foi aprovado outro pedido para uma completa remodelação e aumento da primeira capela, uma vez que esta já não mais satisfazia às necessidades da população sempre crescente. Posteriormente, o sacristão nos apontou o Santuário da Igreja onde fica o altar-mor, dizendo se tratar da antiga capela remodelada em 1736.

Os acontecimentos do ano de 1736 deixaram apenas vislumbrar um futuro promissor para a Igreja de Bom Jesus. Foram ainda lentos os progressos durante os anos que se seguiram, mas os espíritos de contrita piedade de muitos de seus filhos e os trabalhos contínuos da nova Irmandade levaram definitivamente a seu engrandecimento. Aproximadamente, meio século depois, a Igreja recebe donativos de terrenos, multiplicando assim a área em disponibilidade. Mas dez anos passados e, em 1795, a Igreja é consideravelmente aumentada, agora por iniciativa da Irmandade do Senhor Bom Jesus que mandou construir, de uma só vez, todo o corpo da Igreja, ostentando uma magnífica abóboda, até hoje conservada.

Depois deste grandioso melhoramento, a Irmandade de Bom Jesus, de comum acordo com a Direção eclesiástica, adotou o critério de designar um procurador geral para atender e resolver todos os negócios atinentes e do interesse da Igreja. Cada procurador, que podia ser leigo ou eclesiástico, possuía um mandato de 10 anos. Alguns desses decênios trouxeram grandes progressos; aumento de naves laterais, vários retoques, pintu-

ras, vitrais, altares, coro, púlpito, torres, etc, foram destes tempos.

Interessados estávamos em obter uma lista completa dos nove procuradores de efetivo, desde o ano de 1800. Malograda foi a tentativa, pois, conseguimos apenas saber os quatro últimos, cujos nomes aqui reproduzimos:

João Claudino de Andrade

De 1850 a 1859

Cap. Joaquim Vicente de Andrade

De 1860 a 1869

**Maj. Francisco Fernandes
de Oliveira e Silva**

De 1870 a 1879

**Pe. Antonio Moreira de Souza
e Almeida**

De 1880 a 1889

Destes, os dois primeiros poderão ser conhecidos por intermédio de fotografias deixadas e que se encontram atualmente expostas na sala de milagres do Santuário. Ao lado dos auxílios das pessoas da localidade, fomos informados pelo Pe. Ismael, de que muitos outros tiveram e continuam tendo suas procedências na benemerência de inúmeros taubateanos ilustres.

Hoje, em 1954, aquele que fizer uma visita ao Santuário do Senhor Bom Jesus de Tremembé, ainda entrará numa modesta Casa de Deus, comparando-a com tantas outras de maior pompa que existem espalhadas por esse imenso território brasileiro, mas experimentará, como em nenhuma outra, uma sensação dife-

rente que não sabemos muito bem explicar e que jamais olvidaremos. Atribuímos ao efeito psicológico da Imagem do Senhor Jesus que nos empolga ao vê-la. Assim, de rosto desfigurado, sem beleza, horrível e todo manchado de sangue. Ao nosso primeiro contato com a Imagem do Senhor Bom Jesus de Tremembé, lembrei-me imediatamente das palavras de minha mãe que me dissera que ao tomar conhecimento de nosso propósito de fazer um inquérito no Santuário daquele Santo: - “A imagem do Bom Jesus é muito impressionante” – fez uma pausa e concluiu: - “e deixa em nosso espírito uma agitação de eterno temor”.

A Igreja, num estilo arquitetônico que procura aproximar-se do colonial, em si, não é uma obra de arte. Duas entradas: a principal e uma lateral. Esta, do lado direito da Igreja, nos encanta com uma belíssima Imagem, em tamanho natural, de N. S. dos Passos.



Logo após a entrada principal, do lado esquerdo, a pia batismal. Sem colunas propriamente ditas, possui um corpo central e 2 alas laterais, ostentando no fundo de cada uma delas um altar destinado a S. Benedito e N. S. Aparecida e na parte mediana de cada uma delas, mais dois altares que se defrontam, destinados às Imagens do Sagrado Coração de Jesus e Sagrado Coração de Maria. Internamente, somente o Santuário impressiona unicamente pela Imagem do Senhor Bom Jesus. Na fotografia ao lado notam-se outras imagens, porém, não faz muito tempo, foram retiradas definitivamente. À entrada do Santuário, notam-se mais dois altares: no que fica ao lado direito, encontra-se a imagem de São Francisco de Paula e, no outro, a de



N. S. da Glória. Uma porta lateral faz comunicação do Santuário com a Sala dos Milagres e com a Sacristia; dependências mais internas constituem a atual Casa Paroquial. Na Sala dos Milagres: quadros, coroas, mortalhas, tranças, muletas, mão de cera etc..

Fato histórico de suma importância na Comunidade do Senhor Bom Jesus de Tremembé e que por conseguinte não pode deixar de ser realçado no presente trabalho, foi a chegada em 1904 dos padres trapistas e das religiosas enclausuradas, todos pertencentes à mesma Ordem da Trapa. A vida da Congregação do Senhor Bom Jesus de Tremembé, desde 1904 até o ano de 1932, está intimamente relacionada com as atividades dos trapistas e das trapistinas.

O convento destas ainda existe ao lado da Igreja e hoje permanece fechado.

O daqueles, funcionou perto de Taubaté sob o nome de Convento de N. S. de Maristela e atualmente se encontra transformado em fazenda, tendo conservado a denominação antiga de Maristela.

A princípio ficamos na expectativa de fazer uma breve visita à Fazenda Maristela, como é popularmente conhecida, porém, julgamo-la desnecessária, tendo em vista as informações que recebemos do Revmo. Pe. Ismael e da pessoa do Senhor Mansoeto de Oliveira Lessa, oleiro da Cia. Agrícola de Maristela (este Senhor se encontra na mesma fotografia citada anteriormente com referência ao sacristão).

Assim sendo, tivemos notícia de que os trapistas e as trapistinas observam a Regra de S. Bento à Grande Or-

dem de S. Bernardo fundada na França há 8 séculos. Quanto às suas atividades, distribuem-se entre a oração, estudo e trabalho, especialmente o agrícola. As religiosas, embora enclausuradas, têm permissão, algumas, pela própria Regra que as dirige, para ensinarem às meninas o catecismo, as ciências e diversos ramos do ensino doméstico.

Conclui-se, do acima exposto, a grande soma de benefícios trazidos pela Ordem da Trapa para a devoção do Bom Senhor Jesus, considerando os úteis esclarecimentos sobre a doutrina católica em geral e particularmente sobre o patrimônio religioso local. Haja vista a magnífica oração ao Senhor Bom Jesus, por ela deixada, e que transcrevemos conforme foi recitada pelo Senhor Lessa.

ORAÇÃO AO SENHOR BOM JESUS

Ó meu Bom e dulcíssimo Jesus, Flagelado para minha salvação, sois uma chaga viva ante os meus olhos. Fito vosso belo rosto, mas, ai! Ele perdeu sua beleza, é horrível de ver, manchado como está de sangue, machucaduras e escarros. Quanto mais desfigurado vos vejo, ó meu Salvador, tanto mais belo vos acho e digno de amor. Que são estas chagas e contusões, senão sinais de vossa ternura para comigo? Amo-vos, ó meu Jesus, ferido e dilacerado por mim. Quisera ver-me também todo em chagas por vós, como tantos mártires. Mas, se não vos posso oferecer agora chagas e sangue, ofereço-vos amar o mais ternamente possível. A quem deve minha alma ter amor mais terno que a um Deus flagelado e esgotado de sangue por ela? Amo-vos ó Deus de amor, amo-vos ó bondade infinita, amo-vos meu amor, meu tudo, amo-vos e quero repetir sem parar nesta vida e na outra: eu vos amo, eu vos amo. AMEM.



Tivemos conhecimento da existência de um livro chamado **“O convento da Trapa no Brasil”**, escrito por Artur Audrá e editado pela livraria José Olímpio Editora, que narra com grandes detalhes a vida e as atividades da Ordem.

Durante este período de 28 anos, cumpre-nos assinalar os seguintes acontecimentos mais importantes: a dissolução da Irmandade do Senhor Bom Jesus que motivou a criação de uma Junta destinada à Administração dos bens da Igreja; o decreto do Bispo de São Paulo, Dom Eduardo Leopoldo e Silva, elevando a Igreja à categoria Episcopal Santuário do Senhor Bom Jesus de Tremembé, desmembrando-se da paróquia de Taubaté donde era filial; a análise da água santa, que por iniciativa dos trapistas, u’a amostra foi mandada levar aos laboratórios de Paris. Concluíram da análise um excelente meio de combater as toxinas dos rins e compararam-na como absolutamente igual às águas de Cambo, d’Evian e Monte Pila, a primeira nos Pirineus e as duas últimas, localizadas na França.

A água do Senhor Bom Jesus de Tremembé jorra abundantemente por duas fontes situadas nos terrenos do Santuário, em uma depressão próxima da Igreja e não muito distante do rio Paraíba. E’unânime a opinião do povo de que a água nasce debaixo da Igreja e, possuindo a característica de Santa, é capaz de fazer curas milagrosas quando tomada em estado de graça, com profunda fé e grande devoção.

Quando se espalhou a notícia das ótimas qualidades medicinais da água Santa, a Prefeitura que também auxiliava nas obras de embelezamento da fon-

te, sentindo-se arrebatada de inveja e ambição, mandou interromper os trabalhos e moveu uma campanha infrutífera contra a igreja a fim de apropriar-se dela e explorá-la comercialmente.

Ficamos pesarosos pela impossibilidade de exibir uma fotografia da fonte, pois, tendo deixado a visita aquele local para a segunda excursão programada, o tempo nublado e muito chuvoso não nos foi favorável. Mesmo assim, não nos abstivemos de ir até o sítio da fonte, onde nos resguardamos da chuva que se intensificou, sob uma frondosa árvore que lhe compõe a paisagem. O fato nos despertou a lembrança da imperiosa necessidade de um abrigo aos números peregrinos que até lá acorrem a fim de beber a “água santa”.

Para concluirmos o projeto deste trabalho resta apenas focalizarmos, em linhas gerais, a maneira como homenageiam anualmente o padroeiro. É tradicional e amplamente conhecida no Vale do Paraíba a festa do Senhor Bom Jesus de Tremembé, época em que melhor se observam as práticas da devoção. Iniciando invariavelmente a 28 de julho, segue-se o novenário característico de todas as festas dos Santos Padroeiros, durante o qual se observa completa mudança no habitual tom de vida da população. As rezas solenes, os leilões, as quermesses, são um alviçareiro convite ao povo, normalmente caseiro, que flui em grande número para os centros das festividades. A cidade perde a sua monotonia e parece viver realmente. Os três últimos dias, 4,5 e 6 de agosto, são os mais importantes, pois, estão consagrados respectivamente a São Francisco de Paula, Nossa Senhora da Glória e Senhor Bom Jesus que recebem, de per si, ho-

menagens especiais. A 6 de agosto, data do Grande Santo, a modesta cidadezinha assume o aspecto de uma “verdadeira capital”; elevado número de visitantes das localidades circunvizinhas que para lá ocorrem, em sua maioria movidos pela piedosa devoção, o que demonstra ter a mesma ultrapassado já os limites de Tremembé, irradiando-se para centros diferentes.

Aliás, outro fato comprobatório dessa expansão devocional são as romarias que, frequentemente, visitam o Santuário, conforme nos foi informado pelo Senhor Benedito Guilherme. Seu número diminuiu sensivelmente com as novas obras de retificação da Estrada de Ferro Central do Brasil que afastaram a ferrovia para muito além do perímetro urbano, dificultando, assim, o acesso à Cidade. Apesar disso, não raro se veem caminhões de romeiros que, regressando de sua peregrinação à Aparecida do Norte, não deixam de reverenciar também o Bom Jesus de Tremembé.

Como apoteose às comemorações do dia 6 de agosto, realiza-se uma imponente procissão que percorre as principais ruas da cidade, sendo acompanhada por enorme multidão de fieis que exteriorizam nesta prática e na exuberância do seu sentimento religioso, o culto prestado ao milagroso Senhor Bom Jesus de Tremembé.

A organização da festa pertence, ordinariamente, a uma comissão preestabelecida como se poderá comprovar pelo programa, gentilmente oferecido pelo Revmo. Pe. Ismael Dias Monteiro, e que anexamos no final deste modesto trabalho.

ENTREVISTAS:

- Monsenhor João José de Azevedo – Revdmo. Vigário de Pindamonhangaba.
- Pe. Ismael Dias Monteiro – Revdmo. Vigário de Tremembé.
- Sr. Mansoeto Lessa – Oleiro da Cia. Agrícola de Maristela.
- Sra. Ana Candida – Esposa de um ex-seminarista da Trapa.

CONSULTAS:

- Livro do Tombo do Santuário de Tremembé.
- Arquivo da Biblioteca Municipal de Pindamonhangaba.
- - Jornais: “O Lábaro” e a “Tribuna do Norte”.



O Coro da Matriz de Santo Antônio

Márcio Benedito Cavalca

Quem viveu a liturgia até os anos 80 do século passado, sente nostalgia do encantamento e piedade, das cerimônias da Matriz de Santo Antônio.

Uma das maiores lacunas desta época, que nos envolviam e nos convidavam a meditar com maior recolhimento eram as músicas e cantos apropriados aos ofícios e cerimônias religiosas.

Tudo começou com os primeiros coros da Cruzada Eucarística (Vandira Galvão), da Pia União das Filhas de Maria (Miriam Rocha) e das Zeladoras do Coração de Jesus (Tutu Moraes), acompanhados por um harmônio de fole, tocado pela titular Mirian Rocha.

Quando o Padre Antônio Almeida de Moraes assumiu a Matriz de Santo Antônio, decidiu montar um coro único para acompanhar todas as funções religiosas da paróquia. Como tudo era concentrado na Matriz e não havia outro coro na cidade, o Coro da Matriz passou a cantar em todas as igrejas, adquirindo experiência. Uma das suas integrantes, Marina Magalhães, convidou a musicista Miriam Rocha para acompanhar o Coro no antigo harmônio da igreja. Buscando a perfeição, perceberam a necessidade de marcar compasso para uniformizar os cantos e a jovem Marina Magalhães passou a executar esta função. Marina trazia consigo uma bagagem musical adquirida nos seus estudos no Colégio Nossa Senhora do Carmo, onde frequentou aulas de música, canto e teatro, chegando a atuar na peça Isabel de Rouen, dirigida pela Irmã Maria Michente. Cantavam também missas completas em latim: Kyrie, Glória, Credo, Sanctus, Benedictus e Agnus Dei, levando todo esse aprendizado para a Matriz.



Mais tarde, com a ausência da Miriam, o Coro passou a ter como organista o Geraldinho (Geraldo Galvão). Geraldinho foi de grande dedicação à música sacra da Matriz, sem medir esforços na sua função. De origem humilde, aprimorou seus conhecimentos com a Prof^a. D. Rosinha Filippo mantendo-o nesta função por muitos e muitos anos.

Em meados do ano de 1954, para substituir o antigo harmônio que já se tornara insuficiente para as solenidades que ali se realizavam, o então vigário de Santo Antônio, Mons. Oswaldo de Barros Bindão, iniciou uma campanha para adquirir o órgão de tubos fabricado por João Edmundo Bohn, que levou o nome “doe um tubo para o órgão da Matriz”, mobilizando todo o povo da cidade para aquisição do mesmo.

Aos 29 dias do mês de junho de 1956, ecoaram os primeiros acordes do órgão colocado no coro da igreja e o mesmo seria tocado nas solenidades do ano litúrgico, bem como nos casamentos que ali fossem realizados. O primeiro organista a tocar o novo órgão foi frei Feliciano Trigueiro, que executou peças do repertório sacro da época no concerto da inauguração. O novo órgão de tubos contribuiu para o engrandecimento do Coro da Matriz e o brilhantismo de suas apresentações.

O Coro da Matriz teve grande apoio e incentivo do padre Bindão, excelente músico e organista, compositor de TANTUM ERGO. Suas conversas com Marina eram um verdadeiro aprendizado. Alguns componentes do coro não sabiam ler partituras, mas mesmo as-

sim recebiam cópias manuscritas, onde passaram a ler as notas aguadas e graves, familiarizando-se com os tons bemol e sustenido etc...

Com a introdução de vozes masculinas, as primeiras foram as do Jair e Roberto, passou então a ser conhecido como Coro da Matriz. Nas festas do Padroeiro o Coro era acompanhado pelos músicos: Hilda Encarnação, Benedito Barreto, José Barreto e Ignácio Cipolli (violino), Benedito Cipolli, Rogério Lacaz e Nanico (flauta), Aristóbulo e João Regino (clarineta), Fábio Pinto (Pistom). Quem tocava o contrabaixo era o Sr. João Romão, de Pindamonhangaba que



deixou seu arco na Matriz. O mineiro Fábio Pinto disse ao Coro que conhecia um excelente músico, que tocava contrabaixo, Márcio Martins, que tomava conta do coro dos adoradores em Itajubá e possuía grande prática em corais e cantos litúrgicos. D. Hilda Ortiz cantora do Coro e esposa do Sr. Ortiz, que era chefe da alfaiataria da Aeronáutica, disse que também conhecia seu Márcio, que era músico e arranjador da banda militar da Escola de Especialistas de Aeronáutica, em Guaratinguetá. Seu Márcio, convidado para o ensaio, chegou com o contrabaixo sem o arco. Imediatamente entregaram-lhe o arco deixado pelo seu antecessor e ele passou a fazer parte do grupo. Os arranjos do Coro eram encomendados ao Sr. Eusébio Lico, arranjador da Banda da E.E. Aer. Certo dia num ensaio, Marina percebeu que a caligrafia da orquestração não era do Sr. Eusébio e sim do Sr. Márcio. Descoberto como arranjador, seu Márcio passou a fazer os arranjos, além de cantar, tocar e reger, o que causou certa inibição em Marina, que a partir daí, dividia com ele o canto e a regência.

Como compositor, o Sr. Márcio Martins compôs uma das mais belas peças executadas inúmeras vezes pelo Coro: Virgem Querida.

Em consequência da nova liturgia nas cerimônias religiosas, houve uma mudança nas músicas sacras e o Coro da Matriz sentiu-se deslocado, cedendo espaço aos novos grupos de cantores jovens e de orações.

Desvinculado dos compromissos com a Matriz, recebeu um grande apoio

do Museu Frei Galvão, na pessoa de sua diretora Thereza Regina de Camargo Maia, que cedeu um espaço para arquivo e ensaios, incluindo a cerimônia de lançamento do CD patrocinado pelo então prefeito de Guaratinguetá, Dr. Francisco Carlos Moreira dos Santos.

Sendo assim passou a se apresentar em casamentos, missas festivas de outras igrejas e festivais, tendo como tecladista o músico e compositor Júlio Ricarte. Nesta época o Coral ganhou mais notoriedade e um novo nome Coral Márcio Martins, escolhido por Júlio Ricarte, em homenagem ao Sr. Márcio, falecido em 30 de julho de 1982.

Em 1986, por decisão do pároco da Matriz, padre Paulo Tadeu Gil Gonçalves Lima o órgão foi fechado e coberto devido à reforma da nave da igreja, tendo ficado desta forma até o ano 1997, quando o então vigário da Matriz de Santo Antônio, padre Jalmir Carlos Herédia, decidiu que o órgão devia voltar a funcionar. No mesmo ano iniciou-se então a reforma do órgão tendo em vista que ele deveria ser tocado na missa de elevação da Matriz à Catedral, mas isso não foi possível devido à demora na chegada das peças. O organista responsável pela reforma foi o Sr. Ricardo Clarice. O órgão foi inaugurado aos 13 dias do mês de junho, após a missa solene da Festa do Padroeiro. Às 11h da manhã o organista Edson Roberto Leite realizou o concerto.

Com a restauração do órgão substituiu-se o sistema de tração pneumática pela tração elétrica, cujo motor foi colocado dentro do bufê (caixa de tubos).

As demais características do instrumento permanecem de acordo com as originais que o Sr. J. E. Bohn construiu. O órgão Bohn da catedral conta com 800 tubos subdivididos em madeiras e metais, 21 registros sendo 12 reais e 09 auxiliares, 02 manuais de 56 notas cada e pedaleira de 27 notas.

O Coral Martins encerrou suas funções no dia 20 de maio de 2011, tendo como última apresentação, uma ce-

rimônia de casamento na capela São José, da Basilica Nacional de N. Sra. Aparecida.

FONTE DE PESQUISA

Testemunho da Prof^a Marina Magalhães Morais e Idazil José Garcia
orgaosguara.blogspot.com.br



Coro da Matriz de Santo Antonio de Guaratinguetá

Um Santo do século XXI

Thereza e Tom Maia

Diretores do Museu Frei Galvão
www.casadefreigalvao.com.br
Guaratinguetá, novembro de 2014.



Dr. Ant. de S. Lourenço Galvão



“O Santo é o melhor presente de Deus ao mundo”, registra uma placa em bronze, à entrada do Convento franciscano de Nossa Senhora das Graças, na cidade de Guaratinguetá, região Metropolitana do Vale do Paraíba. E foi este presente que o Brasil recebeu no início deste terceiro milênio, através do Papa Bento XVI, quando na manhã de 11 de maio de 2007, canonizou, em São Paulo, Santo Antônio de Sant’Ana Galvão, o primeiro brasileiro na glória dos altares.

E continuam os dizeres, no bronze:

“Em 1739 nasceu nesta cidade de Guaratinguetá, Frei Antônio de Sant’Ana Galvão que, tendo ingressado na Ordem de São Francisco em 1760, viveu como um Santo, espalhando o bem por toda a parte, e como Santo morreu em 1822 deixando uma memória abençoada, que perdura até nossos dias”.

Uma memória que deve ser dividida em capítulos tantos são os aspectos de sua santa vida.

UM SANTO DESTINO

Antônio Galvão de França foi batizado na Matriz de Santo Antônio, atual Catedral, erguida sob a invocação do também franciscano Santo Antônio, de Portugal, de quem, diz a tradição, Frei Galvão herdou os dons e a santidade.

Antônio, futuro Santo de Guaratinguetá, era o quarto entre os dez filhos do comerciante e capitão-mor de Guaratinguetá, Antônio Galvão de França, natural de Faro, em Portugal e de D. Isabel Correia Leite de Barros, descendente de bandeirantes paulistas. O menino nasceu e cresceu no seio de uma família católica, na casa hoje reconstruída, no centro histórico da cidade, situada à esquina das atuais ruas Frei Galvão e Frei Lucas, este também frade e de Guaratinguetá.

Nesse lar, a imagem de Sant’Ana, em seu oratório, reunia às noites, à luz de velas, toda a família para orações e novenas. Foi certamente nessas noites de

Casa onde nasceu Frei Galvão, na esquina das Ruas Frei Galvão e Frei Lucas. Guaratinguetá-SP. Desenho de Tom Maia.



preces que nasceu a vocação do jovem Antônio para a vida religiosa. Narram as crônicas que, ainda criança, Antônio já sabia dar não somente atenção, mas igualmente muitas esmolas aos pobres que o procuravam.

A fama de caridade do menino Antônio atravessou os séculos e recebeu do Papa João Paulo II, em sua beatificação, o título de “Homem da Paz e da Caridade”.

SACERDOTE E ORADOR

Sua profissão na Ordem Franciscana se deu em 1761 e, no ano seguinte, ordenou-se sacerdote na cidade do Rio de Janeiro. A seguir, transferiu-se para o Convento de São Francisco, em São Paulo, onde foi admitido para terminar seus estudos de filosofia. Na jornada que empreendeu do Convento do Rio de Janeiro para o de São Paulo, Frei Antônio de Sant’Ana Galvão deteve-se em Guaratinguetá, para celebrar, na sua terra natal, “a primeira missa, a primicial, para

gáudio geral” de sua família e de todos os que acorreram à cerimônia, realizada na Matriz de Santo Antônio, onde ele havia sido batizado. Tinha assim início o seu santo sacerdócio.

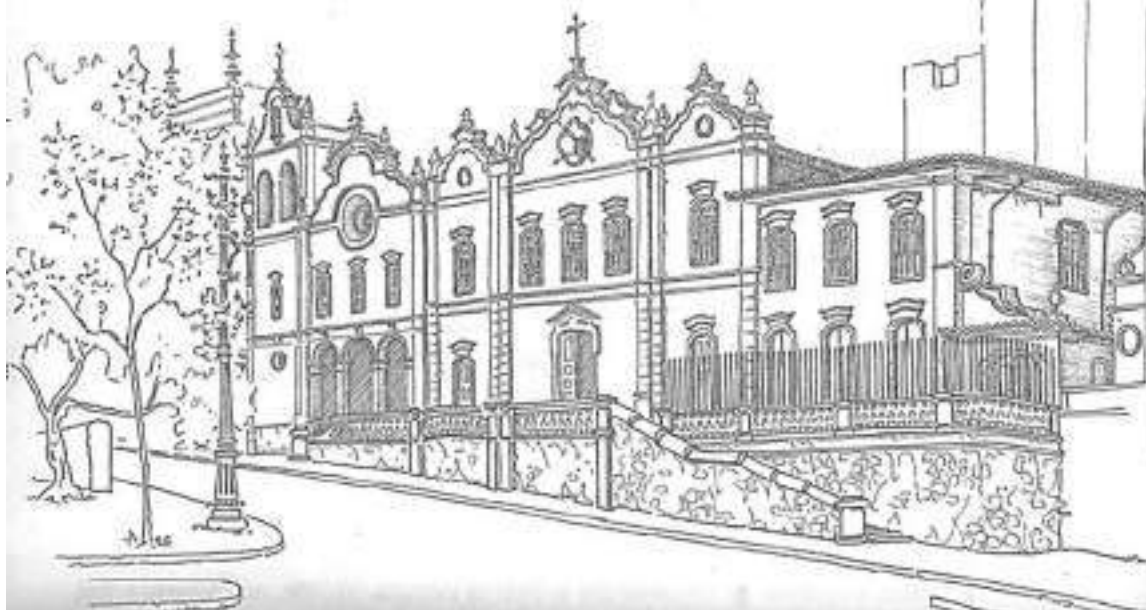
Um dos primeiros atos de Frei Galvão como sacerdote foi o de fazer sua consagração como “servo e escravo” de Nossa Senhora, ato que assinou com seu próprio sangue na data de 9 de março de 1766.

Em São Paulo, logo se destacaram os dotes de oratória de Frei Galvão, que foi eleito pregador, confessor de seculares, porteiro e confessor do Recolhimento de Santa Teresa.

Apresentou nesses misteres um desempenho tão destacado, que a Câmara Municipal não demorou em considerá-lo “um novo esplendor do Convento”.

Como pregador, Frei Galvão sempre demonstrou extraordinário brilho e zelo no anúncio da Palavra de Deus. Por onde andava, pelo interior do Estado e, em especial, pelo Vale do Paraíba, os vigários e os fieis o aguardavam com ansiedade

Convento de São Francisco em São Paulo, onde viveu Frei Galvão durante 60 anos. Desenho de Tom Maia.



e disputavam sua presença para ouvir seus sermões famosos. E Frei Galvão “pregava, confessava, aconselhava, atendia os doentes, deixando por toda a parte a fama de santo”. Existe uma mesa, que se encontra atualmente no Museu-Casa de Frei Galvão, em Guaratinguetá, vinda da Igreja Matriz de São Luís do Paraitinga, que nessa cidade foi usada por Frei Galvão como púlpito, para falar à grande multidão que acorria para ouvi-lo. Há “quem vislumbre nesta mesa, corróida, sinais dos pés do famoso pregador e missionário...”, fato que é documentado em livros e vem certificado por antigo vigário daquela Paróquia.

ARQUITETO E CONSTRUTOR

Uma das grandes realizações de Frei Galvão foi a construção do Mosteiro da Luz, erguido a partir de uma capela quinhentista. A história desse convento, iniciado em 1774, viria a se confundir com a própria vida de Frei Galvão. Ali ele seria operário, mestre de obras e arquiteto.

Trabalhava “ombro a ombro” com os escravos de quem se tornou amigo e companheiro. Esses escravos tinham sido doados pelas famílias das Irmãs do Mosteiro, para que ajudassem na sua edificação. Contam os antigos o misterioso fato de que, não poucas vezes, sem que ninguém trabalhasse na construção durante a noite, ao amanhecer, as grossas paredes de taipa estavam bem mais altas do que ao anoitecer da véspera...

Para angariar os fundos necessários para a construção do Mosteiro, que é atualmente um dos mais importantes documentos vivos do passado colonial paulista, nosso Frade iria percorrer, sempre a pé, todo o território paulista conhecido na época. A Frei Galvão, como arquiteto, deve-se um documento tão interessante quanto importante: trata-se do frontispício da Igreja da Luz, riscado e ainda existente na parede de sua cela no Mosteiro. Reconhecendo o valor de sua obra e dedicação foi outorgado ao já Beato Frei Galvão, no ano 2000 pelo Papa João Paulo II, o título de Patrono da Construção Civil no Brasil.

Mosteiro da Luz em São Paulo, construído por Frei Galvão. Desenho de Tom Maia.



Patrimônio histórico, artístico e arquitetônico Nacional e Estadual, a construção do mosteiro é tema de reportagens, teses, vídeos e filmes. Destes merece destaque o filme “**Frei Galvão - O arquiteto da Luz**”, com roteiro, direção e música de Malcolm Forest. Lançado em 2013, é um documentário produzido em cumprimento por uma graça alcançada, com depoimentos e fatos históricos hoje pouco conhecidos.

ACADÊMICO E MÍSTICO

Quando foi fundada a primeira Academia de Letras em São Paulo, que ficou conhecida como a “**Academia dos Felizes**”, Frei Galvão, por seus dotes literários e de orador famoso, por seu amor à natureza e às letras, notadamente à poesia, foi convidado a dela participar.

Em obediência ao fundador da Academia, o Morgado de Mateus, que então governava a Capitania de São Paulo, Frei Galvão aceitou o convite.

Na segunda sessão literária, realizada em março de 1770, Frei Galvão declamou com sucesso, em latim, dezesseis peças de sua autoria, todas dedicadas a Sant’Ana, além de dois hinos, uma ode, um ritmo e doze epigramas. São composições bem metrificadas, segundo as regras clássicas, e repassadas de profundo sentimento religioso e patriótico.

A produção literária de Frei Galvão atravessou os séculos, tornou-se atemporal. O próprio Congresso Nacional reconhecendo seu valor, por iniciativa do Deputado José Henrique Turner, de Guaratinguetá, realizou a publicação em 1980, dos livros “**Frei Antônio de**



Publicação de acordo com os manuscritos originais reproduzidos parcialmente, em fac-símile e com introdução do Padre Antônio de Oliveira Godinho - Diretor do Museu de Arte Sacra de São Paulo, 1980.

Sant’Ana Galvão - Escritos Espirituais (1766-1803)” e “Frei Antônio de Sant’Ana Galvão - uma síntese biográfica”.

Nogueira Moutinho, da Academia Paulista de Letras, na Folha de São Paulo, de 21/12/1980, p. 81, em artigo intitulado “**Frei Galvão místico paulista do século 18**”, faz a seguinte análise de seus escritos e poesias:

“Frei Galvão, Antônio Galvão de França, guaratinguetaense de nascimento, é uma das mais instigantes figuras de nosso século 18.

Em tal perspectiva os escritos de Antônio de Sant'Ana Galvão requerem cuidadosa pesquisa por parte dos historiadores da cultura colonial, pois constituem um dos raros documentos da espiritualidade da época... O estudo de tais fontes, até hoje inéditas, irá, sem dúvida, trazer à luz as correntes subterâneas de um tipo de cultura religiosa e de cultivo da espiritualidade monástica que as preocupações de ordem material logo iriam abafar na São Paulo voltada unicamente ao enriquecimento”.



OS DONS

Às virtudes de Frei Galvão acrescentavam-se raros dons sobrenaturais, como aconteceu com alguns santos, entre eles Santo Antônio de Lisboa ou de Pádua.

Entre esses dons de Frei Galvão, comprovados inúmeras vezes, podemos destacar: o da **bilocação** ou **ubiquidade** (quando se encontrava em dois lugares ao mesmo tempo); o da **premonição** (quando previa e via acontecimentos); e o da **levitação** (em que se elevava acima do solo). Deste último dom, certamente, originou-se antiga quadrinha, que a tradição popular memoriza, hoje em forma de oração:

Na minha aflição

Dai-me consolação

Senhor meu Frei Galvão

Que não pisais no chão

Inúmeros testemunhos desses acontecimentos foram registrados por vários autores: por Frei Adalberto Ortmann, em “Frei Antônio de Sant’Ana Galvão nas Tradições das Famílias Paulistas”, por Maristela em “Frei Galvão - Bandeirante de Cristo”, na “Poliantéia”, de Manuel Altenfelder Silva, e entre muitos outros escritores, de ontem e de hoje.

Contam os antigos de Guaratinguetá que Frei Galvão sempre deu muito carinho e proteção para as gestantes e par-turientes porque sua mãe faleceu, aos 39 anos, em decorrência de problemas liga-

dos ao parto do último filho. Na época Frei Galvão estava no Seminário em Cachoeira, na Bahia, não sendo possível despedir-se dela...

A notícia dessa proteção às grávidas atravessou os séculos e hoje são centenas de pedidos e agradecimentos para uma gravidez feliz, como as recentes cartas recebidas na Casa de Frei Galvão, vindas inclusive do exterior. E há ainda devotas que mesmo hoje “sentem a presença do Santo, nos piores momentos de partos considerados impossíveis pela medicina”.

AS PÍLULAS DE FREI GALVÃO

Dois casos de vida em perigo deram origem às Pílulas: o de uma parturiente e o de um rapaz com cálculos nos rins. Por não poder abençoá-los pessoalmente, Frei Galvão escreveu, em um pequeno papel, uma jaculatória a Nossa Senhora. Enrolou-a em forma de pílula e mandou que as dessem aos doentes. A parturiente, sua criança e o rapaz se salvaram. A partir daí, a fama e a fé nas Pílulas de Frei Galvão se ampliaram até a atualidade, bem como sua procura para os mais diversos problemas.

Na pílula, sacramental da fé, a jaculatória é escrita em latim: “Post Partum Virgo Inviolata permansisti: Dei Genitrix intercede pro nobis” (Depois do parto, ó Virgem, permaneceste intacta: Mãe de Deus, intercede por nós). Devido ao fato de ter salvo a parturiente e a criança, e a jaculatória referir-se a parto, Frei Gal-

vão passou a ser considerado pelo povo como “Patrono das parturientes”.

Na Sala dos Milagres, no Conjunto Devocional e Cultural Frei Galvão, estão duas Colunas de Fé, em vidro. Nelas, mais de dez mil pedidos de graças, milagres e agradecimentos a Frei Galvão, recebidos através das Pílulas de Frei Galvão, atestam a fé do seu povo devoto.

OS GALVÃO DE PROMESSA

Sempre muito caridoso, Frei Galvão não media sacrifícios para aliviar os sofrimentos alheios, pessoalmente ou através de suas pílulas milagrosas.

Após a morte de Frei Galvão, começaram a surgir inúmeros Galvão de promessa e mesmo os Antônio de Sant’Ana Galvão. Eles estão hoje espalhados pelo Vale do Paraíba, sul de Minas Gerais e mesmo por todos os Estados brasileiros.

Trata-se de pessoas que, no batismo e no registro de nascimento, recebem dos pais esse sobrenome e nome, por gratidão ou como pagamento de promessa por graças alcançadas através de Santo Antônio de Sant’Ana Galvão.

GRAÇAS INTERNACIONAIS

Entre as centenas de milagres e graças alcançadas por intercessão de Frei Galvão que chegam ao Museu Frei Galvão, muitos são internacionais. Entre eles destacamos quatro:

DE PORTUGAL

O agradecimento pela cura alcançada foi concretizado em um painel de azulejos, colocado à entrada da Igreja do Mosteiro da Luz, em São Paulo e veio da cidade portuguesa do Porto.

Tem os seguintes dizeres:

"A Frei Antônio de Sant'Ana Galvão

*Família de Manuel da Costa por
grandes*

*graças alcançadas, a sua eterna
gratidão"*

São Paulo, 8/11/1945.

O interessante é que a milagrada esteve na Casa de Frei Galvão em Guaratinguetá, no ano de 1989, para agradecer pessoalmente este milagre que havia acontecido há 51 anos, quando ela tinha apenas 5 anos. Foi curada de uma peritonite grave quando viera a São Paulo com os pais. Internada na Santa Casa, estava desenganada. Uma senhora, vizinha de quarto, ao ver o desespero dos pais, trouxe a novena e as Pílulas de Frei Galvão que sua mãe rezou por ela e a cura aconteceu.

DOS ESTADOS UNIDOS

Em 1998, o Museu Frei Galvão recebeu, vinda de Miami, na Flórida – EUA, uma carta manuscrita, assinada por Mr. Geraldo Dearaujo, trazendo um pedido e um recorte de jornal daquela cidade, com a notícia sobre a beatificação de Frei Galvão, com o endereço do Museu.

Quanto à solicitação, a carta dizia o seguinte:

"Através desta, venho pedir encarecidamente o seu auxílio em enviar as Pílulas de Frei Antônio de Sant'Ana Galvão. Não posso viajar, estou enfermo para longa viagem de avião. Sofro de artrite desde o pescoço, coluna, cintura e pernas... Gostaria de que com a ajuda de Frei Galvão, eu também pudesse sarar do meu corpo e alma. Por favor, enviem também a oração de Frei Galvão".

Os pedidos foram atendidos pelo Museu Frei Galvão. Passados alguns meses, chegou uma nova carta com boas notícias:

"Estou muito feliz e agradecido a Deus por permitir a Frei Galvão a minha cura, pois, ao tomar as Pílulas e com a oração, pude sentir que eu estava bom, não tenho mais dor no corpo como havia mencionado, bem como, agradeço a cura da minha alma... Assim que puder, irei a São Paulo. Minha primeira visita será no Mosteiro da Luz e a segunda, ao Museu Frei Galvão em Guaratinguetá. Muito agradecido a todos que fizeram possível a minha cura, enviando as Pílulas e a oração de Frei Galvão".

DO CHILE

O terceiro milagre escolhido veio do Chile e se refere a uma gravidez que era impossível, pois a senhora que desejava ser mãe, embora jovem, tivera uma menopausa precoce. Ao ver na TV a notícia da canonização de Frei Galvão, como Patrono das futuras mães e parturientes, Soledad, de apenas 30 anos escreveu

para a Casa de Frei Galvão, pedindo as Pílulas, que lhe foram enviadas.

Meses depois chega à Casa de Frei Galvão um feliz casal com seu novo bebê, para agradecer ao Santo o nascimento de Aurora e de Guilherme, deixando como lembrança uma cruz de cobre do Chile.

Em 2013, uma surpresa! O casal vem novamente a Guaratinguetá, agradecer a Frei Galvão, uma nova gravidez, agora de gêmeos, Antônio e Mariana. Uma fotografia enviada à Casa de Frei Galvão, comprova a felicidade da família de Soledad e seu esposo Alejandro, pelas graças alcançadas através de Santo Antônio de Sant'Ana Galvão.

DA ITÁLIA

Entre os agradecimentos por graças alcançadas através de Frei Galvão, uma merece destaque por ter sido alcançada na Itália, por uma devota de Guaratinguetá.

Em agradecimento pela graça alcançada mandou imprimir, para distribuição das Pílulas de Frei Galvão, um certo número de orações para Frei Galvão, em italiano. A oração e as Pílulas foram um sucesso na Itália.

Mesmo depois de cumprida a promessa, a devota continua atendendo aos pedidos, com já centenas de orações e Pílulas espalhadas por toda a Itália.

A BEATIFICAÇÃO

Em 1998, no processo da beatificação de Frei Galvão, o Vaticano, por unanimidade, reconheceu suas virtudes. E dentre as trinta mil graças estudadas aprovou, ainda por unanimidade, o milagre que salvou a vida da menina Daniela.

Aconteceu em 1990. Na tenra idade de 4 anos, padecendo de hepatite aguda do tipo A, Daniela Cristina da Silva, desenganada, foi internada na UTI, em fase terminal da doença. Diante desse quadro, seus pais e uma tia, “cheios de fé”, decidiram entregar a criança à proteção de Frei Galvão, ministrando-lhe suas pílulas e iniciando fervorosa novena ao venerável santo. Vencendo a hepatite aguda A, uma broncopneumonia, uma parada cardio-respiratória, meningite, faringite e dois episódios de infecção hospitalar com paralisação dos rins e do fígado, Daniella, semanas mais tarde, “correndo e brincando”, teve alta do hospital, já completamente curada. “Atribuo à intervenção divina não só a cura da doença mas a sua recuperação geral”, afirmou seu médico assistente. Reconhecendo esse milagre, e declarando Frei Galvão “o homem da paz e da caridade”, Sua Santidade o Papa João Paulo II, hoje Santo João Paulo II, elevou à honra dos altares, na data de 25 de outubro de 1998, o filho que Guaratinguetá entregou para a glória dos ceus.

A CANONIZAÇÃO

Por causa da natureza de seu útero de pequenas dimensões (bicorne), Sandra não era capaz de manter uma criança

em seu ventre e levar uma gravidez até o final. Contudo, depois de dois abortos engravidou uma terceira vez e, apesar do prognóstico médico de uma gravidez de alto risco para mãe e filho, ela estava decidida a manter a gestação. Por orientação de parentes, Sandra recorreu às “pílulas de Frei Galvão” e fez uma novena em louvor ao Beato. Com as pílulas e a novena, a gestação evoluiu normalmente. Porém o menino nasceu com o problema respiratório na membrana hialina do tipo mais grave. Suplicando mais uma vez a intervenção de Frei Galvão para felicidade dos familiares e surpresa dos médicos, o quadro clínico teve rápida melhora, e logo a criança deixou o hospital. O êxito desse caso extraordinário foi atribuído à intercessão do Beato Frei Galvão. Os Peritos Médicos da Congregação das Causas dos Santos aprovaram por unanimidade a cura como “cientificamente inexplicável no seu conjunto, segundo os atuais conhecimentos científicos”.

Com a aprovação do milagre pela Santa Sé, marcou-se para **11 de maio de 2007 a canonização do Santo de Guaratinguetá - Santo Antônio de Sant’Anna Galvão** -, em missa celebrada pelo Papa Bento XVI, no Campo de Marte, em São Paulo, uma exceção feita pelo Santo Padre, como homenagem ao Brasil, que é o maior país católico do mundo. Vindo a São Paulo, a Aparecida e a Guaratinguetá, a terra que deu ao mundo e aos céus o primeiro santo brasileiro nos quinhentos e sete anos da sua história, confirmou-se a profética inscrição em bronze, de 1939, aos pés de Frei Galvão, no Convento Franciscano de Guaratinguetá: **“O Santo é o melhor presente de Deus ao Mundo”**.



Desenho de Tom Maia.

O SANTO DE GUARATINGUETÁ

Em outubro de 2011, Guaratinguetá foi honrada com um Patrono ilustre, cidadão emérito e único: **FREI GALVÃO**. Um fato inédito no Brasil também, pois seu Patrono é guaratinguetaense e primeiro brasileiro na glória dos altares, embora sua vida e obra não se restrinjam apenas à religião, como justifica o Projeto de Lei Legislativo nº 0027/2011 de autoria do Vereador José Benedito de Lima, o Lima da Farmácia e a Lei nº 4.325 de 03 de outubro de 2011.

OUTROS TÍTULOS

- **Patrono dos Profissionais da Construção Civil**, outorgado no ano 2000 pelo Papa João Paulo II, graças a sua ação como arquiteto e engenheiro, com destaque para a construção do Mosteiro da Luz em São Paulo, entre outras obras.
- **Patrono do Comércio Varejista de Material de Construção no Brasil**, outorgado em São Paulo, em 2007 pela Associação dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO).
- **Diploma de Engenheiro e Arquiteto-Honoris Causa**, outorgado em 2008 pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA), “homenageando a memória deste paulista que soube tão bem conciliar a dura vida religiosa com seus ideais de construtor preocupado com os objetivos sociais de suas edificações, muito antes do advento das escolas de engenharia no Brasil. Um exemplo de determinação e idealismo, entre os profissionais da área tecnológica”.
- **Padroeiro da 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), de Caçapava-SP**, outorgado em 2008, através do Decreto assinado por Dom Osvino José Both – Arcebispo Militar do Brasil e por José Carlos de Medeiros – Chanceler do Ordinariato Militar. Através desse decreto, “Santo Antônio de Sant’Ana

Galvão deve ser honrado em todas organizações militares que lhe são subordinadas”.

- **Padroeiro das Supermarcas da Construção no Brasil**, outorgado em 2010, para que “seu empenho, dedicação e atitudes de Amor e Paz, sirvam de inspiração para a vida dos milhares de empreendedores, lojistas, fornecedores, arquitetos e profissionais que trabalham no setor da construção”.

A partir da canonização estão sendo construídas capelas e igrejas, obras sociais, estradas e até santuários e mosteiros em louvor a Frei Galvão, por muitos Estados brasileiros, divulgando a fé e devoção a Santo Antônio de Sant’Ana Galvão.

Tão fabuloso é o que ocorre em torno de Frei Galvão em sua terra natal, que em 2014, o Museu Frei Galvão reuniu todo esse material, nas 215 páginas do livro “**O Santo de Guaratinguetá**” – comemorativo do sétimo aniversário de sua canonização.

Estão presentes em sua trajetória, seus dons, milagres, obras, conventos e igrejas, homenagens feitas e desfeitas, como aconteceu com as duas Estátuas do Santo Frei Galvão, impossibilitadas de receber viajantes e devotos à entrada de sua cidade.

Este documentário em textos, arte e fotos é feito para que as gerações futuras possam conhecer e divulgar Frei Galvão – Santo e Patrono de Guaratinguetá, o primeiro a ter a glória dos altares do Brasil.

O CONJUNTO DEVOCIONAL E CULTURAL FREI GALVÃO

Para melhor conhecer o Santo, é preciso visitar o Conjunto Devocional e Cultural Frei Galvão, no centro histórico da cidade. Nele se destaca a Casa onde nasceu o Santo, com sua atraente arquitetura colonial. Bem perto da casa, no alto da ladeira, a Catedral de Santo Antônio revive em seu requintado interior de altares barrocos, a memória de Frei Galvão, que foi ali batizado em 1739 e local onde rezou sua primeira missa.

Na Casa, quadros, imagens e perences mostram as homenagens, a história e os milagres do Santo, além de relíquias suas do osso e da batina, “ex-ossibus” e “ex-vestibus”, incrustadas no peito de sua imagem em madeira do Vale do Paraíba, esculpida em pagamento de uma promessa.

Há também a Fonte de Frei Galvão. Um painel de azulejos com a efígie de Frei Galvão, torneiras vindas de Portugal e a oração da Água – fonte de vida, valorizam o local.

No Conjunto se destaca o primeiro Oratório no Brasil de Frei Galvão Construtor. Este oratório é também uma homenagem a todos que se dedicam à arte da construção. Ao lado desse Oratório, o Memorial reúne rico acervo em documentos e fotografias sobre a família do Santo. A Sala dos Milagres apresenta centenas de graças e milagres alcançados pela fé em Frei Galvão.

No Memorial de Frei Galvão, abençoando a cidade, está a Estátua de Frei Galvão - Patrono de Guaratinguetá. Foi inaugurada dia 17 de julho de 2014, no sétimo ano da sua canonização e abençoada pelo Padre Armênio Rodrigues, capelão do Mosteiro da Luz em São Paulo, que é local onde Frei Galvão está sepultado desde 1822.



O PRESENTE DE FREI GALVÃO

Santo Antônio de Sant'Ana Galvão também deixou um presente para sua terra natal, uma herança espiritual e terrena. Santidade internacional e exemplo de fé cristã, presentes em toda sua vida e obra, como primeiro brasileiro na glória dos altares. É a herança espiritual que deixa a todos, especialmente à sua terra querida.

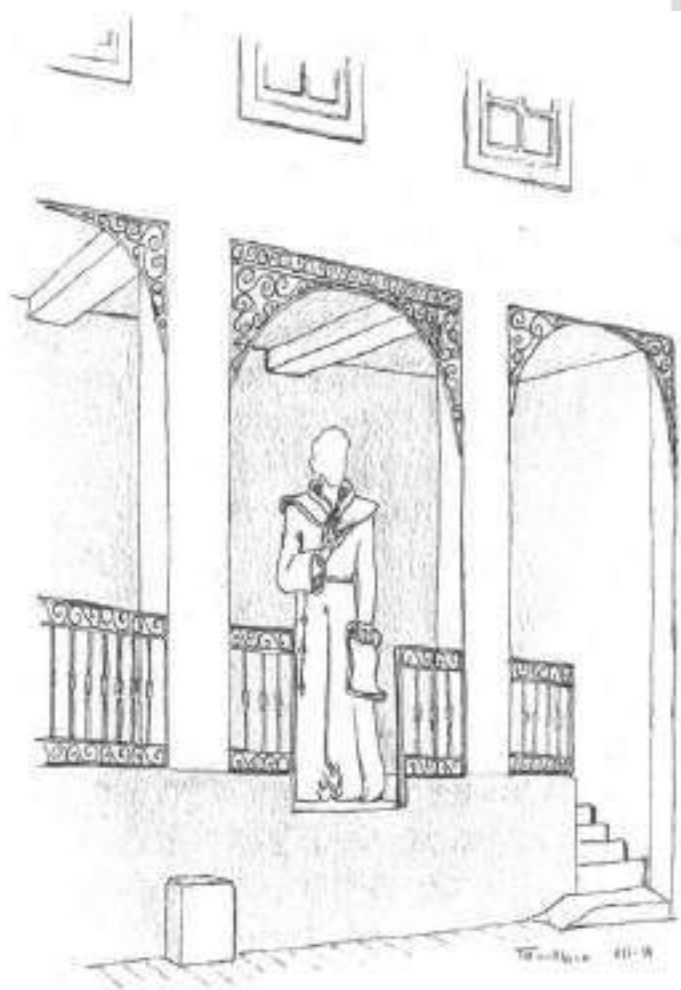
Sua herança terrena está presente nos títulos que doou à sua cidade. O primeiro foi o de Estância Religiosa - a primeira do Estado de São Paulo, divulgando Guaratinguetá para todo o país, em lei de 2009, sancionada pelo Governador José Serra. E em 2014, também graças a Frei Galvão, o Governador Geraldo Alckmin concedeu a Guaratinguetá o título de Estância Turística do Estado de São Paulo, título que veio completar a herança de Frei Galvão à sua terra natal.

Este honroso título deu novo rumo à história e ao futuro de Guaratinguetá, abrindo horizontes de fé, lazer e economia, sempre valorizando a gente e a terra de Frei Galvão para o Brasil e o mundo.

REFERÊNCIAS

MAIA, Thereza e MAIA, Tom, **Frei Galvão: sua terra e sua vida**. Edição revista e atualizada. Aparecida-SP: Ed. Santuário, 2007.

Missa de Canonização de Frei Galvão. Dados biográficos de Antônio Galvão de



Frei Galvão - Patrono de Guaratinguetá. Estátua do Santo no Memorial de Frei Galvão. Desenho de Tom Maia.

França. São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 11 de maio 2007.

MUSEU FREI GALVÃO. **Guaratinguetá Ontem & Hoje: Conto, canto e encanto com a minha história...** São Paulo-SP: Ed. Noovha América, 2010.

MUSEU FREI GALVÃO. **O Santo de Guaratinguetá. Edição comemorativa do sétimo aniversário da canonização de Frei Galvão.** São Paulo-SP: Ed. Noovha América, 2014.



História dos Logradouros de Guaratinguetá

Deise Cristina da Silva
Ana Maria de Toloso Cipro
Helenice Martins Silva

A área de Metodologia Científica das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila de Lorena, cujo titular, Prof. Francisco Soderro Toledo propôs o título: - “A busca da Identidade Cultural do Vale do Paraíba”, como tema a ser pesquisado pelos alunos. E dentro dessa propositura, escolhemos um subtítulo, “História dos Logradouros de Guaratinguetá”; por dois motivos:

- 1) Guaratinguetá é um exemplo típico da cultura vale paraibana, dados sua localização geográfica e seus longos anos de existência;
- 2) Por sermos um grupo de alunos de Guaratinguetá, tornando-nos mais motivados desenvolver a pesquisa.

Para a execução do trabalho, primeiramente, foi feita no mês de agosto deste ano 1983, um projeto, no qual foram estabelecidos os objetivos e quais os meios a serem empregados para atingi-los.

O principal, foi a busca de mais elementos que ajudassem a enriquecer a literatura sobre a identidade cultural do Vale do Paraíba e, como meios foram propostos:- entrevistas, pesquisas nos acervos da Câmara, Jornais, publicações, fotografias etc..

Como entrevistas conseguimos:

- dia 05/09/83 com Thereza Regina Camargo Maia e Tom Maia;
- dia 09/09/83 com João Martins de Abreu;
- dia 15/09/83 com Benedito D. Coupê;
- dia 17/09/83 com Helvécio Vasconcelos Coelho; e,
- dia 20/09/83 com Antenor Carneiro de Magalhães.

Como consulta citamos:

- Artigo do Prof. Rogério Lacaz, ver. ref. bib.
- Monografia das ruas de Guaratinguetá de Francisco Fortes, ver. ref. bib.
- Jornal Correio Cultural, de João Martins de Abreu, ver. ref. bib.
- Atas da Câmara Municipal de Guaratinguetá, ver. ref. bib.
- Guia da Cidade de Guaratinguetá, ver. ref. bib.

- Guaratinguetá e seus vultos, ver. ref. bib.
- Vultos do presente e do passado, Aydano Leite, ver. ref. bib.
- Um mineiro de Guaratinguetá, Homero Senna, ver. ref. bib.

Essas entrevistas eram mais conversas informais do que propriamente perguntas e respostas; eram realizadas de acordo com o seguinte esquema:- foi elaborado um rol com os atuais nomes dos logradouros da cidade, tirados do “Guia de Guaratinguetá”. Apresentamos nome por nome desta lista e pedimos às pessoas entrevistadas que contassem algo sobre os referidos locais.

As informações eram cuidadosamente anotadas para posterior consulta. Aconteceu ainda que, durante as conversas, serem citados logradouros que não constavam na lista, os quais eram acrescentados a ela.

Com os dados e informações obtidas, pudemos saber como eram antigamente os atuais logradouros, as modificações



por que foram passando, os importantes fatos históricos neles ocorridos e para o nosso descontentamento, verificamos a destruição da memória da cidade, que era o seu acervo arquitetônico, a nossa identidade cultural.

DESENVOLVIMENTO

Logradouros:- segue-se abaixo uma relação de ruas, avenidas, becos, largos etc; seus nomes antigos e atuais, e onde se localizam:

- 1) **Água Férrea:** - é assim chamado pela existência de um veio d'água na baixada da atual Tamandaré e Vila Broca, perto do Asilo Santa Isabel.

Lá havia uma água ferruginosa, a qual era usada por todos na cura de anemia. Este veio d'água nascia entre as pedras do antigo colégio São José, atrás da Santa Casa. O córrego separava a R. Tamandaré da Boa Vista e parece que atualmente ele não existe mais.

- 2) **Alto das Almas:-** Localizado abaixo do Alto de São João; final da R. Rangel Pestana. Assim chamado pela existência do Cemitério de São Miguel das Almas, sendo destruído em 1957 ou 1958.

Em 1953, foi declarado pela Câmara Municipal de Guaratinguetá, patrimônio histórico. Existe neste Local a Igreja de São Miguel.

- 3) **Alto de Santa Luzia:** = Era o antigo Bairro dos Pereiras e depois Bairro do Campinho. Resultou do desmembramento daquelas terras. Nela se localiza a Igreja

de Santa Luzia, atualmente bastante ampliada.

- 4) **Alto de São João:-** Localiza-se no final da R. Rangel Pestana, acima do Alto das Almas. Assim chamado porque ali havia a Capela de São João, construída por Monsenhor Fillippo, que queria ali ser sepultado, tendo construído inclusive seu túmulo, onde não foi enterrado. Após a morte de Mons. Fillippo, na década de 20, a Capela foi abandonada, vindo a desaparecer nos anos 50.

Atualmente esse logradouro ainda é conhecido pelo nome de Alto São João.

- 5) **Av. do Colégio:** - Atualmente refere-se à R. Dom Bosco e um trecho da Praça Joaquim Vilela até a R. Marechal Deodoro. Assim chamada por localizar-se em frente ao antigo Colégio Nossa Senhora do Carmo, hoje, Instituto N. Sa. do Carmo. Essa denominação vem do final do século passado quando esse estabelecimento de ensino foi inaugurado.

Com a morte de Joaquim Villela, ex-prefeito desta cidade, a avenida teve seu nome trocado para R. Dom Bosco e a praça recebeu a denominação de Joaquim Villela.

- 6) **Av. do Pedregulho:** - Atualmente Av. João Pessoa, onde se encontra a atual Escola Costa Braga.

Nas imediações havia muito pedregulho sendo utilizado nas construções. Essa avenida foi construída no fim do século passado e até 1930 chamava-se Av. Washington

Luís. Com a morte de João Pessoa em 1929 a avenida teve seu nome trocado para Pedregulho, e por conseguinte, todo o bairro.

Outros dizem que o nome se originou devido à Chácara do Pedregulho lá existente.

- 7) **Beco da Cruz:-** Também chamado Beco da Cruz Grande. Localiza-se nas imediações da R. do Porto (atual Comendador Rodrigues Alves) e Largo da Bela Vista (Atual Pç. Martin Afonso).

Assim chamado pela existência de 3 cruzeiros e da Capela de Santa Cruz, onde todos iam rezar. Essas cruzeiras eram muito visitadas pois diziam que significava a morte de 3 meninos no Rio Paraíba.

- 8) **Beco da Lapa ou da Mineira:-** Ligava a R. Tamandaré à antiga R. Verde (atual Rafael Brotero) à R. do Imperador (atual Marechal Deodoro).

Não podia ser palmilhado, porque a outra extremidade estava ocupada por casas da R. Marechal Deodoro. Seu nome foi tirado de uma certa mineira que lá residia.

- 9) **Beco das Lavadeiras ou do Furfura:-** Atual R. São Francisco. Havia nesse local “Casas livres”.

- 10) **Beco do Conforto:-** Travessa da R. Tamandaré. Havia na esquina “Casa Livre”.

Na década de 50, foi aberta uma passagem para uma chácara lá existente, hoje, Vila Broca.

- 11) **Beco do Juca Pinto:-** Ligava a R. José Bonifácio à ponte da R. Castro Santos, conhecida como

Ponte do Juca. É parte da atual Castro Santos.

Juca Pinto era um tipo popular que se tornou célebre pelas suas borracheiras e pelos trabalhos dados à polícia daquele tempo.

- 12) **Beco do Maricá:-** Parte das ruas Joaquim Miguel e Domingos Rois Alves. Assim chamado porque a cerca da rua era de uma planta muito espinhosa, chamada “Maricá”. Neste local também havia “Casa Livre”. Era uma continuação do Beco do Pitto.

- 13) **Beco do Mascate:-** Teve origem no nome de Joaquim Mascate, proprietário de várias casas de aluguel, neste local. Seu nome completo era Joaquim José de Oliveira Mascate.

Dizem também, que quando Manoel Carneiro era intendente da cidade (prefeito) e Joaquim Mascate era chefe adversário de Rodrigues Alves (1900-1905), o prefeito denominou então R. do Mascate e posteriormente Beco do Mascate, para assim diminuir a pessoa de seu adversário Joaquim Mascate. Tudo isso ocorreu por motivos políticos.

- 14) **Beco do Melo:-** Atual R. 9 de Julho. Assim chamado pela localização da residência do Sinhôzinho de Melo, cujo nome era Manuel José de Melo, capitão-mor da Vila de Santo Antônio. Sua casa ficava na esquina do estreito beco.

- 15) **Beco do Pitto:-** Beco que ligava a atual R. Almirante Barroso com a Comendador Rois. Alves, localizando-se mais ou menos, na altura da atual Padaria Esperança. Teve



esse nome devido ao Sr. Benedito Rodrigues Batista Pinto, criador de porcos.

- 16) Beco do Rosário:-** Localizado entre a casa que o Visconde de Guaratinguetá possuía, no largo do Rosário.

Tal beco contornava a igreja e saía na R. Municipal, atual Mons. Fillipo. Nos tempos em que havia quitandas na praça principal, esse beco servia para vendas de peixe. E nas festas do Divino, o beco era escolhido para a distribuição de carnes aos pobres.

- 17) Beco do Tombadouro:-** Atual R. Flaminio Lessa, ligando a R. Boa Vista, hoje, Tamandaré à R. Visconde de Guaratinguetá, junto à ponte do

Nhô Aleixo. Também chamado de Beco do Teatro, pois ali existia uma câmara de teatro. Por ser uma ladeira, facilitava os tombos, as quedas, dando origem ao nome Tombadouro.

- 18) Beco dos Aflitos:-** Ligava a R. Duque de Caxias à R. Vigário Martiniano, e se situava, onde existiu o sobradão de Nhô Flávio de Castro, hoje, sobrados pertencentes ao Sr. Mollica.

Este beco desapareceu. Nessa mesma rua também havia outro beco, o qual trouxe dissabores à Câmara em 1893. Este partia das proximidades da casa de Nhô Antunes e ia ter aos fundos dos quintais das ca-

sas que davam em frente para a R. Cel. Virgílio.

Servia também às casas da R. Feijó.

19) Beco dos Suspiros:- Esse beco saía da R. da Pedreira (atual Cel. Tamarindo) e ia até o Ribeirão São Gonçalo. É a atual R. Floriano Peixoto. Também chamado de Beco do Colégio, por situar-se próximo do atual Inst. N. Sra. do Carmo.

20) Buraco D'Água:- Atual R. São José. Havia ali uma água que nascia do barranco e formava um brejo. Apesar de barrosa, suja, mesmo assim, o povo ia buscá-la para sua utilização. Essa água passava por debaixo das casas, desaguando no Ribeirão São Gonçalo.

Por ser uma rua muito baixa, as enxurradas desciam dos morros até o rio. A mina localizava-se onde hoje é o Centro de Estudos Alaise Marcondes Veloso.

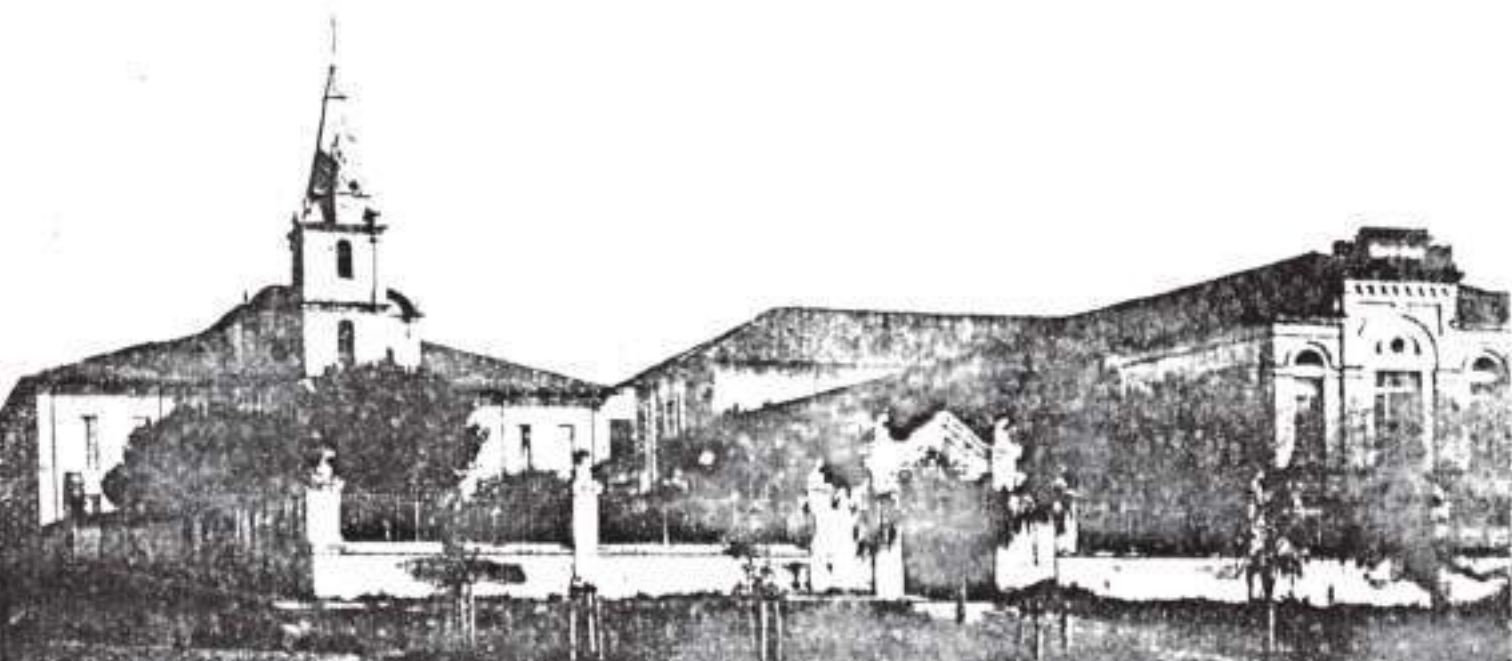
21) Campo do Galvão:- origina-se de uma fazenda existente desde 1827, sendo sua sede onde se localiza a Igreja de Santa Cruz e São Benedito do Campo do Galvão. Na época

seu proprietário era o Sr. Com. João da Costa França. Hoje, toda essa extensão de terra é denominada Campo do Galvão.

22) Campo do Lazareto:- Também chamado, Campo de isolamento. Atualmente é constituído pelo bairro da Nova Guará. Neste local havia o hospital do Isolamento, onde é o atual EEPG Joaquim Villela de Oliveira Marcondes. Neste hospital eram isoladas pessoas de doenças contagiosas; febre amarela, varíola, lepra etc.. Isso ocorreu por volta de 1902 e a casa existiu até a década de 40.

23) Cruz Grande:- Tem essa denominação por seu cruzamento grande entre as ruas Marechal Deodoro, que ia até a Igreja Matriz e Dr. Martiniano, formando assim, uma cruz.

24) Largo da Bela Vista:- Posteriormente chamou-se Pç. São Joquim, e hoje, Pç. Martin Afonso. Assim chamada, devido à bela paisagem proporcionada pelo Rio Paraíba e suas adjacências com árvores ladeando suas margens. Atualmente é conhecida como Pç. das 3 Garças, devido ao documento das 3 garças ali existente.



25) Largo da Bica:- Posteriormente chamou-se Pç. da República e atualmente Pç. 15 de Novembro. Assim chamava-se devido ter existido ali uma bica ou um chafariz público, cuja água nascia na Pedreira.

26) Largo da Estação:- É o largo fronteiro à estação, atual Pç. Condessa de Frontin. O Engº André Gustavo Paulo de Frontin, diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, veio a essa cidade com sua esposa visitar uma tia, da. Chiquinha Braga, a qual residia na R. Dr. Moraes Filho, onde se localiza o prédio do Banespa.

Ao encontrar na estação, o presidente da Câmara Municipal, Com. Antonio Rodrigues Alves e o Governador Sr. Pedro Marcondes Leite, após os cumprimentos, o Comendador fez ver ao Sr. Frontin, que a estação de Guaratinguetá era precária demais e estava em desarmonia com o crescimento da cidade. Foi então feito um acordo entre os dois, e Frontin dizia que, só construiria uma nova estação se o Comendador mandasse abrir a atual rua, Dr. Martiniano até a Igreja Matriz, pois a mesma terminava na casa dos Cons. Rois. Alves. A rua foi aberta e uma nova estação foi construída, em 1914, no mesmo local da anterior, que havia sido construída em 1877. A praça recebeu o nome de Condessa de Frontin, em homenagem à esposa do Dr. Frontin.

27) Largo da Matriz:- Posteriormente chamou-se Pç. Cons. Rois. Alves e depois Santo Antonio, nome que

perdura até hoje. Foi chamado Largo da Matriz, porque a Igreja de Santo Antonio é a matriz da cidade. Essa igreja foi erguida em substituição à antiga capela construída por volta de 1630, em homenagem ao padroeiro da cidade.

28) Largo de São Benedito:- Também conhecido como Largo de São Gonçalo, por se localizar no bairro do mesmo nome. Com a libertação dos escravos, os negros trocaram o nome para Bairro de São Benedito.

Havia ali uma igreja que foi erguida no séc. XVIII, tendo como orago, São Gonçalo do Amarante. Essa igreja estava voltada para o lado das estradas. O Largo de São Benedito se constitui na atual Pç. São Gonçalo, localizada ao lado da Igreja de São Benedito.

29) Largo de São Bento:- Atualmente Pç. Francisco Marques de Azevedo; todas as terras ali existentes eram de propriedade dos Azevedos. Foi então construída por eles, a Igreja de São Bento, a qual denominou popularmente Largo e bairro.

30) Largo do Rosário:- Primeiramente chamado Largo da Quitanda, pois neste local, até 1892, encontrava-se a feira da cidade, acabando-se com a construção do Mercado Municipal, em 1889. Passou então a chamar-se Largo do Rosário, pois havia na esquina, a Igreja do Rosário dos Pretos. Essa igreja situava-se na esquina da atual Pç. Cons. Rois. Alves e R. Mons. Filipo. Foi construída em 2 de dezembro de 1727 e demolida em 1934,

com permissão das autoridades eclesiásticas. Os objetos sagrados foram doados à Igreja N. Sra. das Graças que, então se construía. O terreno posto à venda, foi adquirido por Sebastião Santos Pinto e Olindo Antunes de Oliveira e no local foi edificado o Bar Pequeno, que perdura até hoje. Mais tarde, o largo do Rosário passou a chamar-se Pç. 13 de Maio e finalmente Pç. Cons. Rodrigues Alves.

- 31) Largo do Teatro:** - Primeiramente chamado, Largo do Rócio, pois ali se encontrava o pelourinho da cidade. Com a morte de Moreira Cesar na Guerra dos Canudos, a praça passou a chamar-se Moreira Cesar. Em 1910 Homero Ottoni veio a falecer e em 1912 aproximadamente, a praça passou a chamar

Homero Ottoni.

É chamado do Teatro por ter havido ali, o Teatro Carlos Gomes. Quem teve a iniciativa de realizar a conclusão desse teatro foi o Sr. Alfredo Antunes. Para a inauguração foi contratada a Companhia de Operetas Ismênia dos Santos. Todas as festas de encerramento de cursos eram feitas no teatro, e também, diversas companhias ali se apresentaram.

O teatro funcionou até 1930, então o prédio foi utilizado para o funcionamento da Escola de Farmácia e Odontologia e ainda na década de 30, quando Guaratinguetá tinha como prefeito o Sr. Joaquim Villela, o prédio passou a abrigar a Prefeitura, onde continua até hoje.



32) Pasto do Nhô Urias: - Atual Vila Jacobili, localizada no final do Bairro do Campo do Galvão. Primeiramente chamado Campo do Padre Inácio, depois Nhô Urias, o qual era dono de uma vasta extensão de terras. Seu nome completo era, Urias de Loyola França.

33) Ponte da Estalagem: - Ponte que liga o bairro de São Benedito à cidade. Ao lado dessa ponte havia pousadas e ranchos, para a parada de pessoas mais humildes (geralmente roceiros), que vinham para a cidade. Ao lado dessas pensões, havia uma estalagem, lugar onde os cavalos eram deixados para descansar.

34) Ponte do Galvão: - Ponte da atual R. Visconde de Guaratinguetá. Assim se chamava porque havia nessa rua a “chácara do Galvão indo da ponte até a atual EEPSPG Cons. Rois. Alves. Mais tarde essa chácara foi comprada pelo Visconde de Guaratinguetá que doou a sede para a Escola Normal. Depois de certo tempo foi incendiada, e no mesmo local foi construído o atual prédio, que abriga a escola. O resto da chácara foi loteada.

35) Rua da Balsa: - Atual R. Inês Teodora. Era denominada R. da Balsa porque no final havia uma balsa sobre o Rio Paraíba, fixada em um cabo de aço, ligando o Bairro de Santa Rita ao Campo de Isolamento do outro lado do rio.

Inês Teodora da Silva foi a proprietária da chácara que abrangia

aquele terreno e também foi construtora e benemerita da Igreja de Santa Rita, onde foi enterrada.

Essa rua também foi chamada de curtume, por haver ali um local onde se curtia couro.

36) Rua da Cadeia: - Chamava-se R. Quintino Bocaiúva, depois R. Imperial e finalmente R. Cel. Virgílio (sic). Assim chamada porque se encontrava localizada ali a cadeia da cidade.

37) Rua da Cruz Grande: - Atual Marechal Deodoro; também chamou-se R. do Imperador. Assim chamada porque havia uma cruz no alto da ladeira. Era ali onde existiu a forca da cidade. Essa cruz que substituiu uma primeira, foi benta pelo Vigário Martiniano.

38) Rua da Estação: - Atualmente chamada Dr. Martiniano, ela é fronteira à Igreja Matriz. Conhecida por R. da Estação porque o trecho compreendido entre a R. Dr. Moraes filho até a Pç. Santo Antonio foi aberto quando da construção da nova estação em 1914, pelo Dr. Frontin.

39) Rua da Figueira: - Atual R. Visconde de Guaratinguetá. Era assim chamada, a parte adiante da Escola Normal, atual, EEPSPG. Cons. Rois. Alves, porque nessa rua havia uma figueira imensa na altura da atual Igreja Protestante. Essa figueira é histórica, porque o Príncipe Regente D. Pedro, no dia 19 de agosto de 1822, na caminhada para a Independência, quando ali passou, deixou gravado suas iniciais D.P. a canivete. Durante muitos anos

essas iniciais puderam ser vistas, mas com o crescimento da árvore, as iniciais foram subindo. Hoje, a árvore não existe mais, foi derrubada.

40) Rua da Liberdade: - Tem como nome atual, Prudente de Moraes, em homenagem ao presidente, depois de sua morte. A rua foi assim chamada por causa da libertação dos escravos.

41) Rua da Liga: - Atualmente se chama R. Conselheiro Dantas. Três explicações foram dadas para justificar essa denominação. São elas: -

- a) Por se encontrar nessa rua, a sede da Liga Provisória do Governo;
- b) Por ligar a R. Santa Clara à cidade;
- c) Por ligar o largo do Cemitério (onde é atualmente a Pç. São Gonçalo, havia um cemitério) à R. do Gado.

42) Rua da Palha: - Desde o século passado chama-se R. Almirante Barroso. Denominou-se da Palha, porque todo milho que vinha da roça era debulhado nessa rua que ficava cheia de palha (esta não era frequentemente limpa). Também disseram que é porque ali havia um armazém que possuía uma máquina de beneficiamento de arroz cuja palha era colocada na rua.

43) Rua da Pedreira: - Atual R. Cel. Tamarindo. Afirma-se ter havido ali pedras retorcidas ou um morro com pedras, que eram utilizadas na construção. Hoje essa rua e toda

sua imediação estão localizados no bairro da Pedreira.

44) Rua das Flores: - Chamou-se 15 de novembro, depois Direita e atualmente Pedro Marcondes. Foi assim chamada porque nela moravam Famílias de posse e em seus sobrados, nas varandas, depositavam suas flores.

45) Rua das Palmeiras: - Atual R. Duque de Caxias. Foi assim denominada por existir nessa rua, várias palmeiras plantadas em sua extensão, fazendo sombra.

46) Rua do Bonde: - Primeiramente, até 1930, chamou-se R. Carlos Campos e atualmente, Siqueira Campos. A rua foi assim chamada porque nela trafegava o bondinho elétrico, que fazia a ligação Guará-Aparecida. A estação do Bonde ficava aproximadamente onde é atualmente o hotel Royal. O Bonde transitava pela R. Visconde de Guaratinguetá, passava pelo largo da Matriz e descia a Dr. Martiniano.

47) Rua do Gado: - Atualmente tem o nome de Santa Clara. Conhecida por R. do Gado, pelo fato de servir de travessia a pé, do gado que vinha de Cunha para Lorena. O gado transitava por essa rua, em virtude da proibição de sua passagem pelo centro da cidade. Era ainda parada dos animais que vinham da roça (por ser um descampado), e depois seguia para o matadouro.

Também conhecido como travessa do Colégio, por localizar-se próximo ao Colégio, hoje, Instituto N. Sra. do Carmo.

48) Atualmente chama-se 9 de Julho, em homenagem à Revolução Constitucionalista. Foi assim denominada, a partir da Instalação do Mercado Municipal onde passou a funcionar, depois da desativação da feira existente no Largo da Quitanda, hoje, Pç. Cons. Rodrigues Alves, em 1892.

49) Rua do Parque:- Chamou-se no séc. passado, Rua Nova da Bela Vista, depois R. Municipal e até aproximadamente 1928, ano em que faleceu Mons. Filippo mudou de nome em sua homenagem.

Por volta de 1893, o começo dessa rua era chamado de Beco do Rosário, situada na esquina, formada



pelo largo do Rosário (Pç. Cons. Rois. Alves) e Mons. Filippo. Depois se chamou R. do Parque, porque nela, onde está atualmente o Banco do Brasil e a caixa do Brasil e a Caixa Econômica Federal, o Sr. Augusto de Souza Arantes, tinha uma Fábrica de macarrão. Depois o próprio Sr. Augusto construiu no mesmo local um parque. Primeiramente o parque chamou-se “Esperança” e depois “Parque Cinema”. O parque era ponto de atração popular, com várias diversões e inclusive cinema. Foi inaugurado em setembro de 1907, sendo feriado em Guaratinguetá. O cinema que lá existiu foi o primeiro de Guaratinguetá e também o pioneiro do Vale do Paraíba. Tinha somente uma porta, com portando apenas 500 pessoas. Mais tarde, com o crescimento da cidade, toda área foi aproveitada para o cinema, acabando assim com as demais diversões. O local tornou-se um pátio cimentado, com árvore e bancos e 2 coretos.

No fundo havia o salão do espetáculo, tendo escrito na parte superior “Parque” em letras coloridas. No interior havia uma sala ampla dividida em três partes. O dia de aniversário do Parque, era dia de festa, e a sessão de cinema era gratuita. O cinema tinha uma vez por semana, dedicação às crianças. O carnaval também era realizado no Parque. No último dia havia um concurso entre os préstitos e conjunto de foliões.

Os filmes eram divididos em 3 partes, tendo intervalos, em que o povo ia ao bar da frente.

O Sr. Arantes procurava sempre trazer movimento para o Parque, tais como, teatros, conferências, circos etc. O parque também possuía uma pequena orquestra. O Sr. Arantes faleceu a 16 de novembro de 1921, ficando então na direção do Parque seu filho, Sr. Augusto de Paula Arantes. O Parque durou até, aproximadamente, 1930.

- 50) Rua do Porto:** - Consta que é a rua mais antiga da cidade; citada em 1822, por Zaluar. Em 1822, Saint Hilaire já se referia a ela. Em 1853 passou a se chamar Rua do Comércio, voltando depois a se chamar R. do Porto. Em 1891 mudou para Riachuelo e depois Comendador Rodrigues Alves, persistindo até hoje.

Chamada rua do Porto, porque ela levava ao porto de embarque na margem do Rio Paraíba. No porto havia um vapor que carregava e descarregava mercadorias na cidade. A rua do Porto era onde ficavam as lavadeiras e as aguadeiras.

Passou a chamar-se R. Comendador Rois. Alves, porque o homenageado ali morou em um sobrado, hoje demolido.

- 51) Rua do Sapo ou beco do Sapo:** - Atual R. 7 de Setembro. Era a única rua de terra da cidade e com as chuvas as águas empossavam formando um brejo. onde se criavam sapos. Havia nessa rua tábuas de madeira para facilitar a passagem das pessoas. Mais tarde foi aterrada e posteriormente, calçada com paralelepípedos. Também era local onde havia “Casa livre”.



52) Rua Vigário:- (do) Atual R. Vigário Martiniano. Assim chamada porque Martiniano, vigário na época, morava nesta rua. Era politicamente ligada ao Visconde de Guaratinguetá. Foi vigário da cidade de 10 de agosto de 1847 a 21 de abril de 1863. Foi por todos de sua época considerado um verdadeiro santo. Ilustre filho de Guaratinguetá, foi quem benzeu a Cruz Grande, que existia no alto da ladeira do mesmo nome, atual Marechal Deodoro, que substituiu a primeira. Seu nome completo era Antonio Martiniano de Oliveira. Está sepultado na Igreja Matriz de Santo Antonio.

53) Rua dos Passos: - Atual Cel. Pires Barbosa, que foi um dos beneméritos da cidade, e então seu nome foi dado a esta rua quando ainda vivo. Não encontramos o porque dessa rua ser chamada dos Passos.

54) Rua Nova: - Hoje chama-se R. José Bonifácio. Era conhecida por R. Nova do Porto ou somente R. Nova, por ter sido aberta após a R. do Porto, da qual é paralela e terminava no porto que existia no Rio Paraíba. Essa rua passou a ser utilizada juntamente com a R. do Porto para o transporte das mercadorias do porto. Isso ocorreu em meados do séc: passado, mais ou menos a partir de 1820.

55) Rua Verde: - Atual R. Rafael Brotero. Diz que é assim chamada, devido ao grande número de casas ver-

des que existiam neste local. Antes de chamar-se Rafael Brotero, possuiu outros nomes: - Riachuelo e Tamandaré. Essa rua já tinha esse nome desde aproximadamente 1827, pois já constava do mapa de um viajante Francês.

56) Sete Pecados (Ladeira): - Localizava-se na junção das ruas: Benjamim Constant, Santa Luzia, São Roque e Barão do Rio Branco.

Dizem que assim se chamava devido existir naquele local casas de prostituição.

57) Vaza Canudo: - R. Frei Lucas e parte da R. Flaminio Lessa.

Assim se chamava porque o esgoto da Igreja Matriz passava por ali, parecendo um canudo e então ia desaguar no Ribeirão dos Motas.

58) Vila Pernilongo: - Situa-se no final da R. Pires Barbosa, terminando nas margens do Rio Paraíba. Por ser a parte baixa da cidade, por ocasião das enchentes era toda imundada, restando à vista os telhados das casas. Depois que as águas baixavam, formavam-se poças de água que facilitavam a proliferação dos pernilongos, fato que perdura até hoje. Até bem pouco tempo nesse local existiu uma olaria, cuja retirada de barro para a confecção de tijolos, favorecia a formação de buracos e conseqüentemente ajuntamento de água nos buracos.

CONCLUSÃO

Com o término deste trabalho, ficamos conhecendo muita coisa sobre os diferentes logradouros de Guaratinguetá, chegando à conclusão que, essa cidade resumia-se no centro urbano e adjacências.

Já tinha como centro, as atuais, Pç. Cons. Rois. Alves e Pç. Santo Antônio, das quais se descentralizaram em ramificações, que atingiam a antiga ponte de madeira sobre o Rio Paraíba, em direção ao Pedregulho; para a Direção da Santa Rita; e, no lado oposto para os lados de Aparecida.

As marcações desses logradouros eram muito vagas e possuíam denominações pitorescas e interessantes. Com isso, muito deles são impossíveis de serem localizados atualmente.

Guaratinguetá, como toda cidade antiga, também possuía muitos becos, dentre os quais alguns desapareceram.

Percebemos então, ao concluir esse trabalho, a seguinte característica: todos os logradouros da cidade aqui citados, tiveram seus nomes trocados.

*“Quantas coisas já desapareceram,
algumas deixando tantas saudades!”*
Rogério Lacaz

REFERÊNCIAS

LEITE, Aydano. **Guaratinguetá e seus vultos**. La. Ed. FTD, 1967. 2º vol.

LEITE, Aydano. **Vultos do presente e do passado**. la. Ed. FTD, 1967. 1º vol.

FONSECA, Djalma. **Guia da Cidade de Guaratinguetá**. 1967.

SENNÁ, Homero. **Um mineiro de Guaratinguetá**. Rio de Janeiro 1974.

CONSULTAS:

Correio Cultural de João Martins de Abreu .

Jornal “O Eco” de 27/01/1946, artigo de Rogério Lacaz.

Monografia: **Ruas de Guaratinguetá em 1851** de Francisco Fortes.

Atas da Câmara Municipal de Guaratinguetá livros de 1849 a 1854.

ENTREVISTAS:

cfm. cit. INTRODUÇÃO.



Ave amigo, Pasin!

Olga de Sá

Doutora em Comunicação e Semiótica, pós-graduação em Psicologia clínica, licenciada em letras Clássicas, bacharel em Biblioteconomia, especialização em Orientação Educacional, escritora, poeta.

De todos os seus títulos e méritos, o que mais prezo é esse: Amigo.

Tivemos sempre muitas conversas sobre assuntos pessoais e um deles era a amizade. Você, pouco antes de morrer, me disse mais ou menos isso: Estou cada vez mais convencido de que o mais importante na vida, no que devemos investir nosso tempo, é estar com os amigos. Da vida, só isso se leva.



Continuamos a valorizar o que fazemos, nossa correria diária e não a conversa com aqueles que amamos.

Amigo Pasin, quantas vezes jogamos conversa fora, em sua fazenda, diante da mesa farta de comidas do Vale. Tudo tão nosso, tão Brasil, tão bom de se recordar. Como você nos faz falta!

Aprendi com Você muitas coisas práticas, por exemplo: a de sempre telefonar para os conferencistas, um dia antes, para lembrá-los de seu compromisso.

A cada dez anos, Você fazia um balanço de sua vida e de seus pertences, para desvencilhar-se do supérfluo. E a FATEA, que Você amava de modo especial, era um de seus destinatários. Por algum tempo, sonhou acabar seus dias na Fazenda, com mais de 90 anos, cuidado por mãos carinhosas, quase como um jardineiro, feliz e repousado da lida diária. Aliás, Você cultivou a arte de ser feliz, mesmo em meio aos sofrimentos, que a Vida lhe trouxe. Muitos já elogiaram sua elegância natural, seu cavalheirismo. Além deles, sua capacidade de envolver-se profundamente com projetos e ideias, mas também de desvencilhar-se de tarefas que, embora assumidas, comesçassem a exigir de Você, renúncia insuportável a seus sonhos e objetivos.

Na velha senzala da Fazenda, você chegou a instalar um centro cultural, projeto artístico. Quantas vezes, estivemos lá, na companhia de escritores, poetas, artistas plásticos, atrizes e atores, a quem Você prestigiou, deu apoio e, sobretudo, o calor de sua companhia e amizade, despretensioso, informal, próximo. Mas sempre indo a fundo nos comentários inteligentes, sempre cidadão e integrado no Vale de suas raízes e circunstâncias.

Suas aulas e conferências nem precisavam de divulgação. Era um prazer ouvi-lo e conhecer a história do Vale. Fundador e idealizador do Instituto de Estudos Valeparaibanos (IEV), pertenceu a várias Entidades, que sempre enriqueceu com seu entusiasmo e competência.

Em suas obras, viajamos, prazerosamente pela Estrada real; caminhos e roteiros, convivemos com os Barões do café, titulares do Império no Vale do Paraíba Paulista, com Euclides da Cunha O outro Euclides, com sinhás e sinhazinhas e as grandes mulheres das fazendas e cidades do Vale. Com poetas de Guaratinguetá e Aparecida, com a Literatura: Eugênia Sereno, Brito Broca, Homero Sena, Nelida Pinon, Olga Savary, Ruth Guimarães.

Acompanhamos a Viagem histórica do Príncipe Regente Dom Pedro pelo Vale do Paraíba; enfim, você Amigo, nos abriu tantos horizontes, alargou as fronteiras de nossos corações, encheu de cores nossos olhares. O sofrimento e a reflexão, numa cama de hospital, levou-o também, explicitamente às alegrias e ao conforto da Fé.

Mas Deus sempre esteve com Você, pois ninguém é como você, sem a participação na Bondade e no Amor. Sabemos de alguns que Você amparou e ajudou. Mas só vimos o avesso do bordado.

A lembrança que mais povoa os ambientes por onde Você andou, enche de saudades seus Amigos, enriquece a cultura valeparaibana, é algo tão nosso e tão íntimo, que não se confunde com nenhum outro sentimento.

Ave, Amigo! Amigo para sempre!



Fazenda Boa Vista: Pátio das Artes

Cleuza Martins de Carvalho

Graduação em Letras pela Faculdade Salesiana de Filosofia
Ciências e Letras de Lorena, Graduação em Educação Artística
- Faculdades Integradas Teresa D'Ávila, Mestrado em Literatura
Brasileira pela Universidade de São Paulo.

Para falar sobre o trabalho pedagógico desenvolvido pelo Professor José Luiz Pasin, no Vale do Paraíba, por décadas, três dados são importantes.

Primeiro, a Fazenda Boa Vista. Segundo, o regime de governo – a ditadura militar – instalado no país. Terceiro, o Pátio das Artes, entidade particular que funcionou como se fosse pública, suprimindo as necessidades do momento no incentivo à criação e a preservação de bens culturais, patrimoniais e da natureza.

A Fazenda Boa Vista pertencente à família Trannin-Pasin, situada às margens da Via Dutra, sentido São Paulo/Rio de Janeiro, km 1.79,5, em Roseira Velha, Roseira, Estado de São Paulo, teve e tem papel relevante na economia e na cultura valeparaibana.

Ela foi engenho de açúcar no século XVIII, produtora de café no século XIX, criadora de gado leiteiro e de corte nos morros erodidos pela cultura do café e responsável pela introdução pioneira do cultivo de arroz nas várzeas, no século XX.

A casa-grande foi construída na parte alta e acidentada do terreno, pois a propriedade inteira começava às margens do rio Paraíba e subia até os morros que fazem parte das bordas da Serra do Mar. A fazenda foi dividida ao meio pela Ferrovia Central do Brasil, construída no final do século XIX, pela antiga estrada Rio/São Paulo e pela Via Presidente Dutra, da década de 50, pois as três são próximas e paralelas.

Com vista privilegiada, a casa-grande se situa a uns 800 metros da Via

Dutra, com passagem em nível, permitindo acesso nos dois sentidos. Construída em 1858, possuía três salões, uma sala, sete alcovas, dispensa, área de serviços, quarto de banho, duas cozinhas, uma senzala e duas tulhas no mesmo corpo da construção. Portanto possuía dezoito cômodos ao todo. As paredes externas eram de taipa de pilão e as internas de pau-a-pique, janelas gradeadas, telha de canal ou colonial. Foi demolida em 1958, conservando parte da velha estrutura, como o salão das moças ou ginceu, a base de pedra, as paredes que constituíam a nova construção, as janelas de guilhotina, sendo reduzida a quase um terço. Conservou ainda o terreiro de secar café, a senzala externa (três cômodos), uma tulha, tanque de lavar roupas, forno de assar pães, alguns objetos, móveis, louças, quadros e porcelanas pertencentes à família Trannin-Pasin.

Na década de 70, do século XX, pelas mãos do Professor José Luiz Pasin, a Fazenda Boa Vista começou a se tornar Pátio das Artes. Dessa maneira transfor-

mou-se em palco de inúmeras atividades culturais e preservacionista.

Nessa época, por estarmos vivendo em plena ditadura militar, sofremos transformações abruptas e radicais para os padrões do país. Além da falta de incentivo no que se refere às manifestações artísticas e culturais, havia um comportamento oficial, por meio da censura, de inibir iniciativas.

Na verdade, em 31 de março de 1964 instalou-se no país a ditadura militar, que eles chamaram de Revolução; ela foi baixando Atos Institucionais para dar plenos poderes ao presidente e retirando da população todos os seus direitos.

Num período de seis anos, cinco Atos Institucionais foram publicados. O primeiro, a 9 de abril de 1964. O segundo, a 27 de outubro de 1965. O terceiro, a 5 de fevereiro de 1966. O quarto, a 7 de dezembro de 1966. O quinto e último, a 13 de dezembro de 1968. Todos dando plenos poderes ao Presidente da República. O Ato Institucional nº5, também



chamado de Constituição do Terror, confirmava os anteriores retirando toda a liberdade da população. Não havia mais poder a conceder-lhe, o Congresso foi fechado e começou a perseguição à sociedade civil.

Os Atos Institucionais foram surgindo em função da oposição que ia ganhando terreno e manifestando rejeição ao sistema. Após o Ato Institucional nº5, o Movimento de Redemocratização assumiu face de ditadura e foi ostensivo na perseguição a opositores civis, militares e religiosos - enfim, todos que ameaçassem a estabilidade do poder instituído. Muitos arbítrios foram cometidos em nome da Segurança Nacional. Até a pena de morte foi instituída para casos de guerra revolucionária ou subversão – assim eles chamavam a quem não concordasse com os procedimentos dos militares no poder.

A ditadura militar ficou no poder por 21 anos, teve 5 presidentes militares, indicados pela Junta Militar comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. Nesse período, a política desenvolvida pelo governo era o avesso da que vinha sendo feita anteriormente por Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Eles foram desenvolvendo o que se passou a chamar de Capitalismo Selvagem, com execução de grandes projetos que desrespeitavam a natureza, as populações locais, a vocação dos lugares, entre outros desvios. Assim a Transamazônica, por exemplo, um Projeto de Euclides da Cunha, doado ao Brasil após a viagem do engenheiro à Amazônia, em 1902, para resolver questões de demarcação de fronteiras na Bolívia e Peru, a mando de Rio Branco. O Projeto original é a construção de um canal para levar água

do Amazonas para o Nordeste. Eles utilizaram o trajeto para a construção da estrada que permitiu a penetração na Amazônia, favorecendo grilagens e outros desvios.

Nos grandes centros do país, em troca de benefícios sociais, o regime permitiu que inúmeras fábricas aqui se instalassem, de forma aleatória e desordenada.

O Vale do Paraíba com histórico voltado para a terra, com produção de cana, café, chá mate, conjugados com cultura de subsistência e, mais tarde, investindo pioneiramente na cultura de arroz em suas várzeas, e criando gado leiteiro e de corte, foi acometido pela implantação de numerosas fábricas, inclusive as químicas, tornando, de certa forma, inviável a permanência da sua tradição.

Concomitantemente, o país foi invadido por um otimismo exagerado, acreditando-se sinceramente num milagre econômico. A grande maioria, ingênua e alienada, acreditava que o desenvolvimento era para valer. Mas, grande parte da população continuava vulnerável ao vai-e-vem econômico, instável e sem desenvolvimento real.

Num ambiente de profundas contradições, euforia econômica e repressão às manifestações culturais, ideológicas, científicas e até religiosas, arbitrariedades de todo tipo acontecendo, José Luiz Pasin, um professor de História, dinâmico e comprometido com a realidade, não ficou indiferente à situação.

Começou como professor universitário antes mesmo de terminar a graduação. Na década de 60 foi um bom professor, trabalhando também em colégios particulares e levando vida tranquila. A partir da década de 70, no entanto, no

meio do fogo cruzado entre civis e o governo militar, e das transformações radicais da sociedade, ele, inquieto e atento à realidade nacional, começou a desenvolver inúmeras atividades voltadas à cultura e ao meio ambiente.

Todas as suas ações eram realizadas em tempo integral: na vida acadêmica, nos estudos e nas pesquisas, na vida social e cultural, mas principalmente na própria casa. Antes mesmo de herdar a fazenda do pai, começou a realizar lá atividades em torno da cultura, das artes e da preservação do meio ambiente.

Idealizou e fundou o Instituto de Estudos Valeparaibanos, em 30 de junho de 1973, entidade que agrega inúmeros intelectuais do Vale do Paraíba. Em 22 de agosto do mesmo ano abriu o Livro de Memória da Fazenda Boa Vista, que documenta parte das atividades lá desenvolvidas. E, concomitante à vida acadêmica, realizava na fazenda lançamentos de livros, audições de música, exposições de pintura, esculturas, fotografias, dança, teatro, mesas redondas, projeção

de filmes, realizações de festas populares, celebração de aniversários, cursos livres de pintura etc..

Só em 1982 publicou-se na **Revista Ângulo**, de Lorena, nº16, 5ºano, o reconhecimento municipal da entidade que há mais de uma década funcionava como de utilidade pública. Delineou o objetivo da seguinte forma:

Criado para ser centro aglutinador da cultura valeparaibana, o Pátio das Artes tornou-se o centro de convergência do movimento ecológico da região.

O Pátio das Artes apresentava sim algum parentesco com grupos e movimentos artísticos como os Arcades, a Padaria Espiritual de Fortaleza, o Santa Helena, a Cinédia, o Clube da Esquina de Belo Horizonte e o mais expressivo deles, os Modernistas. Mas nada se compara ao trabalho desenvolvido pelo Professor José Luiz Pasin. Com objetivos próprios, que foram seguidos como traços norteadores, o Pátio das Artes fez percurso contrário à maioria dos movimentos.



Este foi seu ponto forte. Não rompeu com o passado ou com parte do mesmo. Em vez de criticar o passado ou renegá-lo, propunha preservar, conhecer, valorizar, restaurar, abrir espaço para que nossas tradições e os valores pudessem se manifestar livremente. Junto com essa proposta vinha a de defender a natureza da destruição, da falta de cuidados, do esbanjamento, do desrespeito e do comportamento inconsequente em relação às reservas naturais.

Os objetivos do Pátio das Artes se limitavam ao Vale do Paraíba, mas por serem abrangentes e democráticos, atingiram as nossas reais necessidades e se abriram às exigências do país, no momento.

Com a industrialização tardia, maciça e repentina do país, as consequências foram desastrosas. Além de deslocamentos em massa de pessoas de uma região para outra, a debandada da Zona Rural para a Urbana foi, talvez, o movimento que trouxe resultados mais surpreendentes e com transformações profundas no caráter psíquico e social dos brasileiros.

Para neutralizar força tão negativa só uma pedagogia revolucionária pode-

ria colaborar para que a desestruturação dos setores sociais fosse menor e até pudesse frear e reverter os estragos que já vinham sendo feitos.

Nesse período, o Professor José Luiz Pasin abriu muitas frentes de ações didáticas e culturais. Primeiro, associou-se com intelectuais do Vale do Paraíba para fundar o Instituto de Estudos Valeparaibanos, o IEV. Depois, como já lembramos anteriormente, começou a realizar eventos variados na Fazenda Boa Vista, a que denominara de Pátio das Artes. Lá comemorava aniversários de intelectuais de renome regional e/ou nacional. Lançava livros próprios e de outros. Apresentava peças teatrais, musicais, danças, exposições de pintura, escultura etc.. e também reuniões com objetivo de discutir questões sobre preservação, História, cultura de maneira geral. Foi suprimindo o vazio deixado pelo poder público tanto no sentido de valorizar talentos como de descobri-los.

Embora tendo todo apoio da intelectualidade da região, incluindo São Paulo, Rio de Janeiro e adjacências, o Pátio das Artes foi iniciativa de apenas um homem que abriu mão da própria intimidade para receber em sua casa artistas, professores, estudantes, escritores, atores,



diretores de teatro e cinema, músicos, dançarinos, jornalistas, fotógrafos, técnicos, profissionais liberais, pesquisadores, amigos, conhecidos, todos os interessados na cultura e na preservação de nossos valores.

Por um período de quase quarenta anos, ele apoiou amadores, profissionais consagrados, iniciantes de todas as áreas do conhecimento. Recebeu no Páteo das Artes todos os que ofereciam algum tipo de criação para mostrar nas suas dependências: lançamento de livros, exposições de artes, dança, filmes etc..

Somando os registros no Livro de Memória da Fazenda Boa Vista e de outras fontes de pesquisa, pudemos chegar a um resultado expressivo de ações desenvolvidas no Páteo das Artes. Em quase quarenta anos de atividades, mais de quinhentos eventos foram lá realizados. Impossível falar de todos, vamos apenas pontuar alguns, evidenciando a diversidade dos mesmos pelo pioneirismo e pela relevância.

Embora interligadas e voltadas aos mesmos objetivos, as atividades realizadas no Páteo das Artes podem ser divididas em três grandes grupos: o das Artes, o preservacionista e o de cunho didático.

No campo das Artes, valorizou a todas, incentivando a produção, a divulgação, o conhecimento, a valorização e a preservação. Quanto aos objetivos do Páteo de abranger a região valeparaibana, ultrapassou esse limite, apresentando criadores de todo o território nacional e do exterior, passando pela Argentina, Portugal, França, Itália, Alemanha etc..

Na Literatura, englobando ficção, poesia e crítica, levou ao Páteo os se-

guintes escritores: Lygia Fagundes Telles, Adélia Prado, Olga de Sá, Ruth Guimarães, Neide Arcanjo, Eugênia Sereno, Nélida Piñon, Olga Savary, Pedro Paulo Senna Madureira, Rachel Jardim., Sérgio Buarque de Hollanda, Wilson de Lima Bastos, Theresa e Tom Maia, Thiago de Mello, Carlos Augusto França, Manuel Puig, Oswaldo André de Meio, entre outros.

No teatro, entre atores, diretores e importantes teatrólogos, passaram por lá, por exemplo, os atores Walmor Chagas, Ruthinéia de Moraes, Wanda Kosmo, Rute de Souza, Marcelo Picchi, Odette Lara, Bete Faria, Maria Isabel de Lizandra, Marlene Santos, Carlos Arena, Maria Fernanda (filha de Cecília Meireles), Ênio Gonçalves, Ítalo Rossi, Marieta Severo, Ney Latorraca, Cláudio Correia e Castro e muitos atores e atrizes amadores.

Também passaram por lá muitos diretores: Fausto da S. Padilha, Eloy de Araujo, Paolino Raffanti, Nery Gomide, Ênio Gonçalves.

A lista dos teatrólogos é extensa. De acordo com o recurso que os produtores e diretores encontraram, à época, para fugir da censura, foi o de montar espetáculos-colagem, ou seja, estabeleciam um roteiro e construíam uma colcha de retalhos, retirando textos de diversas peças teatrais e outros. Eram trabalhos bem elaborados, utilizando-se de uma técnica teatral pouco comum a fim de escapar da retaliação. É o caso de O Homem, A Mulher E A Flor, Mensagem, Abre alas, deixa o teatro passar. Também passaram pelo Teatro Epidauro, no Páteo das Artes, os seguintes textos: Édipo Rei, de Sófocles; A Via Sacra, de Paul Claudel; O Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna; Por Causa de Inês, de

João Mohana, Missa Leiga, de Chico de Assis; O Pagador de Promessas, de Dias Gomes; Natal na Praça, de Henri Ghéon; Hoje é dia de grêmio, de Fausto S. Padilha; Antigone, de Sófocles; Anfitrião de Alcomeda, de Plauto; Auto da Barca, de Gil Vicente; Hamlet, de Shakespeare; O Avarento, de Molière; Mirandolinda, de Goidini; Caixeiro da Taverna, de Martins Pena; Yerma, de Garcia Lorca; O Espião, de Brecht; A Lição, de Ionesco; A Bicicleta do Condenado, de Arrabal; Morte e Vida Severina, de João Cabral de Melo Neto, e outras montagens a partir de textos poéticos, de ficção e matéria jornalística. É o caso de O Romanceiro da Inconfidência, de Cecília Meireles; de Fernando Pessoa, do Roteiro de Drummond, jogral realizado por Dra. Olga de Sá, Maria Aparecida Leal e alunos do curso de Letras, das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila, de Lorena; Meu tio Iaueretê, conto de Guimarães Rosa; Platão; Manuel Bandeira, Vinícius de Moraes.

Em relação ao cinema, havia projeção de filmes para debate. Também recebeu atores, atrizes e diretores para lançá-los no Pátio das Artes. Há outros que foram feitos nas dependências da Fazenda Boa Vista, integralmente ou em parte. É o caso de O Milagre das Águas, direção e roteiro de Ronaldo Pelaquim, e A casa de Bernarda Alves, direção de Suzana Amaral. Fez também uma série de documentários sobre o Vale do Café, em parceria com Suzana Amaral, para a TV Cultura.

No campo da Música, transitou entre a Sacra, a erudita, a popular, a folclórica, o roque, a sertaneja etc., com apresentações regulares no Pátio das Artes. Passou por lá Inezita Barroso, Carlinhos Vergueiros, V. Giorgi, Júlio

Makenzie, Arigo Barnabé, Luiza Savaya, grupos de seresta, grupo Pró-Música Antiga, entre muitos.

Entre pinturas com diversas técnicas, esculturas com diversos materiais, instalações comuns à época, passaram por lá Antônio Valentin Oliveira Lino, Percival Tirapele, Helena Marcondes, Guido Machado Braga, Gilberto Gomes, Noelice Costa Pinto, Rogério Lacaz Netto, Marly Bolina, Deyse Carelli.

A Fotografia sempre exerceu fascínio no Professor José Luiz Pasin. Valorizou-a como documento e como arte. Abriu espaço para inúmeras exposições de diversos autores, amadores e profissionais.

Árduo foi o trabalho preservacionista desenvolvido no Pátio das Artes, não só pelas barreiras, mas pela amplitude. Por exemplo, o grupo anterior das Artes faz parte da complexa obra de resgate e preservação igualmente, mas separamos por grupos para que pudéssemos entender as várias faces do seu labor. O Professor José Luiz Pasin batalhou pela valorização de todos os bens culturais e naturais, o que representou preocupação com uma multiplicidade de elementos.

A Carta de Defesa do Patrimônio Cultural do Vale do Paraíba e Paraty, escrita em 1977 e lançada no I Encontro em Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Paisagístico do Vale do Paraíba e Paraty, em 1978, engloba a preocupação com o setor e prepara a intelectualidade do Vale para o Ano de Defesa Cultural da Região. Apoiando-se na Declaração dos Princípios de Cooperação Cultural Internacional, aprovada pela 14ª Conferência Geral da Unesco, em Paris, a 4 de novembro de 1966, prima por

estudar e apresentar testemunhos da própria cultura.

No Brasil, muito estava se perdendo, à época, em relação aos nossos bens culturais, em consequência da industrialização massiva e dos modismos que a acompanharam. Tentando intervir sistematicamente a esse respeito, o Páteo das Artes, na pessoa do Professor José Luiz Pasin associado ao IEV, ao Museu Frei Galvão e à vida acadêmica desenvolvida nas faculdades da região valeparaibana, muito fez no sentido de preservar: levantou problemas, valores, dificuldades e procurou alternativas, apresentou soluções. Associou-se aos órgãos Federais, Estaduais e Municipais - CODIVAP, CETESB, IFHAN, CONDEFHAAT, SEMA, IBDF, incluindo todos os municípios e exigindo que as Prefeituras, Câmaras Municipais e Autoridades Religiosas orientassem tecnicamente os procedimentos como escavações arqueológicas, conservação e restauro de monumentos – sede de fazendas, engenhos, igrejas, capelas, teatros, casas urbanas, praças etc.. e respectivo acervo.

Quanto ao Meio Ambiente, começou por transformar a Fazenda Boa Vista em Estação Ecológica, Refúgio Particular de Animais Nativos do Médio Paraíba e Reserva Florestal. Inúmeras atividades foram realizadas dentro e fora das fronteiras da fazenda. Com a indústria a luta foi travada em relação ao desmatamento, ao desperdício, à poluição do ar, da terra e das águas e até se tentou evitar a implantação de indústrias bélicas na região. É o caso principalmente da Avibrás, em Lorena. Tudo foi feito para que a indústria bélica não fosse instalada. O Professor José Luiz Pasin chegou a propor que a Avibrás reduzisse o espaço

destinado a fábrica – 432 alqueires – e retirasse parte dos US\$ 600 milhões reservados à instalação da nova unidade e aplicasse num projeto agropecuário, na região, para dar emprego e fixar o homem no campo.

Quanto ao grupo didático, podemos incluir nesse processo publicações, pesquisas, palestras, mesas redondas, debates, reuniões, encontros, caminhadas, festas etc.. todas as iniciativas que pudessem levar à conscientização e mudanças de comportamento. Nomes como o de Alves Mota Sobrinho, Benedito Carlos Marcondes Coelho, Francisco de Assis Barbosa, Francisco José de Castro Fortes, Francisco Soderro Toledo, Carlos França, Carlos Eugênio Marcondes de Moura, Hilda C. Marcondes da Silva, Hugo di Domênico, Henrique L. Alves, Maria Aparecida Coupê, Olga de Sá, Paulo Camilher Florençano, Paulo Pereira dos Reis, Ruth Guimarães, Sônia Siqueira, Theresa e Tom Maia, Wilson de Lima Bastos, Wladomiro Benedito de Abreu e outros contribuíram com trabalhos de resgate e preservação em algum setor da cultura valeparaibana. De maneira direta ou indireta, esse trabalho foi impulsionado pela dinâmica desenvolvida no Páteo das Artes e no IEV, contando com a retaguarda do Professor José Luiz Pasin.

Em relação à Fazenda Boa Vista, o sonho era transformá-la em Fundação para articular lá outros trabalhos: escola, jardim botânico, herbário, viveiro de mudas, mapoteca, museu, arquivo, pinacoteca, hemeroteca, filmoteca, videoteca, recuperação da culinária da região, festivais de música, teatro e dança.

A Fundação chegou a ser realizada em dezembro de 1988 e registrada em

abril de 1989. O descaso da sociedade, dos poderes públicos e os fatídicos planos econômicos fizeram com que a Fundação encerrasse suas atividades em 24 de abril de 1992. Tornou-se inviável financeiramente. Mas o Professor não desistiu. Tentou outras possibilidades. Ele mesmo fundou o Museu Histórico de Roseira que funciona na sede da fazenda. Possui um pequeno arquivo pessoal, com documentos importantes da História do Brasil.

Em 2003 ele incluiu o Sr. Jorge Pashman Oliveira, seu primo, nos planos da Fazenda Boa Vista. Convenceu o engenheiro e empresário a abrir a Escola-Fazenda com todos os objetivos voltados para a terra. A Escola começou com Cursos Técnicos, caminhou para a Graduação com seis cursos e chegou a Pós-Graduação com sete cursos. Possui viveiro de mudas, conserva a floresta e se encaminha para o Jardim Botânico. Mais tarde vendeu todo o patrimônio da Fazenda para o mesmo fim.

Adoeceu em 2007 e faleceu em janeiro de 2008. Deixou um legado impressionante para a cultura do Vale do Paraíba. Mais que isso, deixou a própria vida no que fez.

REFERÊNCIAS

Arquivo do Instituto de Estudos Valeparaibanos. Rua Dom Bosco, nº 284, Lorena, SP.

Arquivo do Museu Frei Galvão. Praça Conselheiro Rodrigues Alves, nº 45, Guatatinguetá, SP.

Arquivo do Museu Histórico de Roseira. Fazenda Boa Vista, Rod. Dutra, km 179,5, Roseira, SP.

Arquivo particular de César Augusto Maia: Livro de Memória da Fazenda Boa Vista, Roseira, SP.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil, SP, imprensa Oficial do Estado, 2001.

JUNQUEIRA, Maria Gabriela de Camargo Maia Rego. Tombamento. TCC, mimeografado, Lorena, UNISAL, 2006.



História e cinema: reflexões em torno da recepção artística da trajetória de Amácio Mazzaropi

Guilherme Zufelatto

Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia e especialista em História Regional do Brasil.

Em seus 69 anos de vida (1912 – 1981), Amácio Mazzaropi tornou sua capacidade criativa reconhecida publicamente, muito embora na grande maioria das vezes não tenha sido isentado de críticas e de restrições, entre outros aspectos, de sua trajetória no âmbito das artes, sobretudo quanto às suas escolhas temáticas e opções estéticas. Ao longo de sua existência, travou interlocuções com diversos segmentos socioculturais e políticos por meio de suas realizações no decorrer do século XX: no Circo, no Teatro, no Rádio, na Televisão e no Cinema. Durante décadas foi referência em termos de inventividade e popularidade, mas, não por acaso, quase sempre olvidado da história artística contemporânea do Brasil.

A investigação da trajetória artística de A. Mazzaropi suscita, além de outros percursos de análise possíveis, reflexões em torno dos diálogos provocados com relação à atividade crítica em geral, e isto sabidamente porque toda obra de arte gera efeitos, reconhecidos ou não de imediato pelos seus espectadores.

Da perspectiva do historiador de ofício, trata-se de um esforço intelectual de pesquisa e interpretação, o qual requer, diante da enorme quantidade de material disponível, o recurso metodológico atinente ao recorte específico temático e temporal. Lançado o desafio, subjaz um questionamento relevante que, neste caso, talvez seja de resolução relativamente fácil. Considera-se aí, afinal, que estes diálogos e/ou embates



e proposições suscitados à crítica geral especializada (jornalística e/ou acadêmica) pelo conjunto da obra confeccionado nos diversos campos artísticos ao longo do tempo de atividade criativa de A. Mazzaropi só poderiam ser apreendidos em suas dimensões históricas próprias a cada momento e condições de produção, se houver possibilidades de acesso, levantamento e organização sistemática do referido material – fontes para o pesquisador em História.

O que seria então mais palpável senão a recepção das realizações/provoações de A. Mazzaropi na história recente do cinema?

É notório, porém pouco notado, que o nome de Amácio Mazzaropi ecoou por todos os cantos do Brasil, sobretudo nos anos compreendidos entre as décadas de 1950 e 1980. Após seu envolvimento, durante a primeira metade do último século, com atividades circenses, teatrais, radiofônicas e de ha-

ver praticamente inaugurado a programação televisiva em território nacional nos inícios daquela segunda metade, ele iniciou sua carreira no cinema em 1951 contratado pela Companhia Cinematográfica Vera Cruz.

Protagonizou aí três películas (ou, como se dizia naquela época, três fotos): Sai da Frente (ano de lançamento: 1952), Nadando em Dinheiro (1952) e Candinho (1954). A partir deste período, atuou ainda em outras importantes companhias e/ou empresas cinematográficas. É o caso das obras: A Carrocinha (1955), pela Cia. Fama Filmes em parceria com a empresa Produções Jaime Prades; O Gato de Madame (1956), pela Cia. Cinematográfica Brasil Filmes; Fuzileiro do Amor (1956), O noivo da Girafa (1957) e Chico Fumaça (1959), pela Cinedistri Filmes em parceria com a Cinelândia Filmes.

Como se vê, até a passagem dos anos 1958-59, A Mazzaropi já havia sido



lançado como protagonista de 8 películas, tendo então trabalhado ora pelo chamado Cinema Paulista ora pelo Cinema Carioca.

Os referidos anos (1958-59) viriam mesmo a marcar algo de uma reviravolta significativa em sua trajetória no cinema. Amácio Mazzaropi contava 47 anos de vida à época, completados no dia 09 de abril de 1959. Nos meados deste mês entrou em cartaz, como de costume, ano após ano, outra obra protagonizada por ele: *Chofer de Praça*, película produzida no decorrer do ano anterior (1958). Qual pois a reviravolta? *Chofer de Praça* foi a primeira de outras 23 obras produzidas e lançadas pela então recém-fundada PAM-Filmes – Produções Amácio Mazzaropi.

Certamente tal novidade traduziu-se pela eloquência do que poderia ser resumido do seguinte modo: daqueles anos em diante, A. Mazzaropi passou a definir seus próprios rumos no âmbito artístico cinematográfico. Tanto isto é mais verdade que, pouco tempo depois, de ator e empresário/produtor ele passou a assinar boa parte dos argumentos e roteiros, além de tornar-se cineasta pela direção de alguns de seus filmes. As outras películas (ou fitas) produzidas, distribuídas, lançadas pela PAM-Filmes forma: *Jeca Tatu* (1960), *As aventuras de Pedro Malasartes* (1960), *Zé o Piriquito* (1961), *Tristeza do Jeca* (1961), *O vendedor de Linguças* (1962), *Casinha Pequeninha* (1963),

O Lamparina (1964), *Meu Japão Brasileiro* (1965), *O Puritano da Rua Augusta* (1966), *O Corintiano* (1967), *O Jeca e a Freira* (1968), *No Paraíso das Solteironas* (1969), *Uma Pistola para*

Djeca (1969), *Betão Ronca Ferro* (1971), *O Grande Xerife* (1972), *Um Caipira em Bariloche* (1973), *Portugal, Minha Saudade* (1974), *O Jeca Macumbeiro* (1975), *Jeca contra o Capeta* (1976), *Jecão ... Um Fofoqueiro no Céu* (1977), *Jeca e seu Filho Preto* (1978), *A Banda das velhas Virgens* (1979) e *O Jeca e a Égua Milagrosa* (1980).

Entrevê-se que tal produção fílmica - ao todo, 32 obras - possivelmente gerou, a partir do limiar da década de 1950, diversas interlocuções, sobretudo com relação a críticos cinematográficos (colaboradores de jornais, revistas etc.), mas, também, posteriormente, com acadêmicos.

Provavelmente, poderíamos afirmar que, por meio da análise do conjunto desta obra de suas provocações no âmbito mais amplo da atividade crítica, seria possível apreender aspectos importantes da história recente do Brasil, em termos artísticos, sociais, econômicos, culturais e políticos, desde a (embora não somente) Era Vargas até o momento de abertura política dos anos 1980.

Nesse sentido, refletir acerca dos diálogos críticos e acadêmicos estabelecidos ao longo do tempo com relação à trajetória de Amácio Mazzaropi no cinema (1951 - 1980), sem sombra de dúvidas, constitui-se um esforço intelectual investigativo imprescindível ao ensaio mais apurado do estado geral e atual da arte a este respeito, isto é, daquilo que até então foi produzido sobre o assunto, e, conseqüentemente, à problematização possível da recepção de sua obra, tendo aí em conta o horizonte de preocupações dos variados autores críticos, bem como a partir do interior

mesmo das modalidades de escrita da chamada História do Cinema Brasileiro.

Há muito é sabido que o período em que A. Mazzaropi protagonizou e produziu cinema coincidiu com o predomínio da política e da ideologia desenvolvimentista no Brasil. Especificamente nas telas dos cinemas nacionais, nessas circunstâncias um único “tipo” de homem do campo era, por assim dizer, “admitido”: o camponês revolucionário e democrático, participante ativo de lutas populares em áreas de conflitos por terras. Entretanto, contrariamente a isso tudo, A. Mazzaropi, desde o início de seus trabalhos no cinema, optou pelo humor e pela comicidade (pelo risível, enfim) para a construção de um estereótipo camponês, o qual poderia ser aqui interpretado como uma representação singularizada da figura do chamado “caipira”, que, sobremaneira a partir da década de 1960, tornou-se (re) conhecido como sendo um só e mesmo personagem: “Jeca-Mazzaropi”.

De modo variado quanto aos enredos possíveis, as representações do campo e da cidade no cinema brasileiro foram investigadas por vários autores em diversos trabalhos de cunho acadêmico. Essa afirmação pode ser escrita tendo em mente que não apenas cineastas, mas também críticos/estudiosos do cinema brasileiro, desde o início do século passado, tiveram certa preocupação em “definir o que é o Brasil”.

Com efeito, na cidade do Rio de Janeiro dos anos 1950 ocorreu o auge das chamadas “comédias carnavalescas”, então produzidas ou não pela Atlântida Cinematográfica.

Contudo, tais películas não eram bem acolhidas, nem pelos críticos cinematográficos, nem pelos historiadores da cinematografia brasileira, e menos ainda em território paulista. Primeiramente, os críticos e, tempos depois, a partir dos anos 1960, também os acadêmicos estiveram todo o tempo informados por uma concepção estética substancialmente arraigada na tradição ocidental, herdeira da Grécia clássica, na qual há a exaltação do trágico em detrimento do cômico. Mais ainda, com a trilogia de Paulo Emílio Salles Gomes, arregimentada na obra Cinema: trajetória no subdesenvolvimento, a desvalorização do cômico adquiriu outras formas e dimensões. A sistematização da ideia de desqualificação dos filmes de comédia, tidos como a mais perfeita representação/reafirmação de nosso suposto “subdesenvolvimento”, caracterizou praticamente toda a escrita da história cinematográfica brasileira. Certas lembranças, portanto, por parte desta escrita historiadora representam, ao mesmo tempo, alguns esquecimentos. De modo paradoxal, isto parece ser evidente: lembrar é também esquecer. O cinema protagonizado e produzido de 1950 a 1980 por Amácio Mazzaropi, ou seja, desde seus trabalhos pela Vera Cruz até às realizações empreendidas à frente da PAM-Filmes, embora, quando rememorados, não tenham escapado ao crivo tanto da crítica quanto dos historiadores do cinema em nosso país, não foi, de fato, muito mencionado entre o que foi realizado até os dias de hoje no campo mais amplo das reflexões críticas especializadas e/ou acadêmicas. Quando muito, apontaram-no, em um equívoco de qualificação da sua pro-



dução fílmica, como sendo “a maior contribuição paulista à chanchada brasileira”. Entre outros, críticos como Benedito Duarte, Ely Azeredo, Ignácio de Loyola, Inácio Araújo, Flávio Tambellini, Jean-Claude Bernardet, José Carlos Avellar e Zulmira Tavares, muito embora sempre houверam reconhecido em seus textos, a cada tempo de escrita, a grande popularidade e aceitação por parte do público com relação às obras fílmicas de A. Mazzaropi, em geral não deixaram de atacá-lo de alguma forma. Ao fazerem isto, com frequência empregavam termos, tradicionalmente direcionados aos filmes de comédia, como “baixo nível”, “humor chulo”, “grosseiro” e “primário”. Em resumo: ao longo dos tempos esses autores davam prosseguimento e, por este motivo, legitimidade a certa “teia interpretativa”.

Só muito recentemente obras como as de Jean-Claude Bernardet, **Historigrafia Clássica do Cinema Brasileiro**; Rosângela Dias, **O Mundo como Chanchada**; e a de Sérgio Augusto, **Este mundo é um Pandeiro**, tentaram promover uma ruptura interpretativa com relação a esse estado de coisas. A partir daí novos olhares e importantes questionamentos começaram a surgir. Em comum, tais obras propugnavam no interior de suas urdiduras narrativas às futuras gerações de pesquisadores, como característica básica à ruptura do que até então havia sido produzido, o seguinte direcionamento: é imprescindível levar em conta, para que seja possível contar uma outra porque nova história do cinema nacional, o gosto estético do grande público.

Em outros termos, haveria pois a necessidade de estudar, de modo fundamentado e crítico, justamente a recepção das obras fílmicas em determinado período histórico, e não apenas articular em narrativas os escritos de historiadores e críticos de cinema sobre filmes cômicos. O eminente teórico de cinema, cineasta e escritor Jean-Claude Bernardet, ao referir-se a essa categoria de obras fílmicas, aponta questões importantes até o final de suas ponderações, em *Historiografia Clássica do Cinema Brasileiro*, mas, de modo mais verticalizado sobre o tema, revela que:

“Entender o gosto do público era [é] necessário, mas admite que a ausência de dados para fazer deduções sobre o comportamento e as aspirações da plateia é um agravante. Mesmo diante dessa dificuldade, ao pensar a historicidade da obra fílmica é preciso incluir nela a significação dada por aqueles que a assistiram, seja por meio de depoimentos, críticas ou pela frequência observada nas salas de cinema. Ainda mais, definir costumes da época, como o gosto pelo samba, pelo carnaval, pelos cantores do rádio [...] nos auxilia na empreitada. Afinal, todo produto cinematográfico requer, em última instância, a presença de quem aprecie. Esse caráter não é recorrente nas obras que compõem a historiografia clássica do cinema, como nos estudos de Paulo Emílio Salles Gomes [...] Na verdade, ao escreverem suas obras [...] tiveram, em primeiro plano, a importância do diretor e as cadeias de produções ao longo da história do cinema brasileiro”.

Dito isso, não é de espantar que o cinema protagonizado e produzido por

Amácio Mazzaropi entre 1950 e 1980 – mas, possivelmente, isso também se refere a ainda outros (talvez muitos!...) cineastas e obras os quais pautaram suas reflexões pela via da comicidade a fim de retratarem os problemas de seus tempos – tenha sido indubitavelmente relegado à margem da história/historiografia do cinema nacional até nossos dias. É, pois, precisamente, do próprio plano de escolha do objeto de investigação, a contar de determinado “lugar social” de escrita (crítica e/ou acadêmica), que se torna possível assinalar e empreender a desejada e, como vimos necessária ruptura com a (auto) nomeada historiografia “clássica” da cinematografia brasileira. Além disso, muito mais importante é também o entendimento acerca do papel do cinema como fundador de novos debates e espaços de discussão historiográficos, independentemente de classificações, hierarquizações quanto aos gêneros, formas, expressões, entre outras coisas.

Finalmente, faz-se necessário apontar que um dos caminhos possíveis ao trabalho do historiador com relação às fontes atinentes, por um lado, às realizações fílmicas de Amácio Mazzaropi, assim como, por outro, às suas respectivas recepções por parte da atividade crítica então tomada de modo amplo, é o da investigação hermenêutica baseada nos estudos e assertivas teórico-metodológicas da Teoria do Efeito Estético/Estética da Recepção propugnados por Wolfgang Iser. Com certeza há aí uma trilha investigativa deveras interessante. Mas, certamente, este é já um assunto para uma próxima prosa...

NOTAS

Embora tal ideologia tenha florescido também em vários países latino-americanos, em terras brasileiras o projeto desenvolvimentista somou-se ao nacionalista, existente desde os anos 1930. Diante disso, a população vivente na cidade era representada, sobretudo pela leitura modernista, pelo teatro e cinema da época como imagem e semelhança da modernidade e da democracia. O campo (denominado “arcaico”), por sua vez, era retratado de modo bastante negativo, na medida de sua consideração enquanto diverso dos valores propugnados pelos anseios da dita “modernidade” (Conferir, entre outras, principalmente obras: Barsalini, Glauco. *Mazzaropi: O Jeca do Brasil*. Campinas (SP): Editora Átomo, 2002; Câmara, Antônio da Silva. *Mazzaropi e a reprodução da vida rural no cinema brasileiro*. Politeia – Hist. E Soc., Vitória da Conquista (BA), v. 6, nº. 1, 2003, p. 211-26; Fressato, Soleni Biscouto. *Caipira sim, trouxa não. Representações da cultura popular no cinema de Mazzaropi e a leitura crítica do conceito pelas Ciências Sociais*. Tese (Doutorado em Ciências/Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2009; Ramos, Alcides Freire. *Para um estudo das representações da cidade e do campo no cinema brasileiro (1950/1968)*. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 2, ano II, nº 2, Abril/Maio/Junho de 2005; Silveira, Miroel. *Jeca-Mazzaropi, uma síntese de culturas*. Folha de S. Paulo, São Paulo, Ilustrada, p. 30, 19 de junho de 1981 (Arquivo Público do Estado de São Paulo); Tolentino, Célia Aparecida Ferreira. *O rural no cinema brasileiro*.

São Paulo: Editora UNESP, 2001).

Sobre este assunto, conferir o brilhante ensaio: Ramos, Alcides Freire. *op. cit.*

Quando a este tópico em específico, vale conferir: Ramos, Alcides Freire. *Historiografia do cinema brasileiro diante da fronteira entre o trágico e o cômico: redescobrimo a chanchada*. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Uberlândia, v.2, ano II, nº. 4, Outubro/Novembro/Dezembro de 2006; Solano, Alexandre Francisco. *Nos passos do urubu malandro – Do picadeiro à tela: Oscarito e a Atlântida Cinematográfica*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012; Souza, Julierme Sebastião Moraes. *Eficácia política de uma crítica: Paulo Emílio Salles Gomes e a constituição de uma teia interpretativa da história do cinema brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Neste contexto, com a fundação da companhia Cinematográfica Vera Cruz vislumbrou-se instalar um cinema em diálogo intenso com as propostas de algumas vanguarda europeias, portanto de modo bastante distinto da dita “vulgaridade” produzida pelas comédias cariocas daquele período, Quando iniciou sua carreira no cinema por meio desta empresa, Amácio Mazzaropi participava já de certo momento decadente da Vera Cruz, sofrido por consequência dos altos gastos relacionados à intenção inicial de promoção de um cinema industrial à Hollywood. Neste sentido, mesmo a Vera Cruz, ao menos até sua declaração de falência propriamente dita, realizou filmes os quais poderiam ser por assim dizer rubricados sob o título

lo de Cinema Popular. Mas não seria por este motivo que a crítica cinematográfica e mesmo, tempos depois, a própria historiografia do cinema brasileiro passariam a elogiar obras filmicas ditas “popularescas”, muito embora fossem desde então de reconhecida aceitação pelo público. Em verdade, tal cenário de negatividade reforçou-se, mais ainda, com o surgimento/invenção do chamado Cinema Novo, bem como pelo motivo de alguns de seus desdobramentos ao longo dos tempos seguintes (Conferir: Solano, Alexandre Francisco. op. cit.; Souza, Julierme Sebastião Moraes. op. cit..

Em outras palavras, a partir daí articulou-se com questões políticas-ideológicas que passaram a influenciar toda a historiografia (escrita da história) do cinema nacional, assim como praticamente todo o campo da atividade crítica vigente nos principais jornais paulistas e cariocas (embora não somente), revistas, entre outros períodos dessa época – e em diante. Críticos e historiadores, aliás, curiosamente, muitas vezes são a mesma pessoa (conferir: Ramos, Alcides Freire. Op. Cit.; Souza, Julierme Sebastião Moraes. op. cit.).

GOMES, Paulo Emílio Salles. Cinema: trajetória no subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999, p. 79.

DUARTE, B. J. Dia cheio... Folha de S. Paulo, Caderno 2, p. 4, 27 de janeiro de 1965. Disponível em: <<http://www.museumazzaropi.com.br>>. Acedido em: 02/09/2012. Meu Japão brasileiro. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 28 de janeiro de 1965. Disponível em <<http://www.museumazzaropi.com.br>>. Acedido em: 02/09/2012.

AZEREDO, Ely. Jeca, o descolonizador. Jornal do Brasil, Caderno D, p. 02., 03 de agosto de 1978. Disponível em: <<http://www.museumazzaropi.com.br>>. Acedido em: 02/09/2012.

<www.museumazzaropi.com.br>. Acedido em: 02/09/2012.

LOYOLA, Ignácio de. A contribuição de Mazzaropi para o retrocesso. Última Hora, Cine-Ronda, 04 de fevereiro de 1965. Disponível em: <<http://www.museumazzaropi.com.br>>. Acedido em: 02/09/2012.

ARAÚJO, Inácio. Vingança do caipira Mazzaropi contra cidade volta na TV Cultura. O Estado de S. Paulo, Ilustrada, p. 8, 09 de fevereiro de 1992. Disponível em: <<http://www.museumazzaropi.com.br>>. Acedido em: 02/09/2012.

TAMBELLINI, Flávio R. Jeca e seu filho preto. Jornal do Brasil, p. 02, 04 de agosto de 1978. Disponível em: <<http://www.museumazzaropi.com.br>>. Acedido em: 02/09/2012

BERNARDET, Jean-Claude. Nem pornô, nem policial: Mazzaropi. Última Hora, 22/23 de julho de 1978, p. 11. In: Rodrigues, Carlos Roberto e Souza, Olga Rodrigues Nunes de. Mazzaropi: a imagem de um caipira. São Paulo: SESC, jun. de 1994, p. 31-32. Disponível em: <<http://www.museumazzaropi.com.br>>. Acedido em: 02/09/2012

AVELLAR, José Carlo. O milagre. Jornal do Brasil, Caderno B, p. 03, 03 de agosto de 1979. Disponível em: <<http://www.museumazzaropi.com.br>>. Acedido em: 02/09/2012.

SILVEIRA, Miroel. Op. cit.

ABREU, Nuno César. Anotações sobre Mazzaropi: O jeca que não era Tatu. Revista Filme Cultura, Rio de Janeiro, nº. 40, p. 37, 1981. Disponível em: <<http://www.museumazzaropi.com.br>>. Acedido em: 02/09/2012.

TAVARES, Zulmira R. De pernas pro ar. Jornal Movimento, 05 de abril de 1976. Disponível em: <<http://www.museumazzaropi.com.br>>. Acedido em: 02/09/2012.

pi.com.br>. Acedido em: 02/09/2012.

cf.: RAMOS, Alcides Freire. op. cit.

cf.: SOUZA, Julierme Sebastião Moraes. op. cit.

BERNARDET, Jean-Claude. *Historiografia Clássica do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Annablume, 1995.

DIAS, Rosângela de Oliveira. *O mundo como Chanchada. Cinema e Imaginário das Classes Populares na Década de 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

AUGUSTO, Sérgio. *Este mundo é um pandeiro – A chanchada de Getúlio a JK*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

Quanto à primeira dessas obras, pode-se dizer que Jean-Claude Bernardet buscou “estabelecer novas hipóteses de periodização que sejam diferentes daquelas abordadas por Paulo Emílio” (em que o Cinema Novo estaria acima das chanchadas e/ou outras comédias “popularescas”), na medida em que “verificamos uma maneira de reescrever a história do cinema que permite um novo olhar a momentos antes não consagrados” (Cf.: Solano, Alexandre Francisco. op. cit., p. 90). Já ambas as outras, por meio do diálogo teórico com concepções de Mikhail Bakhtin, “sobretudo aquelas que ensejam encarar nas manifestações carnavalescas um alto potencial subversivo e transformador”, contribuíram à “modificação dos paradigmas interpretativos do cômico”, além de sinalizarem à “necessidade de se revisar a hierarquização das formas” na história/historiografia cinematográfica brasileira (Cf.: SOUZA, Julierme Sebastião Moraes, op. cit., p. 207).

SOLANO, Alexandre Francisco, op. cit., p. 114.

Como sugere o historiador Alcides Freire Ramos em brilhante ensaio a respeito

da Hierarquização de formas e expressões artísticas/cinematográficas: “não é por ingenuidade teórico-método-lógica que diversos historiadores do cinema brasileiro tenham incorporado certos preconceitos [...]. Trata-se, na verdade, de uma atitude consciente e deliberada e que correspondia a determinados interesses. Estes estão materializados num discurso histórico baseado no elogio de parte da produção cinematográfica que estava sintonizada com a cultura das camadas intelectualizadas, em detrimento da recepção que alguns filmes obtiveram junto ao grande público, especialmente o popular” (Cf. RAMOS, Alcides Freire. op. cit., p. 13).

ISER, Wolfgang. *O ato de leitura: uma teoria do efeito estético*. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, v. 1 (1996) e v. 2 (1999).

Guilherme Zufelatto é mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia e especialista em História Regional do Brasil.





Terreiro de Umbanda “Pai Jacinto de Angola e Caboclo Sete Luas”: Festa dos Pretos Velhos e Casamento

Régis de Moraes

Dia 13 de Maio de 1969, terça-feira, alunos e alunas do Curso de Antropologia, da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e letras, de Lorena (da sub-sede), compareceram, sob a orientação do Prof. Régis de Moraes, ao Terreiro de Umbanda Pai Jacinto de Angola e caboclo Sete Luas, em Cachoeira Paulista

O motivo da visita a esse local foi a Comemoração da Festa dos Pretos Velhos (13 de Maio – Dia da Libertação) e a assistência da Confirmação de um casamento, de acordo com o ritual da Umbanda.

Assim, puderam fazer de modo dinâmico, a pesquisa de campo, para enriquecimento de um trabalho Futuro de “Sincretismo Religioso no / Brasil”.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA UMBANDA

A Umbanda é uma manifestação religiosa sincrética, em que influem elementos africanos, católicos e espíritas.

Frei Boa Ventura, numa reportagem apresentada na revista “Realidade”, de outubro de 1968, fala sobre a Umbanda no Brasil. Conhece os mais diversos tipos de terreiro em nosso país, estudando-os há mais de quinze anos.

Afirma que desde 1946, existe um processo de coordenação, organização e união de vários movimentos populares, de origem predominantemente africana. Sob o nome de Umbanda reuniam-se: a Macumba (Rio de Janeiro), o Xangô (Pernambuco), a Pajelança (Amazonas) e o Nagô (Manaus).

Admite que o movimento penetra cada vez mais nas populações de origem europeia. A maioria das pessoas, que frequentam os Centros, bem como boa parte dos que dirigem as cerimônias são brancos de classes sociais privilegiadas. Mostra Frei Boa Ventura, em outro artigo (Ensaio de uma Nova Pastoral perante a Umbanda), que tudo isso parece ser causa de uma violenta insatisfação com as formas religiosas rígidas, excessivamente controladas, complexas e intelectualizadas. Estas características fechadas impedem a manifestação espontânea de um espírito religioso popular.

Nem o Catolicismo de Roma, nem o Protestantismo dos Reformistas, ou o Espiritismo ortodoxo de Allan Kardec, preenchem as necessidades religiosas de nosso povo.

A Umbanda parece dar a impressão das necessidades insatisfeitas diante de todas as formas religiosas importadas, e insuficientemente adaptadas.

Lançou assim, Frei Boa Ventura, as bases para uma nova Pastoral diante da Umbanda, que se resume em: valorizar os ritos, usos e costumes da religião umbandista no Brasil; descobrir, com alegria e respeito, “a palavra de Deus” também nas culturas africanas, buscando aí, a preparação do homem negro para o Evangelho do Verbo Encarnado.

DOMÍNIO DA UMBANDA

Desde 1964, após esforços da Confederação Nacional Espirita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros, o IBGE registrou oficialmente, em seu anuário estatístico, a umbanda como religião.

Em 1968, o anuário que traz estimativas de 1965, dá como umbandistas no Brasil, cerca de 105.850 pessoas. Entretanto, sabemos que muitos umbandistas dizem ser católicos.

Em uma pesquisa feita há 10 anos atrás, pelo IPEME (Instituto de Pesquisa e Estudos de Mercados), nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, a porcentagem era a seguinte: 83,5% de católicos. Desses, 20% disseram frequentar a macumba.

Algumas umbandistas afirmam ter o Brasil mais de 4 milhões de praticantes. Não há números oficiais de terreiros. No Rio, chegam a 30 mil legalizados, funcionando muitos clandestinamente. Depois da Guanabara, é o Rio Grande do Sul que tem maior nº de terreiros – 13.500, seguindo São Paulo, com quase 13.000, sendo 3.000 só na Baixada Santista. Na capital há cerca de 5.000 terreiros.

Os umbandistas dispõem também de uma montada editora: “ECO”, que vende 25.000 exemplares por mês. A obra “Os 600 Pontos Riscados e Cantados na Umbanda”, já vendeu 80.000 exemplares.

A secretaria de turismo do Rio de Janeiro introduziu, no último dia do ano, o culto a Iemanjá.

A Umbanda já não é mais uma religião clandestina.

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE

O terreiro era simples, situado em uma elevação, com tijolos à vista e chão de terra batida.

Entrando-se pela frente, havia um salão, onde a sessão costuma ser realizada. Uma mureta, deixando uma passagem de cada lado, e uma central dividia o salão em duas partes; a de trás correspondia àquela em que ficariam os assistentes e possuía muitos bancos sem encosto; na da frente, havia o terreiro propriamente dito, com um altar, uma série de banquetas laterais, para a acomodação dos médiuns.

O teto do salão era todo ornamentado de bandeirolas coloridas e, nas paredes, havia muitos quadros.

Duas portas ladeando o altar, davam acesso às outras dependências: dois quartos, um pequeno corredor, um mictório, um quarto maior, atrás, onde ficava o “Cantinho do Mal”, para a realização das quimbandas, destinadas a anular o mal desejado ou feito por alguém estranho ao terreiro, a alguns daqueles médiuns.

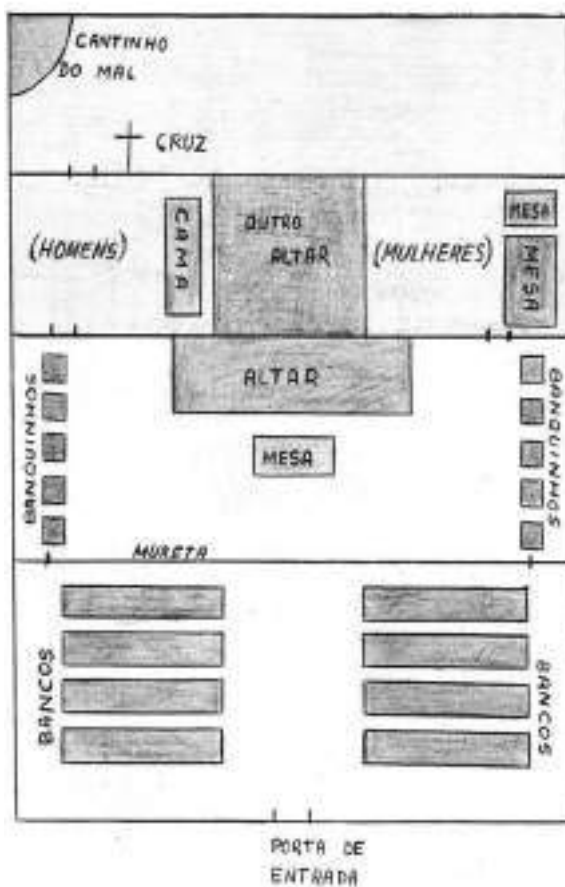
“O Cantinho do Mal” assemelhava-se a um forno, no canto do compartimento, com uma abertura inferior, dentro da qual estavam algumas velas acesas, uma imagem com aparência satânica. Exteriormente, próximo à abertura, havia, do lado esquerdo, um punhado de faquinhas espetadas. À direita estava um facão, todo enterrado no solo. Não era permitido tocar nos objetos, pois foram “cruzados”.

Um médium pode ser levado para esse compartimento, caso esteja possuído por algum espírito muito exaltado. Então, a sessão ganha aí o seu término.

Segundo os médiuns, o Cantinho do Mal não ocasiona mal a ninguém, mas, ao contrário, serve para eliminá-lo. Para tanto, devem ser usadas as mesmas armas que o espírito maligno utiliza. Daí o cuidado que se deve ter com os cabelos, retratos e quaisquer objetos de uso pessoal, pois podem ser usados contra nós.

Encostada a uma das paredes desse compartimento, achava-se uma cruz de madeira, onde, disseram, um médium esteve deitado durante 50 horas, a fim de conseguir uma graça necessária.

No quarto onde se achavam as mulheres, havia uma mesa com bolos e doces, comidas especiais, de acordo com a preferência dos guias espirituais.



Salão principal de Umbanda

(Terreiro)

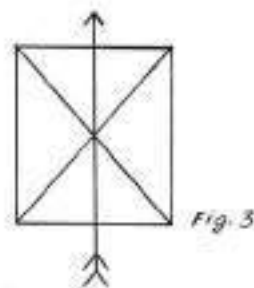
PAREDE

- retrato do Índio Guarani
- quadro de Nossa Senhora Aparecida
- crucifixo
- dois quadros de Iemanjá (um de cada lado do altar)
- quadro de Cosme e Damião
- quadro de Joana D'Arc
- cartaz: "Salve os Pretos Velhos"
- quadro: "Oração de São Francisco de Assis"
- bengala com o rosto de Pai Jacó (de pé, apoiada à parede, no lado esquerdo, próximo ao altar).
- um desenho, à esquerda do altar, representava o emblema do Terreiro.

O Emblema é o ponto de firmeza dos guias espirituais do chefe do Terreiro. A parte exterior, em linhas mais grossas, era uma armação de metal, por baixo do cartão com a figura. A seta indicava que o "chefe" do Terreiro se identificava com a falange de Ogum (predileto do Terreiro).

ALTAR

- ladeado por dois retratos: à direita, pai Jacinto de Angola; à esquerda, Caboclo Sete Luas.
- embutido na parede, constava de cinco degraus, nos



quais se distribuía:

- Bustos e estatuetas de Pretos Velhos
- Sagrado Coração de Jesus (imagem)
- São Jorge (no centro, e a maior imagem)
- São Benedito
- São Sebastião
- São Miguel Arcanjo

- Santa Terezinha
- Pai Jacó
- 6 velas acesas (em três degraus, duas em cada um)
- jarra com água, copo, terço
- papeis, livros, lápis, caneta
- conchas e caramujos
- flores e fitas coloridas
- cruz de madeira, enfeitada com lâmpadas
- mesa, à frente, contendo: flores, copo com vinho, vidro de unguento, cujo rótulo dizia: “Anjo da Guarda – Banhos”, cabaça, algodão, livros de preces.

RITUAL

Foram presenciadas, pelos alunos das Faculdades de Filosofia, Ciência e Letras de Lorena, além de alguns parentes dos noivos, os pais do “balalão” e as pessoas curiosas, a sessão de comemoração aos Pretos Velhos, e a confirmação do casamento.

Os membros da sessão eram os médiuns e o coro (que entoava hinos durante toda a cerimônia). As pessoas do coro trajavam roupas comuns e se postavam junto à parede. Os médiuns trajavam roupa branca (homens: calça e camisa; mulheres: saia e blusa); alguns usavam tênis e traziam fitas coloridas, colares ou terços.

A respeito dos médiuns, informou a mãe do “babalão”, que apenas seu filho era médium inconsciente, devendo os outros

terem semi-consciência. Ser inconsciente significa que o médium é totalmente dominado pelo guia, e, depois de sair do estado de transe, não se lembra do acontecido anteriormente. A consciência do médium depende do grau de evolução do espírito que dele se apossa. Se o espírito for muito elevado e o médium também, este último se torna inconsciente e, muito ou totalmente, dominado pelo primeiro. Se o espírito for atrasado e o médium não tiver desenvolvido muito bem a sua mediunidade, não haverá inconsciência. Quanto mais vezes o médium recebe o guia, mais força ele adquire, isto é, desenvolve a sua capacidade mediúnica e de inconsciente. Depende de um treinamento, ser bom médium.

(Obs. – Na descrição da cerimônia, feita a seguir, faltam algumas passagens, e mesmo as partes descritas não contêm todos os pormenores, falas e gestos. A respeito dos cantos, foram anotados alguns e, aqueles com versos incompletos são os extraídos do governador, não sendo possível entender corretamente as palavras.)

DESCRIÇÃO DA SESSÃO

O babalaô pediu silêncio para dar início à sessão em homenagem aos Pretos Velhos, que “tanto os beneficiaram”.

Canto:

“Nós somos soldados de Jesus

Marchamos carregando a nossa cruz

Com fé e a devoção

Chegaremos até vós

Senhora da Conceição”

Enquanto isso, o babalaô fala alguma coisa em louvor a Jesus / Cristo: “Nós somos soldados de Jesus

Porque nós... (etc.)

Nós somos soldados de Jesus

Faça de nós a sua vontade, Divino Mestre “... (etc)

“Meu pai Oxalá é o rei...

O velho...

.....

A tu tu balualê

A tu tu aluaê

A tu tu ê a

A tu tu aluaê

A tu tu é Orixá”

Canto: “Jesus, Maria, São João e São José

São Pedro abre o céu

Para aqueles que têm fé

São Miguel Arcanjo

Por Deus vai ver quem é

Rogai ao nosso Pai para aumentar a nossa fé”

Enquanto cantam, o babalaô fala: “Aumentai a nossa fé, Divino Mestre”.

O último canto vai se repetindo, enquanto os médiuns vão entrando, um a um (os homens de um lado e as mulheres de outro). Cada um vai ao altar, benze-se, beija as fitas, gesticula, dirige-se ao babalaô, saudando-o com gestos feitos com os braços dobrados; em seguida, deita-se no chão (sinal de humildade).

Depois faz o mesmo, ou quase o mesmo, com os dois primeiros médiuns do grupo (um homem e uma mulher, os mais próximos do altar). Entra a seguir, no final da fila até se formar um círculo, em frente ao altar (a mesa fica dentro deste círculo).

Canto: “Pisa na Umbanda

Pisa devagar

Afirma o pensamento

Porque a mãe sereia

Rainha do mar

Pesca os pensamentos

Todos em qualquer lugar

Jesus Cristo também foi traído

(Caminhando).....

Nesse mundo perdido”

Durante esse canto, o babalaô fala:

“Jesus Cristo também foi traído”

Canto: “Xangô, Xangô

Meu pai Xangô

Saravá Xangô (bis)

Xangô-ô-ô-ô-ô

Meu pai Xangô

Saravá Xangô (bis)

Caô pra ver se meu pai Xangô (bis)

Saravá Xangô

Caô pra ver se meu pai Xangô (bis)

Saravá Xangô (bis)

Xangô mora...

E manda....

Caô pra ver se meu pai Xangô (bis)

Saravá Xangô (bis)

.....
Que ainda não saravou

Esse moleque...

Pra chamar...

..... toda ginga

..... bicho do pé

Saravá Xangô (bis)

Xangô-ô-ô-ô-ô

Meu pai Xangô

Saravá Xangô

Valei-me meu pai, valei-me
Xangô”(bis)

Canto: “Tenho sete espadas para me
defender

Eu tenho Ogun na minha companhia

Ogun-ê meu pai

Ogun-ê meu guia

Ele vem salvar

Na fé de Deus e da Virgem Maria”

“Nós somos soldados de Jesus

Marchamos carregando a nossa cruz

Com a fé e a devoção

Chegaremos até vós

Senhora da Conceição”

O babalaô pede um saravá em homenagem aos Pretos Velhos. Todos batem palmas. Cantam um hino, enquanto o chefe incensa o grupo. Cada um recebe o incenso, gira sobre si mesmo, voltando-se novamente para dentro do círculo.

A seguir, o babalaô, molhando o dedo polegar num líquido contido numa garrafa, vai fazendo uma cruz na testa de cada um, em nome de Pai Jacinto. Depois, faz o sinal da cruz e pede silêncio para a concentração. Reza então o Pai Nosso, enquanto as pessoas por detrás do círculo, continuam cantando.

O Pai Nosso tem algumas diferenças:

Pai Nosso que estais no espaço

Santificado seja o vosso nome,

Venha a nós o vosso reino,

Seja feita a vossa vontade,

Assim na terra como no espaço.

O pão nosso de cada dia nos daí hoje,

Perdoai as nossas dívidas,

Assim como nós queremos perdoar os nossos devedores,

Não nos deixeis cair em tentação,

E livrai-nos do mal. Amém

O babalaô reza agora, a Ave Maria. Na segunda parte desta oração, há também algumas modificações:

Santa Maria, Mãe de Jesus,

Rogai por nós, pecadores,

Agora e na hora do nosso deslance.
Amém.

A seguir, o círculo dos médiuns abaixa-se, cabeças tocando o / chão.

O babalaô ora em voz alta. Oferece o Santo Trabalho pelos noivos, pelos presidiários, pelos enfermos, por todos os

que sofrem, pelos selvagens. Todos oram também. Rezam a seguir, a Oração de São Francisco de Assis:

“Senhor, fazei de mim um instrumento de vossa paz.

Onde haja ódio, consenti que eu semeie amor;

Perdão, onde haja injúria;

Fé, onde haja dúvida;

Verdade, onde haja mentira;

Esperança, onde haja desespero;

Luz, onde haja treva;

União, onde haja tristeza.

Divino Mestre.

Permiti que não procure tanto ser consolado, como consolar;

Ser compreendido, como compreender;

Ser amado, como amar.

Porque é dando que recebemos;

Perdoando, que somos perdoados;

E morrendo, que nascemos para a vida eterna!

O babalaô pede aos médiuns para fazerem um exame de consciência e pedir perdão para seus pecados. Rezam outras orações, depois, o coro canta:

Pai Jacó, eles vieram se casar

Eles são filhos de Umbanda

Filhos de Oxalá

Que dá licença.....

CASAMENTO

O babalaô anuncia a entrada dos noivos – Clóvis e Edna. Entram pelo centro da tenda, enquanto os médiuns lhes dão um “saravá”, invocando sobre eles a proteção de Oxalá e de outros.

A seguir, o babalaô faz a evocação das Sete Falangens de espíritos (ver referência no final do trabalho). A cada evocação, os médiuns respondem: “Salve”. Reza depois uma oração a Jesus Cristo, enquanto um disco toca a Ave Maria.

Os noivos se colocam à frente do altar e da mesa. O babalaô, que vai presidir a cerimônia, se coloca de costas para o altar, atrás, atrás da mesa.

Antes de começar, unge os noivos, que estão ali para receber a confirmação do casamento já realizado no civil e na Igreja Católica. Reza em seguida, o Pai Nosso.

Entram os padrinhos. As orações continuam. É feita uma saudação a Pai Jacinto.

Canto: Pai Jacinto que vem de Angola, (bis)

Vem beirando a beira, mar

Bota a “pemba” no sereno,

Deixa a “pemba”serenar (bis)

Os noivos vão até o altar e fazem uma reverência, voltando depois ao seu lugar.

O Caboclo Sete luas toma posse do babalaô. O “Sete Luas” foi chamado para “oficializar” o matrimônio.

Canto: O Caboclo Sete Luas

Passeava do lado de lá (bis)

O babalaô, possesso, abençoa os noivos. Dá-lhes o cálice com vinho para que cada um dos cônjuges tome um “gole”. Em seguida, começa a fazer gestos sobre os dois, que por um momento, ficam de costas para o altar. Faz também gestos sobre os padrinhos. Depois, coloca uma toalha branca em volta do pescoço dos noivos, fazendo uma série de gestos circulares. O coro entoia o Hino da Umbanda. Os noivos vão até o altar, fazem uma reverência e voltam. O babalaô reza e o grupo silencia. Em seguida, o coro canta “Pai Jacinto”. O babalaô dá passes no noivo que, “possuído” por um espírito começa a se debater. Depois de terminada a possessão do noivo, o babalaô entregalhe o “diploma de casado”.

Em seguida, o babalaô liberta-se do espírito do qual esteve possuído durante toda a cerimônia e dá a bênção da Imaculada Conceição Aparecida. Pede um saravá para os noivos. Todos batem palmas. Os noivos saem e o grupo continua cantando:

“Nós somos soldados de Jesus

Marchamos carregando a nossa cruz”
(etc, etc)

O babalaô avisa que os médiuns vão agora entrar em comunicação com os espíritos dos bondosos Pretos Velhos. Começam a fumar. Logo depois já estão “possessos”. Enquanto o chefe fala, o coro entoia um hino. Cantam depois para o caboclo “Gira Mundo..... Os médiuns dançam. O babalaô “chama” a Corrente Baiana para se comunicar com os médiuns.

Canto: “Oi coqueiro do mar
Que tá navegando
A Bahia tá me chamando”
.....

Os médiuns continuam dançando. Depois, todos voltam ao normal. O babalaô invoca espíritos de “irmãos caboclos”. Cantam. Os médiuns entram novamente em estado de comunicação. Em seguida, o babalaô invoca São Benedito e, depois, São Jorge. O coro canta um hino para cada um deles. Trazidos pela Corrente de Cosme Damião, os espíritos dos Pretos Velhos chegam. O babalaô dá um “viva” à Princesa Izabel. Começam novamente o canto e a dança. Os médiuns dançam ligeiramente curvados para a frente.

Depois de algum tempo, são colocados uns banquinhos, em círculo, e neles os médiuns se sentam. Cada um deles recebe um saquinho, de pano branco, contendo cachimbo e fumo. Fumam. O coro canta:

Canto: “Salve Deus e o Caboclo de Aruanda, Pai do Céu chegou no Terreiro da Umbanda”

O babalaô recebe um espírito e se põe a fumar, juntamente com os outros médiuns. Em seguida, vai de médium em médium, cruzando os braços no solo, enquanto o coro canta:

“Segura, gira, meu filho,

“Segura, gira, meu pai.

“Segura, gira, meu filho,

Filho de Umbanda não cai”.

O babalaô senta-se em frente ao altar e fala, voltado para o círculo, com a voz do caboclo que “montou” nele. Uma moça distribui vinho para os médiuns, numa cabaça. Os médiuns continuam com o cachimbo.

No final da sessão, o babalaô se põe à disposição das pessoas interessadas, para dar passes. Uma aluna da faculdade se aproxima para recebê-los.

CURIOSIDADES

(a respeito da Umbanda e das Sessões)

As informações que se seguem, bem como aquelas referentes ao emblema do terreiro visitado, foram obtidas da Médiun Marincha (Secretária do Preto João), da Tenda de Caridade da Cabocla Jandira, em Lorena.

Quando se vai a uma sessão, é importante que se saiba o nome do Terreiro. Este pode ter chão de cimento, de taco, de tijolo ou de terra batida.

Os espíritos preferem que, nas sessões sejam usadas roupas simples e brancas. Em alguns terreiros, são usadas roupas mais ricas, o que, no entanto, é sinal de vaidade. O espírita deve ser uma pessoa simples. Há médiuns que usam calçados durante as sessões, mas o correto é ficar descalço.

A função do Cambono é conduzir as pessoas, acender velas, orientar os que recebem maus espíritos etc.

Não existe uma dança certa para cada espírito que desce. Depende do ter mais ritmo, ou menos, dançar de um jeito, ou de outro.

Não há número de médiuns para uma sessão.

As Falanges são sete:

- 1- São Sebastião – Oxosse. E o rei da Umbanda. As suas cores são: vermelho (cor da tanga que usou

quando morreu) e verde (porque é o rei das matas).

2 - São Jorge – Ogun

3 – São Jerônimo – Xangô. Santo da Lei e da Justiça

4 – Nossa Senhora – Yemanjá. Rainha do mar.

5 - Pretos Velhos – São Benedito (inclui a corrente baiana, que não é uma Falange).

6 – Cosme e Damião – Beijada (inclui a corrente baiana). São protetores das crianças até 5 anos. Descem com espíritos infantis. Fazem algazarra nas festas.

7 – Exuns – Na quimbanda, são pagãos, sem nome, praticam o mal. Na Umbanda, o dono é chamado “povo de encruza”. Os exuns trabalham chamando por Marchristo (que é Jesus Cristo), São Miguel e Santo Antônio.

Corimbas – são cantos. Exemplos de corimbas cantadas na Tenda de Caridade da Cabocla Jandira:

Xangô morreu com idade,

Morreu escrevendo numa pedra.

Ele escreveu a justiça,

Quem deve paga,

Quem merece recebe.

Desta corimba de Xangô, segundo a médiun informante, pode-se tirar um enredo: Xangô é o rei da justiça e da lei.

Corimba de São Benedito:

Meu São Benedito
 Entre glórias nasceu
 Glória, glória seja ao Pai,
 Ao Filho e ao Espírito Santo. Amém
 As corimbas variam de terreiro para
 terreiro. Qualquer pessoa pode fazer um
 corimba.

Alguns nomes de caboclos e da lin-
 guagem da Umbanda:

Caboclo Saracutinga
 Caboclo Taquaritinga
 Caboclo Tapiaçá
 Caboclo Três folhas da Mata Virgem
 Caboclo Forte
 Caboclo Luzeiro
 Caboclo Saiçá
 Caboclo Jurupetau
 Caboclo Ariá
 Caboclo Três Estrelas
 Caboclo Salvador
 Caboclo da Mata
 Cabocla Sete Virgens
 Cabocla Alaliana
 Pequeno Glossário sobre a Umbanda
 Amalá: comida de Santa
 Agô – licença
 Agô – iê: dai-me licença

Aparelho: médium, termo usado pe-
 los pretos

Babá: mulher chefe do Terreiro

Babalaô: sacerdote, pai de santo, che-
 fe do Terreiro

Babalorixá: chefe de Religião, sumo
 sacerdote, conhecedor
 de magia

Bangô: dinheiro

Búzios: caracois, pequenas conchas

Burro: médium, termo usado pelos
 Exus.

Bantu: cerimonial religioso africano

Batuque: sapateado, dança negra

Canjururú: mulher casada

Curiá: comer

Camunguerê: criança

Canzuá: casa

Calunga: cemitério

Calunga grande: mar

Cambono: homem que serve aos es-
 píritos quando incorporados

Cavalo: médium, termo usado pelos
 caboclos

Canjerê: despacho ou trabalho resul-
 tante dos candomblés

Candomblés: dança africana

Capanga: guarda- costas, valentão

Congá: local sagrado dos fetiches

Camumbembe: pessoa vil, indigna

Canjira: dança sagrada, afochê

Dumba: mulher casada

Demanda: questão, briga

Dendê: óleo de palmeira

Denguê: milho branco

Dimbo: duvidoso

Efum Oguedê: farinha de bananas

Exú: espírito das trevas

Falange: grupo, muitos espíritos

Fubeca: surra

Fundaga: pólvora

Ganga: roupa de uso

Guia: colar litúrgico, espécie de rosá-
 rio

Ialô: filho de santo

Ibeji: Orixá das crianças, Deus dos
 Gêmeos (Cosme e Damião)

Ifá: protetora dos Partos
 Iemanjá: deusa das águas (Virgem Maria)
 Iansã: Santa Bárbara
 Jabona: mãe pequena, auxiliar de sacerdoteza
 Jambê: comida africana
 Kaô: Salve. Viva
 Kaô Cabe em si: Viva o Grande
 Marafo: parati, pinga, aguardente.
 Matruco: homem
 Macumba: instrumento, vara de bambu cheia de dentes; é tocado com duas varinhas, que atritadas contra os dentes, produzem o som.
 Milonga: intrigas, mexericos
 Matungo: esposo
 Nanã: divindade das águas
 Namburuquê: deusa dos ventos
 Mironga: segredo, mistério
 Oyti: Bebida
 Orixá: espírito de muita luz, chefe de linha
 Ogã: homem que bate o atabaque
 Obá: deusa do amor
 Obatalá: céu
 Odum: a terra, o planeta
 Omulú: Deus dos mortos – São Lázaro
 Oti: parati com mel
 Pomba: giz vegetal
 Patuá: talismã
 Piau: frango e galinha
 Ponteiro: punhal
 Pito: cachimbo
 Ponta cantado: cânticos evocativos
 Ponto riscado: emblemas, dísticos, símbolos

Pengo: bobo, palerma
 Quimbanda: magia negra
 Quimanga: cabeça
 Quiumba: obsessor
 Saravá: salve (saudação)
 Sangue de Cristo: vinho tinto
 Saluá: falecido
 Samba: filho de santo, médium
 Tuia: pólvora (na língua dos caboclos)
 Tacarar: cobrir com tábuas
 Tutemê: irmão gêmeo
 Vavá: falar
 Vunge: esperto
 Xangô Caô: São João Batista
 Zambê: Deus
 Zombiê: aparição, alma dos mortos
 (Revista Vozes, Fv. 1969, nº 2)

Uma pesquisa de campo sobre algumas atividades da religião umbandista:

Pudemos fazer observações valiosas desta manifestação sincrética religiosa, em que estão presentes, de maneira acentuada, elementos católicos, africanos e espíritas. O substrato sócio-cultural é africano, notando-se um perfeito entrosamento com o agiológico santeiro cristão. Porém, como prática esotérica urbana, aceita o espiritismo, que não é o oficial, o de Kardec, mas a chamada linha branca desta ciência religiosa, em contraposição à linha negra, da Macumba ou Quimbanda.

Na Umbanda funciona o princípio contra-aculturativo, no sentido de ver-se que não há imposição de cultura, mesmo porque ali, todas são iguais e sincréticas.



Uma história a ser contada: esboço para uma crítica da produção do historiador José Luiz Pasin

Walter Cezar Addeo

Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Membro da APCA – Associação Paulista de Críticos de Arte. Escreve mensalmente para a revista FILOSOFIA (Editora Escala). Escritor, ensaísta e roteirista.

Muitas vezes, em conversas informais, o professor José Luiz Pasin costumava dizer que toda a história do Vale do Paraíba ainda estava para ser contada, inclusive suas relações com a época e a política do Império e sua preponderância na chamada primeira República. Muitas coisas ainda estavam esperando pelos historiadores e pesquisadores em arquivos e cartórios das cidades, documentos mal conservados, muitos deles extraviados e que, de vez em quando, apareciam em leilões. Do que se escreveu, segundo ele, era necessário arriscar novas interpretações a partir dos novos documentos que iam surgindo. Enfim, um trabalho para toda uma geração de historiadores, sociólogos e antropólogos urbanos. Ele viveu o suficiente para ver essa nova saga de historiadores brasileiros começar a trabalhar e debruçar-se sobre a história brasileira, fazendo surgir análises novas, biografias corajosas e publicações de cartas inéditas com novas revelações, principalmente, sobre personagens importantes do período de D. João VI no Brasil, do primeiro e segundo império e da primeira república. Tanto a época do Império (seu tema preferido) quanto a chamada República Velha são pontos angulares e estrategicamente ricos para os historiadores interessados no vale paulistano e fluminense. Foram épocas em que o Vale do Paraíba teve papel mais do que relevante, seja por ser o centro econômico cafeeiro, garantindo as divisas da nação, como durante o primeiro governo do presidente Ro-



drigues Alves quando a capital do Brasil modernizou-se com um dos maiores planos de reforma urbana até então realizados na América Latina. Ele, inclusive, nos lembrava muito bem que o Brasil já fora governado tanto do palácio presidencial do Rio de Janeiro quanto a partir da residência onde morou este presidente (eleito por duas vezes), na rua Dr. Moraes Filho, em Guaratinguetá. Residência histórica, tombada pelo Condephat e transformada em museu histórico e pedagógico com um rico acervo sobre a primeira república, atualmente correndo sério risco de desaparecer por falta de uma definição sobre seu futuro administrativo e por falta de recursos financeiros para sua manutenção. José Luiz Pasin tomou para si parte desses trabalhos sobre a história da região e, periodicamente, lançava novos

títulos sobre esta grande e desconhecida história valeparaibana. O Vale seria o seu tema constante e ele gostava de afirmar com muita coragem que a região valeparaibana era um país em si com fronteiras geográficas, cultura, história, culinária e linguajar, perfeitamente delimitados.

A primeira coisa que se percebe neste seu trabalho de historiador e escritor é que ele privilegiava, antes de tudo, as chamadas fontes primárias e as bibliografias, além das narrativas da tradição oral. Sabia que eram elas que poderiam permitir uma reavaliação da história e avalizar novas interpretações. Um pouco como Lévi-Strauss que, no fim da vida, dizia que o que importava era mesmo a etnografia e sua paciente coleta de dados brutos das civilizações ditas primitivas. Segundo o criador do estruturalismo antropológico, teorias vêm e vão, mas o que permite novas avaliações, novas análises e novas teorias é sempre o material primário pacientemente recolhido e analisado. José Luiz Pasin pensava o mesmo para a pesquisa histórica. As fontes primárias, os documentos precisavam ser salvos, lidos, analisados e organizados para serem consultados continuamente. Os livros precisavam ser relidos e reinterpretados. Daí sua luta, junto com outros historiadores (notadamente, o professor Nelson Pesciotta), para criar o Instituto de Estudos Valeparaibanos do qual foi seu primeiro presidente. Pensava neste instituto como o lugar ideal para reunir, classificar e estudar este vasto material disperso sobre a história valeparaibana e também como um centro de pensamento e pesquisas. Para isso doou ao Instituto sua biblioteca particular de assuntos referentes ao Vale do Paraíba que formara durante muitos anos. Literatura, geografia, história, et-

nologia, folclore, antropologia, urbanismo, artes, política e outros temas, exclusivamente de autores valeparaibanos, aí estão representados. Talvez a primeira tentativa exaustiva de reunir este tipo de material num mesmo lugar. Livros raros e dispersos começaram a ser juntados nesta sua biblioteca e também o material esparso de jornais e revistas que compuseram pastas temáticas variadas. Somente e exclusivamente temas valeparaibanos. O embrião de um “Google” sobre o Vale do Paraíba. Ele esperava poder digitalizar todo este material e torná-lo disponível na Internet. Trabalho que acabou ficando para a nova geração de afiliados do Instituto. No ano de 2013, o Instituto comemorou seus quarenta anos e homenageou este seu primeiro presidente e sócio fundador. Uma dupla celebração, portanto. A maturidade deste instituto e a homenagem ao historiador e professor que ajudou a torná-lo realidade.

AFINIDADES INTELECTUAIS ELETIVAS

José Luiz Pasin termina seu licenciamento em Geografia-História, em 1962, na Faculdade Salesiana de Filosofia Ciências e Letras, de Lorena. Dois anos antes do golpe militar de 1964. Toda sua militância, ensino e pesquisas atravessarão, portanto, os chamados “anos de chumbo” da ditadura brasileira, só encerrados em 1985, com a volta da democracia ao país. Ele não se intimidará e, inclusive, chegará a ser preso pelo exército, em Lorena, para prestar depoimentos. Sempre se manteve ao lado dos que lutaram pelo

fim da ditadura militar, pelo restabelecimento dos direitos civis, mantendo sua fazenda como um dos raros espaços de discussão livre na região do Vale do Paraíba. Um período da vida do professor José Luiz Pasin que merece uma pesquisa particular e exclusiva uma vez que vários nomes importantes da luta contra a ditadura, tanto de São Paulo, Rio de Janeiro e da região valeparaibana cruzaram com ele e freqüentaram sua fazenda. Mesmo com a volta da democracia no Brasil, ele continuará atento e será uma das poucas vozes a denunciar a constante militarização da região, alertando para a excessiva concentração de indústrias bélicas no Vale do Paraíba, local estratégico por se situar entre os pólos industriais mais importantes do país. Ele pensava numa vocação “verde” para o vale e não lhe agradava que a região se transformasse num barril de pólvora perigoso.

Entretanto, interessa-nos, aqui, o momento especial em que José Luiz se firma como historiador. Qual seria a base teórica que ele encontra no ensino acadêmico oficial, quais as teorias da história que se agitam no seu horizonte intelectual e quais serão suas escolhas. Pelo menos, quatro nomes se impõem na formação intelectual do professor José Luiz Pasin – Gilberto Freyre, Luis da Câmara Cascudo, Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido. A leitura desses mestres decidirá as escolhas teóricas do historiador José Luiz Pasin e norteará sua preferência pelos diversos e inusitados temas a que se dedicou. De todos, Gilberto Freyre será a escolha decisiva em sua carreira. Ele será um gilbertiano apaixonado por toda sua vida. Sua fazenda em Roseira Velha, de certo modo, tentará emular um pouco a famosa casa/sobrado de Gilberto Freyre

em Recife – o solar dos Apipucos – como um ponto de convergência de estudiosos, artistas e pesquisadores. Falar em Gilberto Freyre e José Luiz Pasin é, portanto, falar de uma afinidade intelectual afetiva muito forte. Foi fundamental na vida de José Luiz, a leitura de “Casa Grande & Senzala”, da mesma maneira que foi importante sua descoberta dos textos e livros de Luiz da Câmara Cascudo, principalmente seu monumental “Dicionário do Folclore Brasileiro”. Para ele, as cidades de Recife e Natal, respectivamente capitais de Pernambuco e Rio Grande do Norte (cidades natais de Freyre e Câmara Cascudo), representavam o que se poderia chamar de Brasil profundo (conceito ao qual ele iria acrescentar Minas Gerais). Pernambuco com seus engenhos de açúcar, suas casas grandes e senzalas, José Luiz reencontraria muito perto de si, no Vale do Paraíba cafeeiro. Aqui também estavam as casas grandes e senzalas, a cultura africana e ainda uma forte presença da cultura indígena na formação do mundo caipira, nos nomes das cidades e no sincretismo religioso e alimentar. Uma improvável lembrança de um Pernambuco açucareiro num vale cafeeiro, às margens de um grande rio – o rio Paraíba do Sul – não passou despercebido para o historiador José Luiz.

A opção intelectual por Gilberto Freyre constitui-se, portanto, num desses acasos felizes na vida das pessoas e trará para o historiador José Luiz a descoberta de novas teorias em sua área. Através de Gilberto Freyre ele será apresentado à chamada “História Nova” da Escola dos Annales francesa, movimento que, de certo modo, foi antecipado na obra de Gilberto Freyre. Será, portanto, a partir de Freyre que José Luiz irá considerar a

questão dos estudos culturais, da história dos costumes, da chamada história material, introduzida na França pelos fundadores da revista “Annales d’histoire économique et sociales”, Lucien Febvre e Marc Bloch. Igualmente, ele irá se deparar, ainda, com um novo paradigma, o conceito operacional de Cultura em oposição ao de Raça. Gilberto Freyre foi, no Brasil, o ponto de convergência dessas duas revoluções que estavam em gestação nos anos 30. A nova noção de Cultura aplicada, inicialmente, aos estudos antropológicos virá dos EUA através de Franz Boas. Este posicionamento antropológico permitirá a Gilberto Freyre antecipar a chamada “história dos costumes”, a “história das intimidades”, ou seja, os novos temas enfrentados pelos historiadores na França. Não será à toa que os principais nomes desta escola francesa irão saudar “Casa Grande & Senzala” como obra pioneira neste tipo de estudos. José Luiz, entretanto, tomará conhecimento dessas novas teorias e posicionamentos, de maneira oblíqua, através da leitura dos livros de Gilberto Freyre. Vejamos rapidamente do que se trata para entendermos o papel crucial da publicação de “Casa Grande & Senzala” na vida intelectual brasileira e por que este livro se transforma num clássico instantâneo e cria uma das maiores polêmicas na área dos estudos sociais no Brasil.

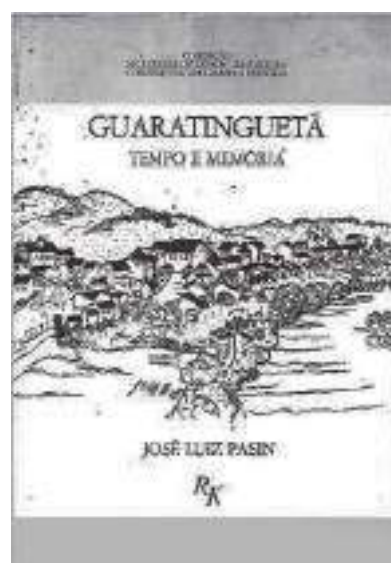
Durante toda a década de 20 e 30, é ponto pacífico nas discussões sociológicas no Brasil, que a teoria se debatia entre dois grandes temas. O do clima e o da raça como definidores determinantes do caráter nacional. E ambos eram negativos. Quanto ao fatalismo climático, Freyre dirá que ele é condicionante, uma contingência e nunca um fator determi-

nante, podendo ser superado pelas ciências humanas. Além do clima tropical adverso, com suas endemias diversas, a ampla mestiçagem havida na colonização teria provocado efeitos perniciosos na formação do caráter nacional. Seríamos, portanto, uma raça fraca onde o sangue ariano, branco (dos colonizadores), teria a missão de purgar e melhorar a raça brasileira se quiséssemos chegar a ser uma grande nação como as da Europa. Um caráter nacional positivo passaria, portanto, pelo embranquecimento paulatino da população. A revolução gilbertiana foi justamente inverter os termos dessa equação, transformando a forte miscigenação brasileira, sua ampla e diversificada mestiçagem, em ponto positivo de nossa identidade nacional. Uma democracia racial mestiça, única no mundo, é o que, intempestivamente, a obra de Gilberto Freyre propunha como solução, na contra-corrente das teorias raciais arianas da época. Gilberto Freyre estava antecipando, já nos anos 30, toda a discussão que voltaria a surgir recentemente sobre hibridismo cultural. Ao mesmo tempo, trazia para a discussão brasileira, a nova noção operacional de cultura, surgida na antropologia norte-americana com Franz Boas do qual ele foi aluno na Universidade de Colúmbia. É por influência das idéias de Franz Boas que Gilberto Freyre poderá montar a estratégia de focar as relações raciais, culturais, econômicas e de classe a partir de um microcosmo – a Casa Grande e a Senzala. Gilberto Freyre não falará, entretanto, em antagonismo absoluto de luta de classes, como nas interpretações marxistas de um Caio Prado Júnior, por exemplo, mas de hibridização (“culturas híbridas” como dirá Néstor García Canclini, muitas déca-

das no futuro), de acultramento, de miscigenação, de um “pensamento mestiço” (na acepção de Serge Gruzinski, também muito tempo depois). Essa harmonia absoluta entre casa grande e senzala será, inclusive, duramente criticada, abrindo uma polêmica que ainda não se resolveu até hoje. Principalmente, por Gilberto Freyre ter suavizado a luta de classes latente entre a Casa Grande e a Senzala, minimizando (através de um estilo narrativo profundamente sedutor) as relações de poder e de opressão entre a elite branca rural e seus escravos. José Luiz não ignora essas críticas, mas, instintivamente, tomará o partido de Gilberto Freyre, fascinado que está por essa história cultural ricamente miscigenada, por essa “pequena história” que inclui os afro-descendentes, os mestiços e os índios brasileiros. A partir de Gilberto Freyre, ele descobre um Brasil ricamente multifacetado e plural, além de uma história, uma sociologia que se debruça também na culinária, nos gestos, na linguagem, no sincretismo religioso, no artesanato popular, nas narrativas orais. E a encontra muito perto de si, no Vale do Paraíba, mestiço por definição. Ele é, por instinto, um adepto dessa “história dos costumes”, dessa “história das mentalidades” colocada na ordem do dia pela Escola dos Annales. Adepto por intuição, mais do que por teoria, porque simplesmente segue amorosamente esse seu fascínio pela cultura popular, pelo folclore e pelas pequenas histórias que se entrelaçam com a “grande história” de longa duração. Sem saber, ele será, em espírito, uma espécie de Gilberto Freyre do Vale do Paraíba. Por toda sua trajetória intelectual, Gilberto Freyre seguirá sendo seu grande mestre nesta carreira de historiador que abraçou.

Se ele busca no norte do país, seus dois mestres maiores, entre os intelectuais do sul, ele irá privilegiar principalmente dois nomes: Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido. Sigamos um pouco o peso e as influências desses autores em sua formação e escolhas. O livro “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque, permitirá a José Luiz nuançar o quadro dessa complexa identidade brasileira que ele começara a analisar em Gilberto Freyre. Sérgio Buarque, inclusive, visitaria José Luiz Pasin em sua fazenda, em 28 de junho de 1975, para autografar o livro “Vale do Paraíba – Velhas Fazendas”, totalmente ilustrado por Tom Maia e com um dos melhores textos sobre nossa região. Uma narrativa saborosa e erudita de Sérgio Buarque que se revela praticamente como uma carta de batismo de nossas origens indígenas e bandeirantes. Deveria ser lida e estudada em todas as escolas valeparaibanas. Mas o que o historiador José Luiz realmente encontra em “Raízes do Brasil”? Bem, ele encontrará justamente uma das chaves para explicar essas relações de compa-

drio e de favores que se enraizou na região do Vale do Paraíba onde uma política de coronéis e de “compadres” obstruiu por muito tempo a consciência de que cidadãos plenos não precisam depender de favores da classe política, mas têm direitos inalienáveis a serem respeitados e exigidos. Na angular tese de Sérgio Buarque, essa relação ambígua de famílias, favores e políticas acabam por consubstanciar uma forma do caráter nacional que ele chamou de o “homem cordial” brasileiro. Uma cordialidade que se foi benéfica ao forjar um tipo de caráter que propiciou uma mestiçagem e um convívio menos prepotente com as outras raças (caráter este já celebrado por Gilberto Freyre), no âmbito do político será nefasta, criando uma ambigüidade desastrosa na relação dos cidadãos com o Estado, visto como uma continuidade da “casa grande” onde todos dependeriam da boa vontade e da generosidade do patriarca, do coronel e autoridades locais. O Vale do Paraíba, pelo menos até o fim da década de 50, ainda apresentava uma renitente forma



de política baseada em mandonismos locais, favores e compadrios diversos; uma forma de fazer política dominada por chefes políticos regionais e pelo chamado “voto de cabresto” ou simplesmente comprado. Sérgio Buarque fará a crítica desse personalismo político que cria, periodicamente, “pais da pátria” e “políticos generosos” a distribuir assistencialismos periódicos aos pobres e desamparados. Uma perniciosa política de favores. Fará, portanto, a crítica desse “homem cordial” visto até então como uma virtude brasileira, mostrando que esse emocionalismo cordial na política, na prática, impede o estabelecimentos de relações formais e democráticas no espaço público. Na política brasileira, os políticos “são tão superiores que podem ser condescendentes, “democratas”, como uma concessão pessoal e não em função do direito do outro”, portanto, o que se tem, na verdade, na política nacional é uma espécie de extensão das relações cordiais e harmônicas (segundo Gilberto Freyre) entre a Casa Grande e a Senzala. Bem, esta era ainda a situação, o pano de fundo da política valeparaibana quando José Luiz se forma em história. Sérgio Buarque lhe dará, então, régua e compasso para entender este mandonismo local e nuançar a visão sociológica de Gilberto Freyre.

Mas, ainda haverá outro livro importante na formação de José Luiz. Trata-se agora da questão rica e pouco explorada da cultura caipira. Portanto, será igualmente decisivo para José Luiz a leitura de “Os Parceiros do Rio Bonito” de Antonio Candido, talvez a primeira tese a sistematizar este tipo de cultura, seu gradual desaparecimento e sua sobrevivência sob outras formas urbanas. O livro de Antonio Cândido centra-se no mundo caipira

das regiões do oeste paulista, tendo coletado material em diversos anos nos municípios de Piracicaba, Tietê, Porto Feliz, Conchas, Anhembi, Botucatu e, principalmente, na Fazenda Bela Aliança, em Bofete, chamada antigamente de Rio Bonito, e que dará título ao livro. Era intenção de José Luiz (e exortava seus alunos neste sentido) desenvolver textos que, como os de “Os Parceiros do Rio Bonito”, configurassem um grande mural da saga cultural do caipira no Vale do Paraíba, um pouco no modelo do que Antonio Candido fizera na zona rural do oeste paulista. Esta história era, para ele, uma das que ainda precisavam ser contadas e que esperava pelos seus historiadores. Não lhe escapava, pelas suas viagens pelo Vale, as características únicas desse modo de viver caipira, rico em nuances e soluções inusitadas de sobrevivência.

O caipira é o resultado da mestiçagem havida entre o português bandeirante e o índio, configurando-se num dos tipos do homem rural brasileiro, que dominou por muito tempo regiões amplas que vão de São Paulo, grande parte de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná, chegando, inclusive, em regiões do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Com a industrialização urbana este tipo de cultura ficará insulado no interior, “criando porco, fazendo toucinho, plantando roça de milho, criando vaca, fazendo queijo”, nas palavras de Darcy Ribeiro e isso cria uma cultura caipira singular. Como diz Antonio Candido, “ele é um produtor isolado, longe dos mercados urbanos, um bandeirante parado e economicamente atrofiado”. Mas saberá se adaptar a essa nova situação e criará uma forma de sobrevivência muito particular, desenvolvendo uma espécie de saber popular, uma “tecnologia

do precário” que lhe garantirá formas de subsistência e de sobrevivência. O caipira, de certa forma, é o que Levi-Strauss chamará de “bricoleur”. O “bricoleur” é esta inteligência viva e esperta, ligada às necessidades imediatas do seu dia-a-dia, exercitando uma inteligência criativa voltada ao concreto. Na definição de Lévi Strauss, a “bricolagem” se dá quando se executa um trabalho usando meios e expedientes já existentes que, então, são deslocados e se afastam de suas finalidades originárias. Opera, portanto, com materiais fragmentários, anteriormente elaborados e que ele remaneja e transforma para dar conta de suas necessidades particulares. Uma mistura de artesanato e tecnologia está envolvida neste fazer do “bricoleur”. Pois será este mesmo tipo de atuação intuitiva que encontraremos na cultura caipira. Será assim que ele aprenderá a construir suas casas (em regime de mutirão), por exemplo. E não será por acaso que, ao migrar para a cidade grande, ele se dará bem justamente na indústria de construção. Apesar de essa cultura estar em rápido desaparecimento, muito do seu “ethos” particularíssimo e prosódias únicas ainda persistem por toda a região do Vale do Paraíba. Serão, pois, nestas veredas de análise e recuperação etnográfica da cultura caipira, da importância do folclore, das narrativas orais e da sabedoria do povo que José Luiz Passin se encontrará com Luiz da Câmara Cascudo, outro de seus mestres. A frase de Câmara Cascudo de que “ouvir o povo vale uma universidade”, frequentemente dita aos que o visitavam, calará fundo em José Luiz. Ele sempre terá um ouvido atento de historiador para a rica tradição popular da região valeparaibana.

O Vale, por sua vez, apresenta uma

geografia privilegiada por situar-se entre as serras do Mar e da Mantiqueira. Na serra do Mar existem ainda bolsões da grande Mata Atlântica tropical; além do fato de a região ligar as duas maiores cidades brasileiras – São Paulo, fundada por jesuítas, e Rio de Janeiro, antiga capital do império e da República. Intuitivamente, ele sabe que está no lugar certo, no melhor lugar para ser um historiador. E vai amar esta região durante toda sua vida. Viagens incontáveis pelo fundo do vale, pelas “cidades mortas” de Monteiro Lobato, pelas cidades vivas e industrializadas à margem da via Dutra e da estrada de ferro, pelas serras de Cunha e da Mantiqueira e, um pouco além, pelas aldeias de pescadores no litoral e pela cultura caçara. É com o olhar de Gilberto Freyre, Câmara Cascudo e Antonio Candido que ele empreende essas viagens e recolhe seu material, principalmente a tradição oral não escrita. Fez, à sua maneira, uma antropologia urbana e rural e a registrou em seus escritos espalhados pelas diversas revistas e jornais em que publicou.

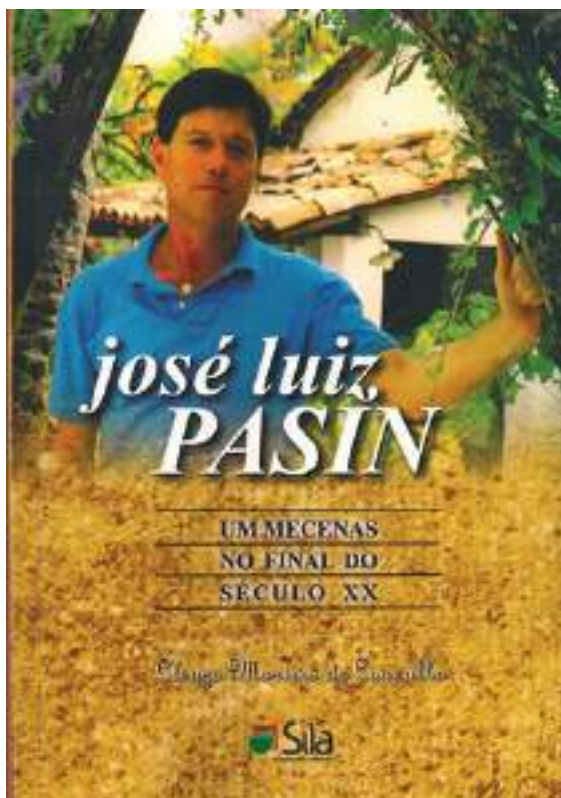
Mais localmente, sua amizade com o casal de historiadores Tom Maia e Thereza Regina de Camargo Maia e com duas irmãs, uma folclorista e outra museóloga serão angulares para sua orientação quanto ao estudo paciente da história local valeparaibana. Maria de Lourdes Borges Ribeiro, autora de livros fundamentais sobre as danças afro-brasileiras como “O Jongo” e “A Dança do Moçambique” e sua irmã Conceição Borges Ribeiro Camargo que organizou o primeiro museu antropológico e histórico de Aparecida, juntamente com o casal Maia, fundadores e mantenedores do Museu Frei Galvão em Guaratinguetá, serão seus interlocutores constantes na área da arquitetura tropi-

cal brasileira, do folclore, do sincretismo alimentar e religioso, da cultura indígena e afro-brasileira, além de estimulá-lo quanto a importância de lutar por centros museológicos na região. Ele sempre irá colaborar, estimular e promover o surgimento de museus e centros de pesquisas, chegando, inclusive, a fundar o museu histórico e pedagógico de Roseira, em sua própria fazenda. Sabia que era importante preservar documentos, mobiliário, fotografias, objetos do cotidiano que poderiam servir de elementos para futuras interpretações historiográficas. Para ele, museus e arquivos eram o correlato às anotações etnográficas dos antropólogos. Materiais que sobreviveriam e possibilitariam sempre novas interpretações, novas teorias. Materiais que deixam sempre portas abertas para novos historiadores.

ESCREVER É PRECISO

Definidas suas escolhas teóricas e seus mestres, José Luiz entra na sua maturidade de historiador e descobre que é possível uma história cujo tema pode ser “a rede de dormir”, “o açúcar”, “modos de homem e de mulher”, uma “história da alimentação brasileira”, “história dos nossos gestos”, “superstições no Brasil” e inúmeros outros temas do cotidiano que os franceses chamarão de “pequena história” e que somados formam a grande história das mentalidades e da cultura humana e são provas da resistência e da inteligência do homem na sua sobrevivência diária. Não é sem razão, portanto, que muitos anos mais tarde, entre seus textos curtos para jornais ele falará deste espaço de socialização masculina que

é o espaço dos bares, dos botecos. São eles, nossa resposta tropical aos “pubs” londrinos e aos cafés franceses, onde, inclusive, inventamos o ancestral dos futuros “self-services”, com petiscos prontos para se comer na hora, acompanhados de cachaça ou cerveja - o nosso mais que tradicional “tira-gosto” - encontrados em todas as vendas do interior e que, sem dúvida, é de tradição lusitana. Esses petiscos de bar juntamente com o famoso “tabuleiro da baiana” realmente foram as primeiras soluções de pratos prontos à disposição de quem quisesse. Pelo menos, três textos escritos por ele referem-se ao espaço masculino dos bares, onde gostava de ir com os amigos. Um deles, “Bares, Noite, Boêmia” é de 1986. O outro é uma poesia (foi um poeta bissexto) e, ao mesmo tempo, um necrológio - “Balada para o Nenê” - que ele escreve quando do falecimento de seu amigo e proprietário de um bar muito descolado ao lado do rio Paraíba, em Aparecida, o “Bar do Peixe”. Em Guaratinguetá, O “Balaio da Roça”, um restaurante especializado em comida caipira da região, também receberia um texto seu. Textos muito curtos, feitos para marcar um espaço, uma atmosfera, uma maneira de ser e viver. Ele gostava desses espaços onde pessoas se reuniam para conversar e honrar a gastronomia da região. E não deixará de lado o registro das histórias orais que na sua fragilidade de permanência no tempo, começavam a ser perdidas. Neste espírito é que ele, por exemplo, narra o conto “No Porto do Itaguaçu” onde aproveita para registrar a narrativa popular sobre o descobrimento da imagem de N. Sra. Aparecida, contando o aparecimento nesta noite de um lagarto dourado riscando os céus em direção ao Porto do Itaguaçu, e o grande estrondo



saído do baú em que o pescador guarda a imagem, momento em que as velas do oratório acenderam-se sozinhas. Também é neste espírito de recolher dados da cultura popular que ele escreve “Outubro no Vale: Mês das Içás”, relatando o nosso hábito indígena de comer içás torradas com farinha de mandioca, na época da revoada em outubro, prato já referido como sendo o “caviar do Vale” (afinal, são ovas também) e citado pelo Conde de Assumar como sendo equivalente a melhor manteiga de Flandres. Nesses pequenos textos, ele ia criando o afresco de uma época, de um tempo que foi seu, de cidades que foram suas, das quais ele foi o cronista, além do historiador. Ao eleger temas prosaicos como estes, José Luiz mostra que aprendera bem sua lição com Câmara Cascudo, o homem que andava pelas

ruas de Natal, parando em todos os bares, nos mercados, conversando com todas as camadas da população, registrando a cidade, sua prosódia e seus costumes. Se Câmara Cascudo escreveu sobre a nossa mandioca referindo-se a ela como sendo “a rainha do Brasil” por ter sido a base da alimentação rural brasileira por séculos, José Luiz escreverá sobre “O Milho: Cultura, Civilização, Brasilidade”, mostrando que as lições foram bem aprendidas.

Mas, sua missão maior era mesmo a de historiador. Dentro deste espírito de se debruçar sobre bibliografias esparsas e fontes primárias não é de se admirar que sua primeira publicação, editada por um órgão estatal (Secretaria Estadual de Cultura), fosse exatamente “Algumas Notas para a História do Vale do Paraíba – Desbravamento e Povoamento”, de 1977. O curto texto de abertura deixa claro suas intenções: “O IEV e os Estudos de História Regional”. Seguem-se os capítulos sobre “Os Índios do Paraíba”, “A Busca dos Metais”, “A Questão Monsanto-Vimieiro” (sobre a disputa entre a capitania de São Vicente e a capitania de Santo Amaro), “O Povoamento das Terras e Sertões do Vale do Paraíba”, “As Trilhas e os Caminhos” e “A Economia de Subsistência”. Alguns desses tópicos ele retomaria em trabalhos posteriores. Mas, já estão aí as preocupações do historiador com nossas origens valeparaibanas. Neste mesmo espírito de colocar em circulação textos fundadores, ele organizará o livro “Guaratinguetá – Tempo e Memória”, de 1983, onde recupera diversos autores que passaram pelo Vale como Alcides D’Orbigny (1827) Saint-Hilaire (1822), Emílio Zaluar (1860), Spix e Martius (1817), Frei Agostinho da Piedade (1723) e outros, além de autores mais recentes como Nero Senna

(1944) que deixaram registros da região. Quando em 1988 a empresa Monsanto do Brasil comemora seus 25 anos de atividades e resolve editar o livro “Vale do Paraíba: Ontem e Hoje”, em edição bilíngüe, e precisa de um historiador para que faça a apresentação do Vale do Paraíba do passado e do presente, só há um nome para fazer isso com competência total, o professor José Luiz Pasin. Então, ele irá assinar este texto onde, de certo modo, dá continuidade ao que Sérgio Buarque de Holanda fizera em “Velhas Fazendas”. Partindo dos sertanistas e povoadores dos sertões valeparaibanos, e das bandeiras do ouro, ele traz esta história até os tempos da industrialização, passando pela economia açucareira, os tempos do café, a pecuária e esboça o futuro tecnológico do Vale. Novamente, temos aqui um grande mapa histórico como introdução a novos estudos.

Quando ele lança, muito tempo mais tarde, seus Cadernos Culturais pelo Núcleo de Pesquisa Regional da Unisal/IEV/ CCTA, ele se mostrará coerente com essa sua estratégia de sempre privilegiar a organização de materiais que pudessem ser úteis a outros pesquisadores e historiadores. Neste aspecto, sempre foi generoso com o material que coletava. No espírito pedagógico de fornecer subsídios a pesquisas futuras, organizará nesses seus Cadernos, em 2005, três bibliografias valeparaibanas nas áreas de História, Geografia e Meio Ambiente. Em 2007 será a vez de “Vale do Paraíba – História e Cultura” onde reaparecem seus temas constantes: “Os Índios do Paraíba”, “Sertanistas e Povoadores dos Sertões Valeparaibanos”, “As Bandeiras do Ouro”, “A Economia Açucareira”, “A Jornada da Independência”, “O Café no Vale do Pa-

raíba”, “A Influência Africana”, “Pecuária Leiteira”, “Agricultura e a Ocupação das Várzeas”, “A Industrialização”, “O Patrimônio Ambiental” e “O Patrimônio Cultural”. Um desses temas ele iria estender em livro maior e mais específico. É o caso de “A Jornada da Independência”.

O livro “A Jornada da Independência”, publicado em 2002, encontra José Luiz empenhado em levantar o potencial turístico do Vale do Paraíba. Ele sabe que o ciclo de industrialização da região estava se esgotando e deixara um ativo negativo em termos de sustentabilidade e qualidade de vida. Os dejetos industriais, que nunca foram reciclados, praticamente mataram o rio Paraíba do Sul, acabando com a atividade da pesca, além de ter contribuído para a poluição do ar de muitas cidades. O novo ciclo econômico que já se delineava no horizonte apontava para a tecnologia da informação e para o setor terciário de serviços, onde o turismo, com suas pousadas, restaurantes e rede hoteleira, poderiam favorecer diversas cidades da região e criar empregos. Essas idéias receberam um choque de urgência quando o governo de Minas Gerais colocou em ação seu projeto de recuperação e reativação da antiga “Estrada Real”. Uma extensa rota traçada nos tempos coloniais que, vinda de Ouro Preto, atravessava a região valeparaibana e terminava em Paraty onde o ouro das lavras das Minas Gerais era escoado para Portugal. Neste trajeto, surgiam agora diversos empreendimentos ligados ao turismo histórico, reativando a comida regional, trilhas para cavaleiros, festas, excursões pela mata, hospedarias, lojas de artesanato, festivais de música, etc. José Luiz sabia que tínhamos por aqui algo do gênero e com bom potencial tu-

rístico. A reativação da trilha da independência. D. Pedro I passara e pernoitara por várias cidades do vale rumo a Santos, quando na volta, declara a independência do Brasil. Particularmente, em Pindamonhagaba, a maior parte de sua guarda pessoal teria sido formada. Então, havia valeparaibanos com o príncipe naquele momento histórico às margens do Ipiranga. Era possível que este projeto pudesse ser ativado à sombra do projeto da Estrada Real. Afinal, os dois caminhos se cruzavam justamente no Vale do Paraíba. Neste espírito é que “A Jornada da Independência” foi escrita. O livro, entretanto, é independente dessas suas motivações. Revela, novamente, suas preocupações com as fontes primárias. Portanto, além de narrar essa jornada de consequências cruciais para o Brasil, reproduz textos, carta de época e referências bibliográficas; documentos angulares sobre esta grande marcha do imperador pelo Vale do Paraíba cujo resultado foi nossa independência de Portugal. Talvez, o único caso na história da América Latina em que uma colônia se libertou de uma nação européia pelas mãos de um membro da própria monarquia dominante. Segue-se a este livro, “Vale do Paraíba. A Estrada Real. Caminhos & Roteiros”, de 2004, onde José Luiz, mais uma vez, reúne relatos históricos desde o século XVI até o século XVIII dos viajantes audazes desses caminhos gerais dos sertões paulistas. Entre estes relatos encontra-se a “Narrativa de Anthony Knivet” (1596), inglês e corsário, membro da tripulação de Thomas Cavendish que saqueou o porto de Santos e a vila de São Vicente, na noite de natal de 1591. Este inglês esteve trilhando os caminhos de Cunha a Paraty, nas entradas de Martim Correia de Sá, em busca

de metais e aprisionando índios. De novo, ele fornece, neste livro, subsídios coletados e organizados para uso de futuros historiadores.

Em 2001, José Luiz publicará “Os Barões do Café”, livro que o obriga novamente a se posicionar quanto a questão da monarquia no Brasil. Durante o plebiscito realizado em 1993 para que o povo brasileiro escolhesse entre dois possíveis regimes de governo, o regime presidencialista, de certo modo imposto ao povo na proclamação da República feita por Marechal Deodoro da Fonseca, e um regime monárquico, uma vez que o imperador D. Pedro II fora deposto praticamente por um golpe militar, sem que o povo pudesse opinar, ele tomou posição firme a favor de um regime monárquico o que lhe custou diversas críticas na época. Na verdade, nesta questão, José Luiz se mostra novamente um gilbertiano fiel. Para Gilberto Freyre o império brasileiro deveria ter evoluído para um sistema parlamentarista coroado nos moldes da Inglaterra, Suécia, Bélgica e Holanda. José Luiz é da mesma opinião. Tínhamos uma nação respeitada no exterior, uma moeda forte e uma família imperial acima de negociatas e conchavos políticos, desmandos dos quais a república brasileira mostrou-se pródiga durante toda sua existência. Então, José Luiz, politicamente, será sempre um ardoroso defensor de um sistema parlamentarista coroado como o da Inglaterra. No resultado deste plebiscito, apesar da pouca informação da população sobre o que seria um sistema parlamentarista e do uso de uma cédula bastante problemática, o regime monárquico obteve 13,4% das preferências e o sistema parlamentar, 30,8%, o que atestou, pelo menos, que havia um

certo grau de insatisfação com o regime presidencialista. Na sua prática política, José Luiz tenderá para os partidos com programas ecológicos fortes de sustentabilidade e na defesa das políticas de bem estar social, notadamente nas áreas da educação e saúde pública. De certa forma, ele será politicamente o que poderíamos chamar hoje de um neo-socialista e fará uma constante crítica ao neo-liberalismo predatório, destruidor do ecossistema planetário. O que nos leva direto aos seus escritos ecológicos. Sua militância nesta área o levará, inclusive, a transformar sua fazenda em refúgio florestal e animal, reconhecida como reserva de proteção ambiental pela Unesco.

A década de 80 encontrará José Luiz extremamente ativo quanto a disseminação de um pensamento ecológico na região e na defesa do meio ambiente. É de 1981 seu texto-denúncia sobre a poluição criminosa do rio Paraíba do Sul pelas indústrias sediadas no Vale, intitulado “Réquiem para um Rio Assassinado”. No mesmo ano, ele publicará “O Ano de Defesa do Patrimônio Ambiental do Vale do Paraíba”, chamando a atenção para o que hoje é conhecido como “patrimônio imaterial”. Seguem-se, em 1983, seus artigos “O Despertar da Consciência Ecológica” e “Recuperação e Valorização da Paisagem”. Seu proselitismo na defesa da Mata Atlântica e da recuperação das matas ciliares do rio Paraíba foi constante e apaixonado. Ele reunirá muito desse material dos grupos de defesa ambiental da região num dos seus cadernos, publicado em 2005, intitulado “O Instituto de Estudos Valeparaibanos e a Preservação do Patrimônio Ambiental e Cultural do Vale do Paraíba”. Em 2008, o IEV, durante a comemoração de seus 35 anos, criou a

“Distinção Ecológica José Luiz Pasin” e o primeiro agraciado com esta distinção foi o professor Aristides Arthur Soffiati Netto, historiador e pesquisador da região de Campos dos Goytacazes (RJ). Portanto, esta nova consciência de que vivemos numa biosfera onde tudo está interconectado, garantindo os diversos biomas vitais, consciência ecológica pela qual José Luiz sempre lutou, continua viva nas mãos de novos estudiosos e ativistas.

É difícil e excede as possibilidades deste pequeno ensaio rastrear e comentar toda esta vasta publicação de artigos do historiador José Luiz Pasin. Ele era infatigável e não se negava a atender pedidos sobre assuntos de sua área e para prefaciar livros de outros autores. Só para o jornal “O Eco” de Guaratinguetá aparecem mais de sessenta textos sobre assuntos diversos que, juntos, formam um painel histórico e cultural precioso da região e de suas cidades. Como ele também escreveu para revistas e jornais de outros municípios, este material esparso necessitaria ser catalogado por temas e reunido em livro, projeto que ele tinha em mente, mas não teve tempo de realizar.

A LITERATURA DO VALE REVISITADA

Mas, existe ainda o José Luiz amante da literatura. Ele tinha muito claro a importância que a região teve na literatura nacional. Sabia que para além dos nomes nacionalmente famosos como o de Monteiro Lobato, nascido em Taubaté, Casiano Ricardo, de São José dos Campos, Plínio Salgado e Miguel Reale, ambos nascidos em São Bento do Sapucaí, havia ain-

da muitos outros escritores que demandavam novos estudos críticos. Começa, então, a pensar seriamente nesta literatura do Vale, em 1995, quando prepara uma conferência para a Academia de Letras de Campos do Jordão, intitulada “Panorama da Literatura Valeparaibana”. Um estudo pioneiro elencando diversos escritores do Vale, chamando a atenção para nomes e fatos literários pouco estudados como, por exemplo, a publicação em 1861 de “Os Mistérios da Roça”, do escritor da cidade de Silveiras, Vicente Félix de Castro, livro este considerado o precursor do romance paulista. Muitos outros nomes são trazidos por José Luiz nesta conferência. Nomes como, por exemplo, Valdomiro Silveira, nascido em Cachoeira Paulista, considerado o criador do conto regionalista paulista. Recupera e aponta para futuros estudos o nome de Eugênia Sereno e seu romance “O Pássaro da Escuridão”, totalmente esquecido pela crítica. Fala de Agostinho Ramos e de Ruth Guimarães, autora de “Água Funda”, publicado nos anos 40, ambos de Cachoeira Paulista, fala de Alves Mota Sobrinho, autor de “A Civilização do Café”, nascido em Guaratinguetá. Enfim, ele faz o inventário de uma literatura diversificada e rica que estaria praticamente esquecida.

Encontramos nesta conferência o nome de Brito Broca, de Guaratinguetá, um dos mais importantes críticos de literatura do Brasil e cronista da vida literária nacional na primeira metade do século passado, tendo publicado uma das principais análises do período da transição do século 19 para o século 20, intitulada “Vida Literária no Brasil 1900”. Suas obras completas estão sendo reeditadas pela UNICAMP depositária de seus arquivos. Brito Broca sempre terá uma

importância particular para José Luiz. Em 1965, pouco tempo depois de formado, ele iria integrar a comissão executiva que fez nascer em Guaratinguetá a “Semana Brito Broca”, reunindo nomes importantes da literatura brasileira que vinham autografar seus livros e participar de palestras. Durante as várias edições da “Semana” passaram por Guaratinguetá escritores do porte de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Maria de Lourdes Teixeira, Afonso Arinos, Homero Senna e muitos outros. A Semana Brito Broca tornou Guaratinguetá conhecida no eixo Rio-São Paulo e criou uma data oficial no calendário cultural da região, com curadorias partilhadas por vários intelectuais. Mas, Guaratinguetá não tem tido muita sorte com suas diversas prefeituras ao longo dos anos, no que se refere à questão cultural. O descaso e a falta de apoio das diversas administrações, ressaltadas poucas exceções, acabaram decretando o fim da Semana Brito Broca. O espírito dessa Semana, entretanto, permanece vivo à espera de novos empreendedores. Por enquanto, ele se encarna em Paraty e em sua Feira Literária (FLIP) que colocou a cidade no panorama internacional, principalmente na Europa de onde vêm seus principais escritores convidados e a maioria de seus turistas.

José Luiz teria uma nova oportunidade para divulgar os escritores da região quando se integra como professor na FATEA e lá encontra uma intelectual do seu porte e amiga de toda uma vida, a escritora, pedagoga e psicóloga clínica, Irmã Olga de Sá. Um encontro feliz e produtivo. Olga de Sá é uma das pioneiras nos estudos sobre Clarice Lispector, tendo publicado dois livros angulares sobre a obra de Clarice. Em 1979 publica “A Es-

critura de Clarice Lispector”, prefaciado por Haroldo de Campos, e, em 1993, “Clarice Lispector – A Travessia do Oposto”. Se não bastassem esses livros essenciais, Olga de Sá ainda faria uma administração brilhante à frente das Faculdades Integradas Tereza D’Ávila, de Lorena, introduzindo cursos de informática, rádio e TV nesta faculdade, oferecendo assim aos seus alunos, condições técnicas para enfrentarem os novos desafios do século 21 e seus novos paradigmas tecnológicos de informação e comunicação. Enfrentará com dignidade e coragem todas as pressões havidas nos tempos do regime militar e não recuará em manter uma educação voltada ao desenvolvimento de mentes críticas e politizadas dentro da Faculdade. Juntamente com Olga Arantes e Irmã Iracema fundará o primeiro cine-clube da região onde ficarão famosos os debates em volta dos grandes diretores de cinema, muitos deles censurados pelo regime militar. Criará ainda a primeira mostra de cinema de curta metragem da região – o Festival Gato Preto. José Luiz se reconhecerá nesta companheira de estrada e de lutas.

Em 1978, Olga de Sá cria a revista “Ângulo” (atualmente a principal revista cultural do Vale) e José Luiz já aparece como colaborador no número zero da revista com o artigo “Pindamonhangaba – Cidade Imperial”. A contribuição dele na revista seguirá constante e será ele a sugerir, em 1996, que a publicação comesse a ter números temáticos especiais sobre os escritores do Vale. Com o apoio da revista surge, então, o número dedicado à Ruth Guimarães, saudada por Guimarães Rosa com a frase “você é parenta minha, é minha irmã”, reconhecimento fraterno e generoso à autora

de “Água Funda” e “Os Filhos do Medo”. Seguem-se as edições para Alves Motta Sobrinho, autor de “A Civilização do Café” e de “Província”, para Homero Sena, autor de “Um Mineiro de Guaratinguetá”, “República das Letras”, “História de uma Confraria Literária”. Um número especial sobre Brito Broca não chegou a ser realizado, mas um dos artigos previstos seria publicado isoladamente em 2011 com o título “Houve Uma Vez Província”, resenha de seu livro “Memórias”. A idéia frutificou e a revista Ângulo, mesmo sem a presença de José Luiz, ampliaria esses números temáticos e criaria belíssimas edições especiais sobre Machado de Assis, Guimarães Rosa, Clarice Lispector e outros nomes nacionais. Digamos que o espírito dele continua pairando sobre esses números literários especiais. Olga de Sá, inclusive, daria o nome dele ao mais novo anfiteatro da Fatea. Uma homenagem ao amigo de tantos anos da maneira como ele gostaria. Seu nome num espaço coletivo destinado a discussão de idéias, artes e literatura.

José Luiz sempre teve um olhar atento para os novos escritores, prefaciando e comentando seus livros, assim como seguiu atentamente o movimento do teatro amador da região. Em 1974 ele irá reunir no livro, “Poetas de Guaratinguetá”, autores diversos e inéditos. Dará continuidade a esse projeto, publicando em 1978, “Poetas de Aparecida”. Este livro nos interessa, pois nele aparece publicado “Relembração”, uma poesia de José Luiz onde se atesta o talento dele como poeta, gênero que ele praticaria de maneira intermitente durante sua vida. Na verdade, o poema é um tríptico dividido em “Aparecida da Minha Infância”, “Aparecida da Minha Adolescência” e

“Aparecida da Minha Juventude”. Na citação que ele usa como epígrafe no livro, “Tanta saudade/ preservada/ num velho baú de prata/ dentro de mim”, nota-se a forte influência de Cecília Meireles, poeta que seria, ao lado de Fernando Pessoa, um dos seus cânones. Sua admiração por Cecília Meireles o levaria a encenar em sua fazenda o “Romanceiro da Inconfidência”, dessa autora, na voz de sua filha, a atriz Maria Fernanda. Fiel aos amigos e aos escritores da região irá coletar e organizar o volume dedicado aos textos de Betina Marino, intitulado “Salto de Vida – Poesias e Crônicas”, publicado em 1983.

Em 2002, José Luiz retomará um autor de quem ele sempre foi um guardião fiel. Já na década de 60 ele estava ativo na preservação e reconstituição da Sala Euclides da Cunha em Lorena e, em 1966, editará o Catálogo desta sala onde se preserva, entre outros objetos, a escrivaninha em que Euclides da Cunha trabalhou e onde revisaria as provas tipográficas do seu “Os Sertões”. Em 1975, José Luiz faria a introdução do livro organizado por seu amigo Henrique L. Alves onde são publicadas 50 cartas inéditas de Euclides da Cunha, escritas em Lorena. Seu interesse por este autor, portanto, vem de longe. Surge então, no ano de 2002, o livro “O Outro Euclides – O Engenheiro Euclides da Cunha no Vale do Paraíba: 1902 – 1903”, organizado por ele, registrando textos de vários autores sobre este ano decisivo para a edição final de “Os Sertões”, pois foi aqui que ele leu e corrigiu as primeiras provas impressas deste livro que se transformou num dos clássicos da literatura nacional.

Assim, literatura valeparaibana e História do Brasil terão em José Luiz Pasin

um pesquisador apaixonado e constante. A mesma paixão que ele conservará como uma chama viva na sua forma de viver, em suas amizades, no seu amor pelo Vale do Paraíba e pela sua missão de professor. Seu carisma e sua trajetória como educador, suas conferências e palestras se tornariam lendárias na memória de seus alunos e de quem teve o privilégio de ouvi-lo, conviver e aprender com ele.

UM PROFESSOR SOB O SIGNO DA PAIXÃO

Algumas pessoas transformam a própria vida numa obra aberta. José Luiz foi uma dessas pessoas. Mais do que suas pesquisas, suas aulas, seus livros e textos diversos, ele criou para si uma persona pública forte e inspiradora. É dessa personalidade carismática que as pessoas se lembram antes de tudo. Sua casa na Fazenda Boa Vista, onde ele transformou a antiga senzala num centro cultural denominado “Pátio das Artes”, constituiu-se num ponto de parada obrigatório no eixo São Paulo-Rio de Janeiro para incontáveis alunos, pesquisadores, historiadores e artistas. Um ponto de convergência para a intelectualidade valeparaibana. José Luiz deixou, em fase de pesquisa, pelo menos, três livros. Preparava um estudo sobre as mulheres intelectuais, senhoras que mantiveram salões literários tanto no segundo império quanto na primeira República. Um embrião deste livro está em “Festas, Jantares e Mulheres na História de Guaratinguetá”. Tinha, também, encontrado pistas de que povos indígenas do litoral possuíam aldeamen-

tos avançados no Vale do Paraíba. Num texto de 1985, intitulado “Os Primitivos habitantes de Guaratinguetá”, falava nos “tamoyos”, “tamujos”, “tamujas” do Paraíba, termos pesquisados por ele em documentos jesuíticos e atas de Câmara. Estas pistas lhe pareciam promissoras, pois se sabia que os índios do Vale do Paraíba mantinham contatos e intercâmbios com os “tamoyos” do litoral de Paraty e Ubatuba. Pesquisava, ainda, sobre a guerra dos emboabas. Mas, nunca chegou a concluir e redigir estes trabalhos, apesar de falar deles com outros historiadores e amigos e manter pastas com o material destas pesquisas. Temas que ele deixa para os que vierem. Para historiadores tão apaixonados como ele o foi.

Ao lado da obra, e para muito além da saudade depois que ele se despediu de nós, fica algo mais importante. Fica uma presença constante, algo em movimento, uma energia que deve se encarnar periodicamente em cada um que se debruce sobre os estudos do Vale e ame este pedaço do Brasil. Assim, haverá sempre um José Luiz revivendo em cada livro publicado, em cada sala de aula onde um professor se dedique a ensinar. Dessa forma, seremos todos irmãos de estrada em busca de um Brasil melhor, mais justo e mais feliz.

Então, toda vez que um professor atravessar os portões de uma escola, entrar numa sala de aula e conseguir conquistar corações e mentes para a matéria que leciona, o espírito de José Luiz Pasin continuará em movimento. Afinal, ele viveu, estudou e ensinou sempre sob o signo da paixão. Um apaixonado constante pela história deste país e particularmente pela história do Vale do Paraíba. Sabia que a maior das histórias a ser contada

era mesmo a história dos homens e de sua saga neste planeta. Uma história que nunca termina, mas que cabe aos historiadores contá-la sempre. Afinal, historiadores são os grandes contadores de histórias mágicas e sem fim - a história da Humanidade. A mais bonita e estranha de todas, porque trata sempre de nós mesmos, da nossa história coletiva neste terceiro planeta a contar do Sol.

NOTAS

CARDOSO, Fernando Henrique – “Livros que Inventaram o Brasil”, in Revista Novos Estudos Nº 37, nov. 1993, p. 29

RIBEIRO, Darcy – Depoimento gravado no documentário “O Povo Brasileiro” (2000, Versátil Home Vídeo), direção de Isa Grinspum Ferraz, roteiro baseado no livro homônimo de Darcy Ribeiro.

CANDIDO, Antonio – Idem, idem.

LÉVI-STRAUSS, Claude – “A Ciência do Concreto” in O Pensamento Selvagem, SP, Edit. Nacional, 1976, p. 37-43.

PASIN, José Luiz – Bares, Noite, Boêmia - Jornal “Vale à Noite”, nº 2, Ano I, Vale do Paraíba, 06/06/1986. Material em Xerox. Arquivo Museu Frei Galvão, Gtá/SP.

IDEM – Balada para o Nenê - Material em Xerox de página de jornal, sem identificação. Arquivo Museu Frei Galvão, Gtá (SP).

IDEM – No Porto do Itaguaçu – Revista Romeiros, Aparecida, Edit. Criativa, Out./2011, p. 8-11. Republicação “in memoriam”.

IDEM – Outubro no Vale: Mês das Içás – Cadernos Museu Frei Galvão, Nº 244, 2004 – Arquivo Memória de Guaratinguetá.

IDEM – O Milho: Cultura, Civilização, Brasi-

dade – Informativo do IEV, Lorena (SP), Set/Out./2004, p. 8.

IDEM – Algumas Notas para a História do Vale do Paraíba: Desbravamento e Povoamento – SP, Conselho Estadual de Cultura/ Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

IDEM – Guaratinguetá: Tempo e Memória – SP, Co-edição: Roswitha Kempf, Secretaria de Estado da Cultura, Comissão de Geografia e História, 1983.

IDEM – Vale do Paraíba: Ontem e Hoje – Mon-santo do Brasil 25 Anos - RJ, AC&M Assessoria de Comunicação e Marketing, 1988.

IDEM – A Jornada da Independência – Guara-tinguetá (SP), edição do autor, 2002.

IDEM – Vale do Paraíba. A Estrada Real. Cami-nhos & Roteiros – Aparecida (SP), edição do autor, 2004.

IDEM – Os Barões do Café: Titulares do Im-pério no Vale do Paraíba Paulista – Aparecida (SP), Edit. Vale Livros, 2001.

IDEM – Réquiem para um Rio Assassinado – Lorena (SP), Revista Ângulo, nº 12, nov.- dez. 1981, p. 18-19.

IDEM – O Ano de Defesa do Patrimônio Am-biental do Vale do Paraíba – Lorena (SP), Re-vista Ângulo, nº 12, nov.- dez. 1981, p. 5.

IDEM – O Despertar da Consciência Ecológi-ca – Lorena (SP), Revista Ângulo, nº 19, jul.-set. 1983, p. 1.

IDEM – Recuperação e Valorização da Pai-sagem – Lorena (SP), Revista Ângulo, nº 20, out.- dez. 1983, p. 14.

IDEM – O Instituto de Estudos Valeparaiba-nos e a Preservação do Patrimônio Ambiental e Cultural do Vale do Paraíba – Cadernos Uni-sal/ Núcleo de Pesquisa Regional/ IEV, 2005.

IDEM – Panorama da Literatura Brasileira – Boletim da Academia de Letras de Campos do Jordão, nº 52, Ano X, dez. 1995.

IDEM – Pindamonhangaba, Cidade Imperial

– Lorena (SP), Revista Ângulo, número Zero, ago.- set. 1978, p. 15-17.

DIVS. – 50 Anos de “Água Funda” – Lorena (SP), Revista Ângulo, nº 65, abril-maio 1996. Número especial organizado por José Luiz Pasin.

DIVS. – Edição especial sobre o escritor Alves Motta Sobrinho – Lorena (SP), Revista Ângu-lo, nº 70, 1997. Número especial organizado por José Luiz Pasin.

DIVS. – Edição especial sobre o escritor Ho-mero Senna – Lorena (SP), Revista Ângulo, nº 74, set.- out. 1998. Número especial organiza-da por José Luiz Pasin.

ADDEO, Walter Cezar – Houve uma Vez Pro-víncia – Lorena (SP), Revista Ângulo, nº 124, jan.- março 2011, p. 39-42.

PASIN, José Luiz – Poetas de Guaratinguetá – SP, Editora do Escritor, 1974.

IDEM – Poetas de Aparecida – Aparecida (SP), Editora Santuário, 1978.

MARINO, Betina – Salto de Vida – Poesias e Crônicas – Aparecida (SP), Editora Santuário, 1983. Material coletado, organizado e publica-do por José Luiz Pasin.

PASIN, José Luiz – Catálogo da Sala Euclides da Cunha – Lorena (SP), F.F.C.L., 1966. Repu-blicado em 2005 pelo Centro Cultural Teresa D’Ávila – CCTA, Lorena (SP)

IDEM – O Outro Euclides: O Engenheiro Eu-clides da Cunha no Vale do Paraíba, 1902 – 1903 – Lorena (SP), UNISAL – Núcleo de Pes-quisa Regional, 2002.

IDEM – Festas, Jantares e Mulheres na Histó-ria de Guaratinguetá – Revista Tribo 90, nº 1, Ano I, 1990, p. 15-19.

IDEM – Os Primitivos Habitantes de Guara-tinguetá – Texto datilografado com timbre do Departamento de Cultura de Guaratinguetá, 1985. Xerox, Arquivo Museu Frei Galv